

Veículo: TV Bahia	
Data: 03/03/2021	Programa: BATV
Assunto: Matéria sobre os impactos da pandemia no comércio. Cita nota com as medidas da Sefaz-Ba .	

Data: 03/02/2021

Hora: 19:11:54

Emissora: TV BAHIA

Programa: BA TV

Apresentador (a): FERNANDO SODAKE

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Matéria sobre os impactos da pandemia no comércio. Cita nota com as medidas da **Sefaz-Ba**.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/03/2021	



Nota Premiada Bahia já contemplou 478 participantes do interior

3 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Ao longo dos seus três anos de história, a campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia, que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios, já contemplou 478 participantes de 88 municípios do interior do estado, além de 835 da capital e um participante de fora do estado. Em primeiro lugar no pódio das cidades do interior com mais ganhadores na Nota Premiada Bahia, está Feira de Santana, com 67 contemplados. Em segundo lugar, Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador, aparece com 45 ganhadores. Representando o Sul do estado, Itabuna surge na terceira posição, com 40 vencedores.

O quarto lugar dos campeões do interior vai para Camaçari, com 35 contemplados. A lista segue com Teixeira de Freitas, que teve 22 vencedores, Vitória da Conquista, com 20, e Ipiaú, com 18. Na sequência, surgem Jequié, com 17 ganhadores, Simões Filho, com 16, Ilhéus, com 13, e Barreiras, com 12. A relação dos municípios mais contemplados continua com Porto Seguro, que tem nove contemplados, Eunápolis, com oito, Guanambi, com sete, Luís Eduardo Magalhães e Ibirataia, com seis contemplados cada.

No início da campanha, em 2018, em função da maior presença da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em Salvador, os ganhadores da capital praticamente dominavam as premiações. Com o tempo e a disseminação da NFC-e por todo o estado, os números passaram a mostrar uma interiorização cada vez maior dos prêmios. “A Nota Premiada Bahia oferece muitas oportunidades de premiação para os participantes, que ainda têm a oportunidade de compartilhar suas notas com entidades filantrópicas espalhadas por todo o Estado”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Os 588 mil participantes inscritos na Nota Premiada Bahia têm mais oportunidades de ser contemplados do que os milhões de apostadores das loterias de âmbito nacional, lembra o secretário.

Outros municípios

A lista da sorte traz, com cinco ganhadores cada, os municípios de Amargosa, Juazeiro, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Brumado e Dias D’Ávila. Em seguida, Alagoinhas e Serrinha figuram com quatro ganhadores. Depois, com três vencedores cada, vêm as cidades de Cruz das Almas, Candeias, Amélia Rodrigues, Mucuri, Nova Viçosa, Vera Cruz, Euclides da Cunha e Valença.

Com dois ganhadores cada, aparecem 19 municípios: Ibotirama, São Gonçalo dos Campos, Urandi, Campo Formoso, Mata de São João, Irecê, Jacobina, Barra do Rocha, Conceição do Jacuípe, Caetité, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Itamaraju, Santo Amaro, Ribeira do Pombal, Pojuca, Paulo Afonso, São Sebastião do Passé e Miguel Calmon.

A lista se encerra com 37 municípios que possuem um vencedor cada: Ibicaraí, Milagres, Morro do Chapéu, Itaparica, Itapebi, Santa Terezinha, Tanquinho, Gandu, Barrocas, Sobradinho, Tanque Novo, Inhambupe, Jaguaquara, Cansanção, Aramari, Santo Estevão, São Felipe, Cândido Sales, Iaçú, Itagi, Macarani, Rio do Pires, Tucano, Aurelino Leal, Caculé, Serra Preta, Conceição do Coité, Taperoá, Itapetinga, Casa Nova, Caravelas, Cafarnaum, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Maragogipe, Castro Alves e Oliveira dos Brejinhos.

Como participar

Para participar da campanha, explica o coordenador de Educação Fiscal da Secretaria Fazenda André Aguar, é necessário se cadastrar uma única vez no site da Nota Premiada e inserir o CPF na nota fiscal do consumidor eletrônica (NFC-e), que substituiu o antigo cupom fiscal, e na nota fiscal eletrônica (NF-e). “A ampliação de estabelecimentos emissores da NFC-e no interior do estado contribuiu para que mais moradores que residem fora da capital fossem contemplados na campanha”, pontua o coordenador.

Mensalmente, a Nota Premiada Bahia sorteia 91 participantes de todo estado com um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Desde o primeiro sorteio em fevereiro de 2018, a campanha premiou o total 1.314 pessoas. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Nota Premiada Bahia já contemplou 478 participantes do interior



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ao longo dos seus três anos de história, a campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios, já contemplou 478 participantes de 88 municípios do interior do estado, além de 835 da capital e um participante de fora do estado. Em primeiro lugar no pódio das cidades do interior com mais ganhadores na **Nota Premiada Bahia**, está Feira de Santana, com 67 contemplados. Em segundo lugar, Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador, aparece com 45 ganhadores. Representando o Sul do estado, Itabuna surge na terceira posição, com 40 vencedores.

O quarto lugar dos campeões do interior vai para Camaçari, com 35 contemplados. A lista segue com Teixeira de Freitas, que teve 22 vencedores, Vitória da Conquista, com 20, e Ipiaú, com 18. Na sequência, surgem Jequié, com 17 ganhadores, Simões Filho, com 16, Ilhéus, com 13, e Barreiras, com 12. A relação dos municípios mais contemplados continua com Porto Seguro, que tem nove contemplados, Eunápolis, com

oito, Guanambi, com sete, Luís Eduardo Magalhães e Ibirataia, com seis contemplados cada.

No início da campanha, em 2018, em função da maior presença da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em Salvador, os ganhadores da capital praticamente dominavam as premiações. Com o tempo e a disseminação da NFC-e por todo o estado, os números passaram a mostrar uma interiorização cada vez maior dos prêmios. 'A **Nota Premiada Bahia** oferece muitas oportunidades de premiação para os participantes, que ainda têm a oportunidade de compartilhar suas notas com entidades filantrópicas espalhadas por todo o Estado', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vítório**. Os 588 mil participantes inscritos na **Nota Premiada Bahia** têm mais oportunidades de ser contemplados do que os milhões de apostadores das loterias de âmbito nacional, lembra o secretário.

Outros municípios

A lista da sorte traz, com cinco ganhadores cada, os municípios de Amargosa, Juazeiro, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Brumado e Dias D'Ávila. Em seguida, Alagoinhas e Serrinha figuram com quatro ganhadores. Depois, com três vencedores cada, vêm as cidades de Cruz das Almas, Candeias, Amélia Rodrigues, Mucuri, Nova Viçosa, Vera Cruz, Euclides da Cunha e Valença.

Com dois ganhadores cada, aparecem 19 municípios: Ibotirama, São Gonçalo dos Campos, Urandi, Campo Formoso, Mata de São João, Irecê, Jacobina, Barra do Rocha, Conceição do Jacuípe, Caetité, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Itamaraju, Santo Amaro,

Ribeira do Pombal, Pojuca, Paulo Afonso, São Sebastião do Passé e Miguel Calmon.

para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

A lista se encerra com 37 municípios que possuem um vencedor cada: Ibicaraí, Milagres, Morro do Chapéu, Itaparica, Itapebi, Santa Terezinha, Tanquinho, Gandu, Barrocas, Sobradinho, Tanque Novo, Inhambupe, Jaguaquara, Cansanção, Aramari, Santo Estevão, São Felipe, Cândido Sales, Iaçú, Itagi, Macarani, Rio do Pires, Tucano, Aurelino Leal, Caculé, Serra Preta, Conceição do Coité, Taperoá, Itapetinga, Casa Nova, Caravelas, Cafarnaum, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Maragogipe, Castro Alves e Oliveira dos Brejinhos.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Como participar

Para participar da campanha, explica o coordenador de Educação Fiscal da Secretaria Fazenda André Aguar, é necessário se cadastrar uma única vez no site da Nota Premiada e inserir o CPF na nota fiscal do consumidor eletrônica (NFC-e), que substituiu o antigo cupom fiscal, e na nota fiscal eletrônica (NF-e). 'A ampliação de estabelecimentos emissores da NFC-e no interior do estado contribuiu para que mais moradores que residem fora da capital fossem contemplados na campanha', pontua o coordenador.

Mensalmente, a **Nota Premiada Bahia** sorteia 91 participantes de todo estado com um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Desde o primeiro sorteio em fevereiro de 2018, a campanha premiou o total 1.314 pessoas. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 03/03/21	



SE PEC QUE LIBERA AUXÍLIO FOR APROVADA, BAHIA E 13 ESTADOS JÁ PODEM CONGELAR SALÁRIO DE SERVIDOR



admin 3 Março, 2021

Números do Tesouro Nacional apontam que 14 Estados teriam condições fiscais para decretar estado de emergência fiscal e acionar medidas de controle de gastos, os chamados gatilhos, como o congelamento dos salários dos servidores.

Essa possibilidade está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que prevê uma nova rodada do auxílio emergencial para os mais vulneráveis, prevista para ser votada hoje no Senado, e faz parte do coração de contrapartidas que a equipe econômica quer manter no texto.

Pela proposta, as medidas de ajuste seriam acionadas sempre que as despesas obrigatórias primárias (ou seja, sem contar os juros da dívida) excedessem 95% das receitas correntes.

Boletim dos entes subnacionais de 2020, com dados de 2019, aponta Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins com nível acima de 95% de despesas. Minas Gerais, por exemplo, o valor estava em 105,2%.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, diz que os dados de 2019 mostram uma realidade mais fidedigna porque em 2020 os Estados receberam uma injeção de transferências do governo adicional por causa da pandemia da covid-19 que não tende a se repetir. Ou seja, a métrica da PEC vai ser a do bimestre que o Estado decretar emergência fiscal. A trava de 95% para acionamento dos gatilhos é apurada em um período de 12 meses.

Os gatilhos são praticamente os mesmos já previstos no teto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, sendo reforçados pela proibição de aumento no valor de benefícios indenizatórios e vedação de progressão ou promoção de carreira que impliquem em aumento de gasto. Não poderá ser ampliado gasto com pessoal, seja via reajustes ou criação de vantagens e auxílios, seja via contratação ou alteração de estrutura de carreira. O acionamento é facultativo, mas não há necessidade de autorização do Legislativo.

Caso a despesa corrente ultrapasse 85% da receita corrente, também haverá a opção de acionamento dos gatilhos, mas nesse caso é necessária a aprovação do Poder Legislativo local.

Notas

O patamar de 95% é utilizado pelo Tesouro para dar a nota aos Estados e municípios. Essa nota define quem tem ou não acesso a empréstimos com garantia da União (se o Estado dá calote, o governo federal cobre).

Na União, o secretário estima que o patamar de 95% de despesas seria atingido entre 2024 e 2025. “Ficou faltando (na legislação) a parte perene e olhar para o bom funcionamento da regra fiscal para o futuro e é isso que a PEC está fazendo”, diz o secretário. Segundo ele, a proposta traz uma boa previsibilidade das despesas para trazer mais credibilidade e confiança de que vai ter um correto funcionamento do teto de gastos.

Para a especialista em contas públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Vilma Pinto, é um erro deixar na PEC a palavra “poderão” para o acionamento dos gatilhos, deixando facultativo

aos governadores. “Não vai ter tanta efetividade se não colocar isso como uma regra fiscal impositiva. Fica a critério de cada Estado e município. Não tem como avaliar a efetividade”, diz.

Segundo ela, a medida é válida porque, observando as despesas correntes e as receitas correntes, não têm muita flutuação por efeitos atípicos como investimento. Vilma destaca que a tabela do Tesouro representa uma média ponderada dos três últimos anos. “É bom porque traz uma perspectiva intertemporal porque em 2020 teve muito recurso extraordinário”, diz Vilma, que acompanha em detalhes as contas dos Estados e municípios.

Foto: Agência Senado



ALERTA Apesar da abertura de novos leitos, gestores apelam para o cumprimento de ações de isolamento e uso de máscara

Situação na rede de saúde é de pré-colapso

RODRIGO AGUIAR

Com a alta de casos da Covid-19, o governador Rui Costa e o prefeito de Salvador, Bruno Reis, voltaram a apontar a sobrecarga do sistema de saúde, em estado de “pré-colapso” na capital, segundo o chefe do Palácio Thomé de Souza. O governador, por sua vez, alertou para o limite da abertura de novos leitos na Bahia.

“Na prática, já é um colapso. Quando a gente transfere esses pacientes, normalmente temos margem de manobra. Hoje, a prefeitura tem quatro hospitais de campanha, estamos montando o quinto para Covid. Tem pacientes no leito de enfermagem aguardando para ir para a UTI, estamos em um pré-colapso”, afirmou o prefeito, em entrevista à TV Itapoan.

Ainda ao comentar a situação do sistema de saúde, o gestor municipal disse, em entrevista à TV Bahia, que pessoas podem morrer na fila de regulação do Estado enquanto aguardam atendimento. Atualmente, pacientes com Covid-19 têm esperado, em média, três dias para encontrar uma vaga em algum dos hospitais, de acordo com o prefeito.

Bruno reiterou que novas medidas serão adotadas nos próximos dias para tentar evitar o caos. “Vamos abrir mais uma tenda nos Barris. Conseguimos comprar oito



Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 21.5.2020

Hospital Geral Ernesto Simões Filho foi reestruturado para atender somente casos de infecção pelo coronavírus

Governador alertou para o limite da abertura de novos leitos na Bahia

respiradores, fizemos a aquisição para mais seis e recebemos outros 15 do governo federal. Ao todo, são 29 [respiradores], mas tudo isso tem um limite. Vamos ter limite de respiradores, de equipe, não é só abrir leito que resolve. O que resolve é o isolamento social, deixar de conviver, só sair de casa

quem precisar, deixar de conviver com amigo nesse momento, com familiares. É isso que vai resolver”.

Já o governador afirmou que a Bahia não terá condições de abrir mais leitos depois de reativar o hospital de campanha da Arena Fonte Nova e abrir o Hospital Metropolitano, em Lauro de

Freitas. “Acabou. Depois da Fonte Nova e do Metropolitano, não há mais o que abrir na Bahia”, declarou. Segundo o governo, as duas unidades comportarão, no máximo 300 leitos de UTI-100 na Fonte Nova e 200 no Metropolitano.

A administração estadual informou que o hospital da

Fonte Nova será reaberto hoje, enquanto a expectativa é de que o Hospital Metropolitano comece a funcionar em três semanas, depois de lançada a licitação emergencial para administração da unidade.

O governador voltou a cobrar o cumprimento das medidas de isolamento. “São 400 mortos em quatro dias”, comparou. Ao comentar as manifestações pela reabertura do comércio, Rui disse que parte dos atos é “legítima”, mas apontou outros manifestantes como pessoas “alinhas” ideologicamente com o presidente Jair Bolsonaro. “Eu já passei na fome na infância. Sei o que é isso. Mas eu preciso tomar uma decisão: ou eu assisto pessoas morrerem por falta de ar ou tento mediar”, afirmou.

O hospital da Fonte Nova reabrirá inicialmente com 80 leitos, dos quais 50 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 30 leitos clínicos. A subsecretária de Saúde do Estado, Tereza Paim, explicou que “haverá um aumento progressivo na abertura de leitos na Arena Fonte Nova, porque precisamos captar profissionais especializados e que, neste momento, estão divididos entre UTI Covid e UTI não Covid”.

O Hospital Metropolitano tem capacidade para 200 leitos (100 de UTI e 100 clínicos), mas funcionará com 40 de UTI e 30 clínicos na abertura.

CASOS GRAVES

Internação por Covid-19 tem afetado público mais jovem

TÁCIO CALDAS*

Com os hospitais apresentando altos índices de ocupação das suas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), uma mudança de perfil vem sendo observada pelos profissionais de saúde. Anteriormente, os números mostravam a população idosa mais vulnerável. Contudo, a incidência aumentou na população entre 30 e 50 anos.

De acordo com Shirley Cruz, sanitária do núcleo hospitalar de epidemiologia do Instituto Couto Maia (Icom), só ano passado houve um aumento dos dados na instituição.

“No primeiro semestre de 2020, internamos 125 usuários nessa faixa etária. Já no segundo semestre, esse número subiu para 156 pacientes. Foram pelo menos 25% de aumento nessa faixa etária”, disse a especialista. Segundo ela, analisando

os dois primeiros meses de 2021 dentro, a indicação é de aumento nos números. “Em janeiro, tivemos 11 casos e, em fevereiro, 26, tudo dentro dessa faixa etária”.

Balanço

Para Izabel Marcílio, coordenadora do Centro de Operações de Emergência em Saúde da Secretaria da Saúde (Sesab), os números disponibilizados englobam todo o período da pandemia de Covid-19.

Contudo, a incidência aumentou na população entre 30 e 50 anos

“A proporção de pessoas mais acometidas, que a gente tem resultado, que ficaram doentes, procuraram ajuda e tiveram diagnóstico, foi a população de 30 a 39 anos de idade”.

A profissional ainda alertou para o coeficiente de incidência em cada cem mil habitantes. “É maior entre 40 e 49 anos, seguido dos de 30 a 39 anos. Ela é mais incidente nessa parcela da população, porque são pessoas que estão ativas, que não se resguardam tanto quanto os idosos”, indicou Izabel Marcílio. Ainda segundo ela, em relação à hospitalização, não há novos dados. “Continua na faixa de 20%”, afirmou Izabel.

Consequência

De acordo com a infectologista Giovanna Orrico, do Hospital Espanhol, esse aumento de casos na população mais jovem se dá por



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 27.4.2020

Cresce a incidência em população jovem

conta da exposição.

“Com o passar do tempo, a gente viu uma exposição maior deles, porque são eles que já estão na ativa ou aglomerando. É o reflexo dessa maior exposição, ou talvez uma maior transmissão por causa das variantes”, alertou Orrico.

Reflexo

Apesar de não haver uma confirmação nos dados da Sesab, Giovanna acredita que esse aumento nas ocupações acontece em todo o país.

“É um reflexo em vários estados do Brasil. A gente está com ocupação bem alta no Espanhol e temos que fazer um alerta para a população. Se a gente não conseguir controlar, isso tende a se estender”, pontuou a médica Giovanna Orrico.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

LIMPURB

Massaranduba e Uruguai são alvos de mutirão de limpeza

TÁCIO CALDAS*

O mutirão de limpeza Tá no Grau, promovido pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb), integra o conjunto de ações das medidas de proteção à vida e serviços nos bairros da capital. Lavagem, higienização e desinfecção e remoção de resíduos foram ações realizadas, desta vez, em Massaranduba e no Uruguai.

No total, foram 124 agentes da Limpurb que estive-

ram ativos durante o mutirão. “Antes de realizar esse mutirão, fizemos um visita técnica na comunidade de Massaranduba para identificar quais serviços eram necessários no local”, comentou o presidente da Limpurb, Omar Gordilho.

Programação

A iniciativa começou no mês passado e já passou por 16 bairros, acumulando mais de 600 toneladas de resíduos. Uma moradora que

preferiu não se identificar achou que ação foi importante. “Foi ótimo, foi muito bom. Eu espero que voltem mais vezes e acho que isso vai ajudar no combate das doenças”, relatou.

De acordo com o presidente da Limpurb, Omar Gordilho, “essa ação vai durar por mais quatro dias, podendo se estender até a próxima terça-feira”.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

INSUFICIÊNCIA

Demanda de ações da Semop é maior do que o número de fiscais



DA REDAÇÃO

Com o agravamento da pandemia, coibir ações da população para que o vírus não se dissemine é um desafio para as pastas da Prefeitura de Salvador, entre elas a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop). Segundo a titular Marise Chas-

tinnet, uma das maiores dificuldades é a falta de fiscais para atender as demandas, principalmente em relação aos comércio informal que continua funcionando mesmo com as restrições.

“A demanda na cidade é muito maior do que o número de fiscais disponíveis. Nós temos bastantes fiscais, eles atuam em vários pontos da cidade, mas nós não podemos deixar os fiscais fixos. Aqueles locais mais concentrados a gente deixa uma

equipe fixa, mas é humanamente impossível deixar em todos os bairros”, explicou Marise durante entrevista para o ‘Isso é Bahia’, na rádio A TARDE FM ontem.

“Está sendo muito difícil, porque o comércio informal nas ruas está proibido e as pessoas não querem atender. Nós vamos conversando, solicitando que retornem para casa. Eles precisam ganhar dinheiro e não podem porque estamos em uma fase muito difícil”, pontuou.

DESVIO DE FOCO País enfrenta grave piora na pandemia, na contramão de outros países

Em meio a recordes de mortes, Bolsonaro volta a atacar imprensa

DA REDAÇÃO

Em meio a sucessivos recortes de óbitos causados pela pandemia de covid-19 no País, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a atacar a imprensa. Apoiadores no Palácio do Alvorada, o chefe do Executivo afirmou que a mídia tem "criado pânico" na população.

Segundo informações divulgadas na última terça pela OMS o Brasil segue na contramão da tendência de queda de 6% nos óbitos causados pelo novo coronavírus no mundo. Segundo o informe semanal da entidade mortes no País tiveram salto de 11%. O número de mortos por covid-19 ontem registrou mais um recorde, com 1910 óbitos.

Bolsonaro atribuiu à imprensa um "pânico" durante a pandemia de coronavírus no País, além de mais uma vez, contra todas as evidências científicas, atacar medidas que contêm a expansão da pandemia. "Criaram o pânico, né? O problema tá aí, lamentamos, mas você não pode viver em pânico. Que nem a política, de novo, do 'fica em casa'. O pessoal vai morrer de fome, de depressão", afirmou.

"Se você ler a imprensa, você não consegue viver", criticou o presidente. Cancelei,



Marcos Corrêa / Presidência da República / Divulgação

Presidente desistiu, pelo segundo dia seguido, de se pronunciar em rádio e TV
Presidente defendeu a condução do seu governo na vacinação no Brasil

desde o ano passado [na verdade, em 2019] todas as assinaturas de jornais e revistas. Ministros que quiser ler jornal e revista vai ter que comprar. Não leio mais. Não vejo Jornal Nacional, não assisto, que é a maneira que você tem de realmente pensar em coisa séria no país", disse.

O presidente desistiu, pelo

segundo dia seguido, de realizar um pronunciamento em rádio e televisão. "O assunto (do pronunciamento), quando tiver, vai ser a pandemia, vacinas", disse em conversa com apoiadores ontem na saída do Palácio da Alvorada. Questionado sobre uma data, Bolsonaro evitou dizer: "vai ficar a dúvida aí".

Após ter questionado no ano passado a eficácia e mencionado riscos inexistentes das vacinas, o presidente defendeu a postura do seu governo sobre a imunização. "O Brasil é um país que em valores absolutos mais está vacinando", afirmou. Bolsonaro disse ainda que o País deve contar mais 22 milhões de doses da vacina em março e outras 40 milhões em abril.

"O País então está mais avançado nisso. Assinei no ano passado uma MP (medida provisória) deixando R\$ 20 bilhões para comprar a vacina. Então nós estamos fazendo o dever de casa", afirmou o chefe do Executivo.

O Brasil está em um longínquo 40º lugar em relação à população imunizada contra a covid-19, com 3,3% do total.

O presidente da República tem desestimulado reiteradamente as medidas restritivas tomadas por governadores e prefeitos para conter o avanço da pandemia no País.

Até as máscaras já foram alvo de Bolsonaro, que citou na semana passada um "estudo de uma universidade alemã" sobre supostos "efeitos colaterais do uso de máscara". O "estudo" não passava de uma enquete online classificada como enganosa por cientistas.

REPASSES DA SAÚDE
Bahia e Maranhão vão ao STF contra postagens
DA REDAÇÃO

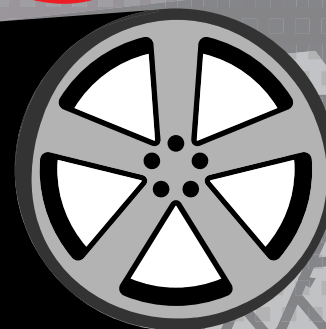
Os governos da Bahia e do Maranhão entraram com uma ação na última terça-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a remoção ou correção de informações consideradas falsas, divulgadas pelo governo federal sobre repasses de recursos feitos pela União aos estados.

As informações em questão foram publicadas em uma rede social do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e em contas oficiais do governo federal, em 28 de fevereiro. A postagem anuncia um suposto valor dos repasses feitos aos estados no ano passado.

Em carta divulgada segunda, 19 governadores contestaram as informações e disseram que os repasses são "obrigação constitucional" do governo federal e que a parcela efetivamente enviada para a área de saúde foi "absolutamente minoritária".

"Ingressamos no STF, junto com a Bahia, contra fake news divulgada pelo governo federal sobre repasses de recursos aos estados. Queremos debater judicialmente se é compatível com a Constituição e o Estado de Direito o uso doloso e reiterado de mentiras como ferramenta política", afirmou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), por meio de uma rede social.

A TARDE Autos

Fala CONSUMIDOR


Este espaço é destinado a queixas, reclamações e denúncias de desrespeito ao consumidor, decorrentes de problemas técnicos dos veículos, ou ainda de irregularidades nas relações de compra, venda, pós-vendas e serviços.



Envie sua denúncia no nosso email
falac consumidor@grupoatarde.com.br



SAIU NO GRUPO A TARDE, É VERDADE!

Jornal A TARDE
108
 anos

Grupo A TARDE
 COMUNICAÇÃO

TENSÃO Momento ruim da relação entre Bolsonaro e governadores coincide com recrudescimento da pandemia

Presidente volta a subir tom contra estados

RAUL AGUILAR

No momento em que novos casos e de mortes pela Covid-19 crescem de forma exponencial no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) volta a tensionar relações com os governadores, que buscam autonomia e recursos para acelerar o combate à pandemia.

Na última terça-feira, Bolsonaro vetou artigos da lei que autorizou o acesso do Brasil ao Covax Facility, consórcio de países para compra e massa de vacinas contra o novo coronavírus com um preço mais atrativo. Entre os artigos vetados estava o que dava autonomia para estados e municípios comprarem, de forma direta, imunizantes contra o novo coronavírus, na ausência de uma ação efetiva por parte do Ministério da Saúde.

Na semana passada, em tom de ameaça, Bolsonaro afirmou que o governador que decretar lockdown após o governo federal retomar o programa auxílio emergencial terá que arcar com os custos do programa de transferência de renda.

Em resposta, os governadores entraram com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo autorização para aplicação de eventuais vacinas adquiridas com recursos próprios, e questionaram as falas sobre o auxílio.

Parlamento

No parlamento, o sentimento é que o presidente decidiu regressar ao comportamento beligerante no período mais delicado para o país desde o início da pandemia do novo coronavírus, crian-



Congresso precisa superar enfrentamento

Leonardo Sá / Agência Senado

“O Congresso precisa tomar medidas enérgicas para que Bolsonaro sancione medidas, como o PL que viabiliza a compra direta da vacina”

ZÉ NETO, deputado federal

do um clima ruim em um momento que exige pacificação e foco integral nas ações que possam conter a doença.

O senador Otto Alencar, líder do PSD, diz que o presidente sempre tensiona. “Bolsonaro coloca as posições dele quase que em estado de beligerância permanente com os que discordam. É o que está acontecendo com os governadores. A democracia é o regime que permite a discordância, a liberdade de expressão e de imprensa... Suas atitudes são sempre distantes da realidade do país”, criticou Alencar.

Na mesma linha, o deputado federal Zé Neto (PT), considera que o comportamento de Bolsonaro segue lógica de acirrar os ânimos para mobilizar sua base e desviar o foco da pandemia, protelando ações urgentes.

“Vivemos um momento difícil e está claro que o presidente trabalha em cima de populismo para aqueles que o acompanham, enquanto tenta ganhar tempo apostando em uma situação de imunização de massa, de rebanho, natural, para que se gaste menos e, ao final, jogar na conta de estados e municípios os gastos”, opinou Zé Neto.

O deputado diz que é difícil lidar com tanta “incoerência do presidente”. Ele lamenta que Bolsonaro, “ao mesmo tempo que joga responsabilidade para governadores e prefeitos”, veta “MP que previa redução do prazo de liberação de vacinas na Anvisa e o dispositivo que previa que os entes públicos pudessem realizar a imunização na ausência do MS”.

O petista lamenta que o país tenha chegado em um estágio de recorde de mortes e de novos casos, e culpa o Ministério da Saúde e o chefe do executivo federal pelo “caos”, que, segundo sinali-

za, está repercutindo fora do País, com “a iminência de um bloqueio internacional” por causa do descontrole na pandemia.

“A Câmara e o Senado precisam tomar medida enérgicas, tensionar para que Bolsonaro sancione medidas como o PL que viabiliza a compra direta, por estado e municípios, da vacina. E por outro lado, a gente precisa fazer com que os culpados respondam por essa tragédia, através de uma CPI para apurar responsabilidades”, defendeu o petista.

Aglomeração

O deputado Jorge Solla (PT) foi outro a criticar o comportamento de Bolsonaro, afirmando que desde o início da pandemia ele vem adotando um “comportamento irresponsável”, “criando situações para proliferação do coronavírus”, e que, agora, no período mais delicado, “não poderia ser diferente”.

“Não estamos lidando com uma situação nova, há mais de um ano que ele vem adotando essa postura de negar a gravidade da pandemia, defender e adotar comportamentos contra as medidas de prevenção, promover aglomeração e se manter sem máscara; a novidade é que agora está dificultando o acesso à vacinação”, crítica Solla.

Para Alex Santana, deputado federal pelo PDT Bahia, o clima de animosidade entre o presidente e os governadores de estado só serve para atrapalhar o foco no combate a covid-19.

CONFIRA A ÍNTEGRA DA MATÉRIA NO PORTAL A TARDE

SSA-ITAPARICA

Leão: ponte só sai após vacinação



FERNANDO VALVERDE

O vice-governador do estado e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão (PP), afirma que a ponte Salvador-Itaparica, grande obra da reta final da gestão do governador Rui Costa, só irá começar a ser levantada após a vacinação dos mais de 7 mil trabalhadores que atuarão na obra.

De acordo com o pepista, em entrevista para o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103.9), o abalo econômico sofrido nos cofres públicos com a pandemia não irá colocar a obra em xeque, já que a contrapartida do Governo do Estado, cerca de R\$ 250 milhões, já está depositada em um fundo de garantia, mas seria irresponsável da parte da gestão pública colocar tantos trabalhadores juntos sem as medidas sanitárias adequadas.

“Você não pode começar uma obra onde iremos agregar 7 mil pessoas trabalhando sem que esteja todo mundo vacinado senão viveremos um cenário de contágio total. O governador Rui Costa, o prefeito Bruno Reis e todos os prefeitos da Bahia estão pensando nessa questão da vacinação. Ontem o governador participou de uma reunião virtual com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir a compra da vacina pelos estados e precisamos avançar nisso. E para botarmos essa ponte para funcionar, precisamos vacinar a totalidade dos funcionários. Não vamos deixar nunca que 7 mil pessoas se juntem em um canteiro de obras sem imunização”, afirmou.



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

João Leão, vice-governador e secretário estadual de Desenvolvimento Econômico

Leão traçou ainda outros projetos que a gestão estadual deverá implantar ainda neste ano de 2021, que juntos seriam responsáveis pela criação direta de 50 mil postos de trabalho.

“Estamos criando dois polos têxteis no Estado. Um em Luís Eduardo Magalhães e o outro em Dias D’Ávila. Esse

Vice-governador anunciou planos para geração de 50 mil empregos no estado

segundo fizemos o esforço para colocar naquela região pois a previsão é que chegue a 10 mil empregos diretos e minimize os efeitos catastróficos da saída da Ford. A Bahia importa 80% do seu álcool e do seu açúcar e estamos querendo passar a produzir isso. Estaremos implantando 11 usinas novas de açúcar e álcool no oeste da Bahia e a primeira já vai ser inaugurada agora no dia 10 de julho. Mesmo com essa pandemia, estamos avançando e a expectativa é criar 50 mil empregos diretos com esse setor”, apontou.

Eleição 2022

Fortalecido após o resultado das eleições municipais, o PP é um dos partidos cotados para encabeçar a chapa para o governo do estado na

eleição de 2022, algo defendido inclusive pelo líder do partido no Congresso, o deputado Cacá Leão.

Apesar da expectativa de que João Leão seja o escolhido da base do governo para a futura disputa, o vice-governador reforçou a unidade que o partido possui na Bahia com o governador Rui Costa.

“Olha, aqui na Bahia nós temos uma aliança política com o PT, o PSD, o PSB e outros partidos aliados. Nós iremos manter essa aliança e não temos interesse nenhum em partir para novos caminhos. Estamos mostrando que isso deu certo com a mudança radical que ocorreu na Bahia e só não enxerga quem não quiser ver”, pontuou.

FISCALIZAÇÃO

Prefeito de Amargosa é multado pelo TCM-BA

DA REDAÇÃO

O prefeito de Amargosa, Júlio Pinheiro dos Santos Júnior, foi multado ontem pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA) pelo pagamento indevido de multas e juros em razão de atraso no recolhimento de parcelas relativas a obrigações previdenciárias junto ao INSS, no exercício de 2019. O órgão também determinou a formulação de representação ao Ministério Público Estadual (MPE) contra o gestor.

Conforme a decisão do relator do processo, conselheiro José Alfredo Rocha Dias, o prefeito deve ressarcir, com recursos pessoais, aos cofres públicos o valor de R\$ 172.735,40, que, segundo o TCM, é a quantia utilizada indevidamente no pagamento dos juros e multas ao INSS. Júlio Pinheiro ainda foi penalizado com uma

multa no valor de R\$3,5 mil.

De acordo com os conselheiros do TCM, “o pagamento de multa e juros só ocorre devido à omissão dos gestores, que não cumpriram adequadamente a obrigação legal de repassar/recolher as contribuições previdenciárias no prazo e montante exigidos na legislação”. Cabe recurso da decisão.

Para corte, gestor usou indevidamente R\$ 172.735,40 no pagamento dos juros e multas ao INSS



Divulgação

Júlio Pinheiro dos Santos Jr., prefeito de Amargosa

MARANHÃO E BAHIA VÃO AO STF CONTRA BOLSONARO

REPASSES A ESTADOS Os governos do Maranhão e da Bahia entraram, ontem, com uma ação contra o governo no Supremo Tribunal Federal (STF) pela suposta divulgação de informações falsas sobre o volume de recursos repassados aos estados em 2020. No dia 28 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro publicou, no Twitter, uma lista dos valores que teriam sido repassados pela União aos estados. No caso do Maranhão, o montante seria de R\$ 36 bilhões. A publicação detalha que, desse total, R\$ 11,8 bilhões foram referentes ao auxílio emergencial. O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), contesta: “Esse valor equivale a duas vezes o orçamento do Maranhão. É obviamente impossível que o governo federal tenha repassado R\$ 36 bilhões. Isso equivaleria a dois anos do que gastamos no estado”, disse. No caso da Bahia, a publicação afirma que R\$ 67,2 bilhões foram repassados ao estado, sendo R\$ 25,35 bilhões destinados ao auxílio emergencial. O objetivo do processo é a remoção ou correção das informações consideradas enganosas.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Hoje não existe a tipificação do roubo de bicicletas no sistema da SSP que gera o boletim de ocorrência. A bicicleta precisa ser valorizada como meio de transporte
André Fraga

Vereador do PV de Salvador, ao sugerir em encontro com o secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino, a inclusão do registro de roubo ou furto de bikes e a criação do Cadastro de Bicicletas Roubadas

Conexão baiana

Investigadores da Operação Falso Negativo, deflagrada pelo Ministério Público do Distrito Federal para apurar um esquema de desvio de verbas na compra de testes de covid com ramificações na Bahia, descobriram indícios do suposto envolvimento de prefeitos do interior e de ao menos dois deputados federais do estado em transações com recursos destinados ao enfrentamento da pandemia. As suspeitas foram reveladas ontem a integrantes do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP baiano (Gaeco) por promotores de Brasília, após o cumprimento de mandados de busca e apreensão em Salvador, Lauro de Freitas e São Gabriel, relativas à 4ª fase da Falso Negativo.

FIQ DO NOVELO

O elo de políticos da Bahia com a rede de corrupção montada na Secretaria de Saúde do Distrito Federal foi descoberto nas etapas anteriores da operação. Em especial, através do smartphone apreendido com um dos alvos da Falso Negativo, Matias Machado, tido como grande operador do esquema pelo MP.

Marca registrada

Nas conversas realizadas em aplicativos de mensagem, segundo apurou a Satélite, Matias Machado discute diretamente com prefeitos e assessores de deputados baianos detalhes sobre desvios de verbas direcionadas à saúde por meio de emendas parlamentares. Dono de uma empresa sediada em São Gabriel e investigada na Falso Negativo, Machado destaca as brechas abertas pelo afrouxamento das regras de licitação nos contratos voltados ao combate da pandemia, alerta sobre a necessidade de agir rápido e garante a liberação de emendas para municípios. O dinheiro surrupiado seria dividido entre ele, prefeitos e deputados.

Ponto de partida

Os indícios levantados pelo MP do Distrito Federal que respingam em políticos do estado com foro privilegiado serão integralmente remetidos à PF e à equipe do Gaeco na Bahia. Após receberem o material - que inclui documentos, relatórios de quebras de sigilo e arquivos armazenados em aparelhos celulares, computadores e dispositivos eletrônicos -, os promotores do MP baiano e a PF devem iniciar investigações paralelas sobre eventuais fraudes em contratos na área de Saúde durante a crise sanitária.

Papo a dois

Antes da live conjunta de anteontem, o ex-prefeito ACM Neto, presidente do DEM, e o deputado democrata Luiz Henrique Mandetta (MS), ex-ministro da Saúde, tiveram uma DR para aparar arestas da disputa pelo comando da Câmara. "Partido é assim. Tem horas que a gente se estressa, mas o que vale são os valores, a amizade, o respeito. É como casamento. Nada como a DR (discutir a relação) para ficar tudo certo", disse Mandetta ontem, em entrevista exclusiva ao site Campo Grande News, do Mato Grosso do Sul.

Baixo impacto

O efeito do auxílio emergencial para a popularidade do presidente Jair Bolsonaro parece ilimitado no Nordeste, aponta nova pesquisa do Instituto Paraná. Na região, ele foi desaprovado por 55% dos eleitores, o maior índice do país.

Licitação aberta para contratar empresa que vai gerir hospital

ITAPUÃ O edital de licitação para contratar uma organização social que vai gerir e operar o Hospital de Campanha que está sendo instalado na Estação Cidadania de Itapuã foi lançado ontem. A seleção emergencial foi publicada no Diário Oficial do Município.

O contrato terá vigência de 90 dias, podendo ser prorrogado enquanto durar a pandemia. As propostas deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal da Saúde até as 11h de amanhã. Mais esclarecimentos pelos telefones (71) 3202-1146/1017 ou o e-mail sup.sms3@gmail.com.

Já as Obras Sociais Irmã Dulce, que irão gerir o hospital de campanha da Arena Fonte Nova, abriram seleção para 430 profissionais que tenham interesse em atuar no local. Serão enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas, maqueiros etc. Os currículos deverão ser enviados para o e-mail recrutamento@irmadulce.org.br.

24h

ECONOMIA

Vendas no comércio caíram 12,2%, diz Serasa

RECORDE NEGATIVO O indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian registrou a maior retração de toda a série histórica do índice, iniciada em 2001. Segundo o levantamento, a atividade do comércio tem queda de 12,2% no acumulado anual de 2020 em comparação a 2019.

O Índice calculado pela empresa de análise de crédito mostra ainda que apesar de nenhum segmento ter escapado dos números negativos, os comerciantes de veículos, motos e peças tiveram a baixa mais acentuada, com 16,2% e menos nas vendas, e foram os principais responsáveis pela baixa do índice.

As quedas também foram registradas no setor de Vestuários Calçados e Acessórios (-14,9%), Movéis, Eletrodomésticos, Eletrô-

Combate à pandemia exigiu medidas que esvaziaram ruas e lojas em todo o Brasil

16,2%

foi o recuo do setor de veículos, motos e peças, a maior entre todos os segmentos que compõem o indicador da Serasa



nicos e Informática (-13,3%), Material de Construção (-11,4%) Supermercados, Hipermercados, Alimentos e Bebidas (-8,5%) e Combustíveis e Lubrificantes (-7,0%).

Para o economista da Serasa, Luiz Rabi, existem diversos motivos que justificam a queda geral. "A reabertura dos comércios, as vendas online, a redução de

juros e o auxílio emergencial não tinham como compensar totalmente o período de distanciamento social, os altos níveis de desemprego e a instabilidade econômica da população. Por isso, houve redução histórica das vendas, mesmo em períodos festivos, já que o consumidor precisou priorizar ainda mais seus gastos e focar nos itens essenciais", afirmou.

GOOGLE VAI DEIXAR DE RASTREAR USUÁRIO

PUBLICIDADE O Google anunciou ontem que deixará de usar o histórico específico de navegação das pessoas para vender anúncios na internet a partir do ano que vem. A empresa garantiu que não vai criar alternativas para rastrear as pessoas enquanto elas navegam na web. Para continuar oferecendo publicidade direcionada, o Google afirmou que trabalha para esconder as pessoas "no meio da multidão", agrupando usuários com comportamentos similares.

MAGAZINE LUIZA COMPRA VIPCOMMERCE

STARTUP O Magazine Luiza concluiu aquisição da VipCommerce, uma startup de tecnologia no modelo Software as a Service (SaaS), segundo comunicado ao mercado da varejista, que não detalhou os valores da operação. Com sede em Belo Horizonte (MG), a tecnologia da VipCommerce está presente em mais de 100 redes de supermercados, com 400 lojas distribuídas em 18 Estados, e processa atualmente cerca de R\$ 250 milhões em vendas anualizadas.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotacao	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,6433	RS 5,6643
Dólar Turismo	R\$ 5,6670	RS 5,8300
Euro Turismo	R\$ 6,7438	RS 7,0070

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	91.810,01	-0,32%

POUPANÇA

04/03/2021	8,789%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

RS 1.038,00

INFLAÇÃO

	Jan/20	Jan/21	12 meses
IPCA/IBGE	0,21%	0,21%	4,79%
INPC/IBGE	0,91%	0,89%	4,30%
ISP-M/FGV	0,48%	0,48%	7,81%

IMPOSTO DE RENDA

1,1MI

de declarações do Imposto de Renda já forma entregues à Receita, que espera receber um total de 32,6 milhões de formulários até o final do prazo de entrega em 30 de abril. A multa mínima pelo atraso é de R\$ 165,74.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O ano da queda que não terminou

O ano de 2020 terminou melhor do que se temia, o ano de 2021 começou pior do que o esperado. Esse é o resumo dos números de ontem do PIB que mostraram uma recessão de 4,1% no ano, e uma alta de 3,2% no último trimestre. Houve dados que foram aleatórios, como o crescimento de 20% no investimento, mas que subiu principalmente pela importação de plataformas da Petrobras. O cenário de 2021 começou muito mal. A economia do país entra em 21 caindo e se existe alguma esperança é de que melhore no segundo semestre. Dependendo da vacinação.

Há dados realmente positivos, como a força da agricultura, único setor a crescer. A MB Associados acha que o choque positivo do agro foi até pouco captado pelo IBGE. "O crescimento da renda real do setor foi de 9,3%", diz um relatório da consultoria. Mas, ao mesmo tempo, os números, quando olhados em conjunto, mostram uma economia desencontrada. A indústria cresceu bastante no fim do ano, mas os serviços têm grupos fortemente negativos e são justamente os que empregam mais.

Foi um ano difícil marcado pe-

la crise global do coronavírus, e os erros de uma liderança nefasta no país. O presidente da República foi o pior fator complicador da crise de saúde, e também da economia. Ontem estava de novo dizendo "criaram o pânico". Mesmo com 1.840 mortos num dia, ele mantém a mesma atitude criminosa que tem tido desde o início.

O Brasil paga, em todas as frentes, o preço da péssima liderança que tem. A ideia da dicotomia entre saúde e economia, sustentada por Bolsonaro, agravou a situação econômica. Ao combater todos os esforços de distanciamento social, colocou um país num círculo vicioso de medidas de proteção tomadas pela metade, que criaram instabilidades e tiraram o horizonte da economia. Isso é o pior ambiente para qualquer investimento. Outro erro econômico, derivado do seu negacionismo,

foi o atraso na compra de vacinas que nos deixa agora sem perspectivas para o PIB de 2021.

Na equipe econômica, o primeiro trimestre deste ano já é dado como perdido. Ele será negativo, até pela retirada de todos os estímulos, como o auxílio emergencial, e pela piora da pandemia. Mas em centros de estudo, como a FGV, a previsão é de que o primeiro semestre inteiro será de queda. É o que projeta a economista Silva Matos, por exemplo.

Na equipe econômica do governo, o primeiro trimestre deste ano já é dado como perdido

Como 2020 foi de recessão, pode haver um efeito estatístico que leve o número de 2021 a ser positivo. Mas na maior parte do ano o clima recessivo continuará, com alta taxa de desemprego, queda da renda e do consumo.

A intervenção na Petrobras, em momento em que o Brasil tem dívida alta e muito vencimento de títulos da dívida pública, concentrado no primeiro quadrimestre, aumentou a percepção de que o Brasil é um país arriscado. Isso vale tanto para o investidor internacional quanto para o interno. Um sinal disso é o mercado de câmbio, que está na tendência oposta do que deveria estar, explica Sílvia Matos:

– Sempre que as commodities estão em alta, o dólar cai, porque o Brasil é grande exportador desses produtos. O real é o que eles chamam de commodity currency. Neste momento, as

cotações do que exportamos sobem, mas o real, em vez de se valorizar, está em queda.

O Banco Central, como informado no blog, dobrou a venda de contratos futuros de dólar, de US\$ 35 bi para US\$ 70 bi para segurar o câmbio. Um dos pontos de incerteza é a situação fiscal brasileira e por isso os bancos amanheceram ontem de olho na PEC emergencial. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) propôs tirar o Bolsa Família do gatilho que congela despesas. Alguns parlamentares então propuseram tirar o programa do cálculo do teto. Isso deixaria quase R\$ 75 bilhões no extrateto. As cotações oscilaram ao sabor desse entra e sai de gastos do teto. O relatório não abrigou essa proposta.

O dado de 2020 também marca, lembra o economista Sérgio Vale, o fim de uma década particularmente infeliz no país. De 2011 a 2020, o país cresceu apenas 2,7%, e o PIB per capita caiu 5,5%. "Foi de fato uma década perdida no Brasil". Em 2021, infelizmente, o quadro econômico permanece nebuloso, porque o governo continua gerindo da pior forma a crise sanitária que tem produzido uma mortandade sem precedentes no país.

ECONOMIA

BOLSONARO DIZ QUE PETRÓLEO DEVE SUBIR

REUNIÃO Depois de uma conversa com diplomatas do Kuwait em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que o preço do petróleo deve subir. Na sua avaliação, isso demonstra a necessidade de troca no comando da Petrobras. O presidente esteve com o embaixador do Kuwait no Brasil, Nasser Riden Almotairi. O país é um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Ao sair do encontro, o presidente disse que os árabes não estão satisfeitos com o preço do produto. "Eles acham que o preço ainda não está adequado e pode ser que tenhamos uma alta do petróleo nas próximas semanas", disse. "Isso complica para a gente e reforça nosso interesse em efetivamente em mudar o presidente da Petrobras porque nós queremos — não interferir como nunca interferimos. Agora, a Petrobras pode colaborar com outros órgãos no combate a cartéis, adulteração de combustíveis, a questão de diversificar e o máximo possível a questão de refinarias..." , enumerou.

INVESTIMENTOS CRESCEM NO 4º TRIMESTRE DE 2020

IPEA Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou uma alta de 13,5% em investimentos na economia brasileira no quarto trimestre de 2020, em relação ao terceiro trimestre. Esse foi também o percentual obtido na comparação com o quarto trimestre de 2019. O resultado, segundo o Ipea, foi impulsionado pela importação de plataformas de petróleo em dezembro. Os dados são do Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), divulgado ontem, que monitora a alocação de recursos no aumento da capacidade produtiva da economia. São medidos investimentos em máquinas e equipamentos, na construção civil e em outros ativos fixos, como propriedade intelectual, lavouras permanentes e gado de reprodução, entre outros. De janeiro a dezembro de 2020, os investimentos recuaram 0,8% ante 2019.

Alta do indicador do Ipea foi puxada pela importação de plataformas de petróleo

Descoberta nova venda irregular de ação de estatal

INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA A operação com opções de venda que está na mira da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por suspeita de uso de informação privilegiada com ações da Petrobras pode não ter sido a única a render lucros milionários a seus compradores. A informação é da jornalista Malu Gaspar em seu blog no jornal O Globo, ontem. Foi ela quem primeiro revelou a operação suspeita, na última terça-feira. A jornalista cita que dados da bolsa mostram que um outro papel, a PETRN271, também teve movimentação atípica na quinta, dia 18, antes mesmo da live em que Jair Bolsonaro anunciou que "alguma coisa" ia acontecer com o presidente da Petrobras.

18 milhões de reais é o lucro obtido com a operação suspeita, que foi realizada após reunião ministerial

Cinco integrantes deixam Conselho de Administração da Petrobras

CRISE Mais um conselho da Petrobras decidiu rejeitar indicação do governo federal para ser reconduzido ao cargo e agora já são, ao menos, cinco membros do colegiado que pediram para ser substituídos. O conselheiro Leonardo Pietro Antonelli, eleito para representar os acionistas minoritários, so-

No caso dessa opção, ainda segundo Gaspar, a quantidade de negociações triplicou após 17h15m, quando terminou a reunião ministerial em que se discutiu a alta dos combustíveis, no Palácio do Planalto, em Brasília. Na terça, Gaspar reportou que uma corretora comprou 4 milhões de opções de venda de ação que representavam uma aposta na queda do valor de mercado da Petrobras. Foram duas aquisições que deram lucro de até R\$ 18 milhões, ou 11,125%, a quem as fez. Com essa outra opção de venda, a PETRN271, o comportamento do investidor foi diferente. Houve mais operações e os lotes eram mais pulverizados, e foram usadas várias corretoras diferentes, mas ainda assim em volumes recorde para os papéis. As operações suspeitas de serem irregulares começa-

ram após encerramento de reunião ministerial que trouxe a Petrobras. Estavam presentes, além do presidente Bolsonaro, os ministros Braga Netto (Casa Civil) Paulo Guedes (Economia), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional). Nesse encontro, Bolsonaro teria informado que iria demitir o presidente da estatal, Roberto Castello Branco. Três desses ministros - Freitas, Netto e Ramos - foram questionados sobre o caso pela jornalista Carla Araújo, do Uol. E negaram ter repassado informações sigilosas e privilegiadas. "É chance zero ter saído (alguma informação) de alguns dos participantes da reunião", disse Freitas.

mou-se aos conselheiros indicados pelo acionista controlador - o governo federal - João Cox Neto, Nívio Ziviani, Paulo Cesar de Souza e Silva e Omar Carneiro da Cunha, que manifestaram intenção de deixar o colegiado após o presidente Jair Bolsonaro indicar um novo chefe para a petroleira por

descontentamento sobre a política de preços de combustíveis da estatal. O atual colegiado da Petrobras é composto por 11 membros, sendo sete indicados pelo governo, incluindo Castello Branco, que também deixará o conselho. Três pelos minoritários e um pelos funcionários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA ESTADO DA BAHIA CNPJ: 13.945.986/001-03

AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021)

A Prefeitura Municipal de Serrinha/BA, avisa aos interessados que realizará licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2021 Tipo: Menor Preço por Lote, Modo De disputa: ABERTO - Objeto Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios a serem destinados aos usuários do hospital municipal, CAPS II e CAPS AD, no município de Serrinha.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00h do dia 04/03/2021 às 09:00:00h do dia 16/03/2021 - **JULGAMENTO PROPOSTAS:** Das 09:01h às 10:00 h do dia 16/03/2021 - **DISPUTA DE PREÇOS:** a partir das 10:01:00h do dia 16/03/2021. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: <https://www.serrinha.ba.gov.br>, ou através do site da BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (48) 3520-2107 e 3520-2103. Emerson Rosa dos Santos - Pregoeiro - Portaria 155/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA (BA)

EXTRATO (TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2020) TP Nº 003/2020 - 7º Termo Aditivo, Contratante Prefeitura, Contratado (a): Sathale Construção Ltda com o CNPJ nº 18.768.119/0001-63. Objeto: Empresa de engenharia para cobertura da quadra da Escola Juana Gonçalves Fuzza na localidade de Tocos II, município de Governador Mangabeira - Bahia, de acordo com as especificações de projeto e memorial descritivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Termo de Referência nº 2018/1433/2018, Protocolo 5205/2020 e 6201/2021.

EXTRATO (TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2020) TP Nº 003/2020 - 7º Termo Aditivo, Contratante Prefeitura, Contratado (a): Sathale Construção Ltda com o CNPJ nº 18.768.119/0001-63. Objeto: Empresa de engenharia para cobertura da quadra do Centro Educacional Angélica Gesteira - CEAG na sede do município de Governador Mangabeira/BA, de acordo com as especificações do projeto e memorial descritivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Referência nº 2018/1433/2018, Protocolo 5205/2021 e 6203/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 06/2021

O SENAC - DR/BA torna público o Edital da CONVITE nº 06/2021. OBJETO: contratação de empresa especializada para os serviços de fornecimento e instalação de persianas para o 7º pavimento do Edifício Casa do Comércio Deraldo Motta, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Caminho das Árvoreas, Salvador/BA. **Abertura da Sessão:** Dia 16.03.2021, às 10h00 (horário local). **Local:** Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio, 10º andar - Caminho das Árvoreas, Salvador/BA - Sala de Reunião do SENAC. Os interessados poderão adquirir o Edital na Coordenação de Licitações e Contratos do SENAC ou através do e-mail: comissao.licitacao@os.senac.br, e obter informações pelo telefone (71) 3192-3809/3816 ou FAX (71) 3273-9722, nos horários de 09h00 às 12h30min e 14h30min às 17h00, dias úteis. Salvador, 05 de março de 2021.

EDITAL DE CONVOCACAO ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA DA COOPERATIVA DE CARDIOLOGISTAS INTERVENZIONISTAS DA BAHIA CNPJ 20.231.255/0001-72 - NIRE: 29.4.000461-6

EDITAL Nº 01/2021

Em cumprimento às disposições do Estatuto e em conformidade com a Lei nº 5.764/71, ficam todos os 50 (quarenta) sócios cooperados aptos a votar, convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cooperativa de Cardiologistas Intervencionistas da Bahia, a realizar-se no dia 11 de Março de 2021, às 17h, em 3ª convocação, com 213 (duzentos e treze) dias cooperados, às 15h, em 2ª convocação, com metade mais 1 (um) dia cooperado e às 19h, em 1ª convocação, com um mínimo de 10 (dez) cooperados, por meio digital, na plataforma ZOOM, com a seguinte pauta:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:
a) Deliberação sobre a Prestação de Contas da Diretoria e das Demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020; b) Deliberação sobre as sobras apuradas no exercício findo; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2021.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA:
a) Deliberação acerca da forma de cessação da contribuição estabelecida no Termo de Cessação de Cessão firmado com o CADE; e) O que ocorrer.

O link para acesso, bem como o Boleto de Voto Digital poderão ser obtidos na sede da cooperativa ou através do telefone 71 962526190. Salvador/BA, 3 de Março de 2021.

João Carlos Raimundo Brito - Presidente

Secretaria de Cultura e Turismo SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO

A Comissão Setorial de Licitação - COSEL, torna público para conhecimento dos interessados, acerca do adiamento da seguinte licitação: **Pregão Eletrônico nº 001/2021 PROC. PR SECULT 334/2020, BB 846356**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na Gestão de Equipamentos Culturais compreendendo atividades de preservação do equipamento e do acervo museológico envolvendo atividades de administração, marketing, gestão de receita, limpeza, manutenção e segurança para manter, promover, desenvolver e estimular a programação dos Equipamentos Culturais do Município de Salvador/BA, considerando que houve alteração na planilha de custos do serviço, após questionamento dos licitantes, o recebimento das propostas fica adiado, nos termos do Artigo 18º do Decreto nº 32.562 de 2020, pelo o dia 17/03/2021 às 10h e início da disputa no dia 17/03/2021 às 10h15. Obs: horário de Brasília. O Edital do Pregão Eletrônico encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.licitacoes-e-compra.salvador.ba.gov.br Salvador, 02 de março de 2021 **Márcio Peixoto Lima** - Presidente.

Secretaria de Ordem Pública SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Ordem Pública - Sempop, através da Comissão Setorial de Licitação - COSEL, instituída pela Portaria nº 142/2020, publicada no DOM nº 7.774 de 29 e 31 de agosto de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a Concorrência nº 001/2021 - COSEL/Sempop, PROCESSO Nº 45.416/2020. Objeto: outorga de permissão de uso de bem público, mediante remuneração mensal com encargo para exploração comercial, no Mercado Municipal de São Miguel em equipamentos do tipo box, localizado na Avenida J.J. Seabra, Baixa dos Sapateiros, s/n, Centro, Salvador-BA, nos setores, numerações, quantidades, dimensões e atividades constantes do anexo I do Edital. O recebimento dos Envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação acontecerá em 07/04/2021 às 9h30. Local de entrega dos documentos e realização da Licitação: Sala da Biblioteca - localizada na Rodovia BR-324, Km 618, Oeste, Porto Seco Pirajá, Salvador-BA, CEP 41233-030 (Sede da Limpurb). O Edital de Concorrência encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras, endereço eletrônico: www.compras.salvador.ba.gov.br Informações complementares podem ser solicitadas através do e-mail: atendimento_cosei@salvador.ba.gov.br e do telefone: (71) 3202-5022. Salvador, 02 de março de 2021 **Tiago Garcez dos Reis** - Presidente da COSEL/Sempop.

Senado aprova texto-base de PEC que recria auxílio

VOTAÇÃO O Senado aprovou, ontem à noite, em primeiro turno, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, formulada para destravar uma nova rodada do auxílio emergencial e acionar medidas de contenção de gastos no futuro. Foram 62 votos favoráveis e 16 contrários. Os senadores ainda vão analisar alterações no texto e votar a medida em segundo turno. Depois, a proposta vai para a Câmara dos Deputados, onde, de acordo com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a maioria dos líderes apoia a análise com rapidez.

O trecho que trata da nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial foi alterado em última versão do relatório (602 KB) do senador Márcio Bittar (MDB-AC). O emedebista estipulou limite de R\$ 44 bilhões para ser gasto com o programa em 2021, que também não será contabilizado para regras fiscais.

A proposta aprovada não detalha valores, duração ou condições para o novo auxílio emergencial. O texto flexibiliza regras fiscais para abrir espaço para a retomada do programa. Segundo o texto, neste ano, será possível usar créditos extraordinários para pagar o novo auxílio emergencial. Ou seja, o gasto com novas fases do benefício seria financiado com aumento da dívida. Para esse objetivo específico, as medidas de controle fiscal relacionadas à



Com 62 votos favoráveis e 16 contrários, Senado aprovou ontem à noite o texto base da PEC Emergencial

criação ou à expansão de despesas ficam dispensadas.

Para que se crie um crédito extraordinário, a Constituição elenca algumas situações, entre elas, a de calamidade pública. Pelo relatório preliminar, no caso dos créditos para pagar o auxílio, essa regra não precisará ser seguida.

Além disso, os gastos, que serão mais dívida pública, não contarão para a Regra de Ouro, que impede o governo de usar recursos obtidos por endividamento para bancar despesas correntes. Também

não serão computados no cálculo da meta de primário, que mostra se o Brasil terminou o ano no vermelho ou no azul em suas contas públicas.

A ideia de determinar que o auxílio seja pago por meio dessa modalidade de crédito também tira a possibilidade de quebra do teto de gastos públicos, que impede que as despesas de um ano cresçam mais que a inflação do ano anterior. Segundo a Constituição, créditos extraordinários não contam para a regra do teto.

Benefício pode variar de R\$ 150 a R\$ 375 e atender apenas um por família

ESTUDO O governo avalia criar faixas com valores distintos do auxílio emergencial a depender do perfil do beneficiário. A proposta em estudo prevê parcela padrão de R\$ 250, mas o benefício mensal seria maior para mulheres chefes de família e menor para pessoas que se declaram sozinhas. No desenho em elaboração, beneficiários que atendam aos critérios e não tenham filhos ou dependentes terão direito a parcelas mais baixas. Há modelos com valores de R\$ 125, R\$ 150 ou R\$ 175 para essas pessoas. O patamar de R\$ 150 atualmen-

te é o mais provável.

No caso das mulheres chefes de família, o pagamento pode ser de R\$ 375 por mês. O valor seria 50% mais alto do que o benefício padrão. Ao contrário do auxílio emergencial pago em 2020, a nova rodada deve limitar um benefício por família. No ano passado, foi possível que dois membros da mesma família recebessem o auxílio. Agora, o governo quer apenas uma parcela por lar.

Isso também, na avaliação da equipe econômica, reduzirá os custos do programa, que foi responsável por quase R\$

A proposta em estudo prevê parcela padrão de R\$ 250, mas o benefício mensal seria maior para mulheres chefes de família

300 bilhões dos gastos de 2020. O plano do governo e do Congresso prevê o repasse de quatro parcelas entre março e junho. Em 2020, não houve pagamento menor a pessoas de baixa renda que vivem sozinhas. Para mulheres chefes de família, o valor dos repasses foi o dobro do benefício padrão (R\$ 1.200 quando as parcelas em geral eram de R\$ 600). Portanto, com a nova regra, o governo criaria uma restrição a mais para uma faixa do público e pagaria menos que o dobro da parcela padrão para as mulheres que chefiam o lar.

CÂMARA APROVA AJUDA AO SETOR DE EVENTOS

PROJETO A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei 5638/20, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto aprovado é um substitutivo da relatora, deputada Renata Abreu (Pode-SP). A matéria será enviada ao Senado.

De autoria do deputado Felipe Carreras (PSB-PE) e de outros sete deputados, o projeto prevê o parcelamento de débitos de empresas do setor de eventos com o Fisco federal, além de outras medidas para compensar a perda de receita em razão da pandemia de covid-19.

Haverá ainda alíquota zero do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses e a extensão, até 31 de dezembro de 2021, do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para as empresas do setor.

De acordo com o substitutivo da relatora, as ações beneficiarão as empresas de hotelaria em geral; cinemas; casas de eventos; casas noturnas; casas de espetáculos; e empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral e eventos esportivos.

Mais*

A CAPITAL BAIANA ATINGIU NA MANHÃ DE ONTEM O MAIOR NÚMERO DE PEDIDOS DE REGULAÇÃO

Em Salvador, pacientes com covid-19 aguardam 36 horas por vaga em unidade médica

Marcela Villar*
REPORTAGEM
marcela.villar@redebahia.com.br

Medo, dor, incerteza, aflição, insegurança e angústia. Esses são apenas alguns dos sentimentos de pacientes com covid-19 que estão na fila de espera por uma vaga em um hospital público ou privado da Bahia. E não são poucos nessa situação: em todo o estado, a demanda de quem espera por regulação na rede pública atingiu, ontem, 500 pedidos de leitos, sendo 384 de UTI. Em tempos normais, a média era de 80 pessoas. E mais: em Salvador, o tempo médio de espera para um paciente ser regulado na rede municipal é hoje de longas 36 horas. A média, antes da crise sanitária, era de 4 horas.

A capital baiana atingiu na manhã de ontem o maior número de pedidos de regulação já registrado até agora: foram 176 solicitações - 106 para leitos de enfermaria e 55 para UTI, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde. A situação reflete a alta taxa de ocupação de leitos de UTI na Bahia e em Salvador. Até às 16h30 de ontem, estava em 84% e 85%, respectivamente.

"Estamos batendo recordes em cima de recordes de regulações. Ontem (anteontem), regulamos 70 pacientes, e mesmo assim, o dia começou hoje (ontem) com 106 pessoas a serem reguladas. Nossa preocupação é que vínhamos de uma baixa ocupação, de 60, 65%, tínhamos leitos vagos, mas fomos preenchendo e hoje acredito que já passamos dos 90%", na prática", disse o secretário Municipal de Saúde, Leo Prates.

Ele pontua que os próximos dias provavelmente serão piores, se os índices continuarem no mesmo patamar. "O próximo passo é muito feio, é as UPAs não terem vagas. Já mandei colocar mais macas nas UPAs, para tentar aumentar a capacidade, mesmo que seja necessário colocar em outros espaços, e estamos vendo como colocar respirador de

Fila de espera por leitos de UTI bate recorde



O número de novos casos e de mortos por covid-19 deu salto em todo o estado nos últimos dias

O sistema de saúde vai ficando estrangulado. Estamos tendo muito mais entradas do que saídas
Leo Prates

Secretário municipal de Saúde

São 100 leitos na Fonte Nova e outros 100 nos Hospital Metropolitano e acabou. Não há mais o que abrir
Rui Costa

Governador da Bahia

É um sentimento de frustração por não ter conseguido, nenhuma resposta de um hospital
Rodrigo Sampaio

Estudante

transporte", conclui Prates.

MORTES

Por conta da demora em conseguir um leito de UTI, o estudante de Ciências Econômicas, Rodrigo Sampaio, de 22 anos, perdeu a avó, Maria da Conceição. Ela residia na cidade de Santo Estevão e tinha 78 anos. "Ela deu entrada na sexta e faleceu na última segunda-feira. O hospital municipal da cidade não tinha estrutura para o quadro que desencadeou e ela morreu a espera de uma vaga de UTI nos hospitais de Feira de Santana. Minha família se movimentou mas conseguimos nenhuma vaga", conta.

No caso do pai do entregador

Rodolfo Augusto Oliveira, 34 anos, a transferência para um leito de UTI demorou pouco mais de 24 horas. Enquanto isso, ele ficou em um leito do grápio da UPA dos Barris. Mas só foi atendido da segunda vez que foi na unidade, no último domingo.

"Meu pai começou a sentir primeiro dor de garganta e uma tosse seca. Depois evoluiu para febre, lá para o quarto dia. Daí em diante, ele só estava na cama, só levantava para fazer necessidades básicas e se alimentar, estava se alimentando bem pouco. Depois que descobri a febre, levei para a UPA dos Barris, e disseram que ele não

teria prioridade, por conta da pandemia", conta o filho de Carlos Augusto.

Rodolfo decidiu, então, no dia seguinte, que iria ao centro médico de Pernambuco. Só que o médico de lá informou a ele que só atenderia se a saturação de oxigênio e a temperatura estivessem anormais. Por isso, voltaram à UPA dos Barris, onde foram atendidos com mais rapidez. De lá, Carlos foi transferido para o Hospital Municipal. Ele apresentou melhora, saiu da UTI e foi para um leito de enfermaria, mas continua precisando de oxigênio.

*SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Paciente espera quatro dias por uma vaga

A demora na transferência para um leito de UTI também ocorreu com a mãe da cozinheira Michele Figueiredo, 39 anos, moradora de Camaçari. Márcia Maria é diabética, tem 60 anos, e sofreu infarto dentro de casa. Ela estava na residência de uma das filhas, a irmã de Michele, em Salvador. Mesmo com plano de saúde, foram quatro dias sem leito de UTI. No meio tempo, ela ficou internada na ala vermelha no hospital Santa Izabel.

"Minha mãe deu entrada no Santa Izabel com falta de ar e ela infartou dentro de casa. A gente ficou sem UTI por quatro dias, depois surgiu uma vaga. Ela só consegue respirar de costas, de bruços, e não deixamos visitar para saber como ela está e a gente não tem acesso aos exames nem relatório, só falamos comigo pelo telefone uma vez por dia", conta Michele. Por conta disso, a filha acredita que Márcia tenha pego covid-19. Segundo o boletim médico, a mãe está com 70% dos pulmões comprometidos e pneumonia. Ela já está na Unidade de Terapia Intensiva há uma semana.

Além dos 2.254 leitos que existem na Bahia, o governo estadual abrirá mais de 600 leitos, sendo cerca de 400 clínicos e os demais de UTI. Segundo a Sesab, eles serão distribuídos entre capital, região metropolitana, sul e extremo sul da Bahia. Em Salvador, são 1.059 leitos ativos. Ontem, o governador Rui Costa disse que a capacidade de o estado abrir novos leitos está "no limite".

BALANÇO

112

novas mortes por covid foram registradas, na Bahia, nas últimas 24 horas. Desde o início da pandemia, são 12.140 óbitos confirmados. O boletim epidemiológico da Secretaria da Saúde da Bahia, aponta ainda 5.329 casos da doença (taxa de crescimento de +0,8%) e 4.295 recuperados (+0,7%)

Doris Miranda, com agências

REPORTAGEM

doris.miranda@redetbahia.com.br

O Ministério da Saúde informou nesta quarta-feira que vai comprar as vacinas da Pfizer e da Janssen, após meses rejeitando propostas destas empresas. Segundo a pasta, o ministro Eduardo Pazuello pediu para a sua equipe "acelerar" os contratos. Em reunião com a Confederação Nacional dos Municípios, o general afirmou que a compra com a Pfizer poderia ser concluída até início da semana que vem.

Pazuello disse que a proposta apresentada pela Pfizer e aprovada pelo Ministério da Saúde prevê 8,715 milhões de doses até junho; 32 milhões até setembro; e 59,285 milhões até dezembro — no total, são 100 milhões de doses do imunizante.

A Câmara aprovou na terça-feira, um projeto para que a União possa assumir as responsabilidades por eventuais efeitos adversos de vacinas da covid-19. Trata-se da exigência da Pfizer e da Janssen que o governo federal vinha apontando como abusiva.

Esta permissão chegou a ser colocada em versão prévia da medida provisória 1.026/2021, com aval da pasta de Pazuello e da área jurídica do governo, mas foi excluída do texto final, publicado em janeiro.

O ministro também pediu para a sua equipe "acelerar" a compra da vacina da Janssen, imunizante com eficácia de 66% e que exige a aplicação de apenas uma dose, mas ainda não tem aval para uso no Brasil. O Ministério da Saúde negocia 38 milhões de doses desta vacina, que chegariam a partir de outubro. Acontece que país vive agora o momento mais grave da pandemia, com relatos de colapso no sistema de saúde em 18 estados e recordes sucessivos de mortes por covid-19, o que tem aumentado as críticas à pasta pelo atraso nas negociações para obter vacinas contra a doença.

A vacina da Pfizer é a única que tem registro definitivo aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A da Janssen recebeu aprovação de autoridades sanitárias de outros países. Outras vacinas avaliadas pela Anvisa — como a CoronaVac e de Oxford, as duas que atualmente estão sendo



Segundo Ministério da Saúde, o contrato com a Pfizer deve ser concluído até semana que vem

Governo vai comprar vacinas da Pfizer e da Janssen

Acordo foi anunciado depois de meses de negociações e embate; contratos devem viabilizar cerca de 138 milhões de doses

♦♦ A proposta da Pfizer é boa, e partir de agora seguimos nos trâmites de fazer esse contrato o mais rápido possível. Eduardo Pazuello, ministro da Saúde

aplicadas no Brasil — recebem somente a autorização para uso emergencial. O imunizante da Pfizer tem eficácia global de 95%. Para a população acima de 65, alcança 94%, segundo avaliou a agência sanitária.

Apesar da alta eficácia da Pfizer, o presidente Jair Bolsonaro desdenhou em mais de uma oportunidade da proposta oferecida pelo laboratório por causa de suas regras "leoninas". "Lá no contrato

da Pfizer está bem claro: 'Não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu'", disse o presidente em 17 de dezembro.

PROPOSTA BOA

A promessa de Pazuello de fechar os contratos também pode esfriar articulações de prefeitos e governadores para a compra de vacinas em consórcio. Esta possibilidade foi levada ao ministro durante a reunião. O titular da Saúde, no entanto, tem dito que todas as vacinas com registro no Brasil serão adquiridas pelo governo federal, não havendo a necessidade de que estados e municípios adquiram

por conta própria.

"Estamos discutindo a compra de doses da vacina da Pfizer, que hoje se torna realidade a partir do projeto de lei que passou pela Câmara. E a proposta de cronograma é uma boa proposta, e partir de agora seguimos nos trâmites de fazer esse contrato o mais rápido possível", disse Pazuello, em vídeo gravado ontem, antes da reunião com representantes do laboratório. O valor total a ser investido no contrato da Pfizer ainda deve ser confirmado.

O imunizante da Janssen foi aprovado nos Estados Unidos no último sábado. Na semana passada, a agência regulatória americana divulgou uma análise da vacina de dose única que mostrou que o imunizante tem eficácia global de 72%, seis pontos percentuais acima do indicando preliminarmente.

O Ministério da Saúde anunciou, também nesta quarta-feira, que prevê a chegada de 400 mil doses da vacina Sputnik V, desenvolvida pela Rússia, ainda em março. O Brasil deverá receber ao todo, até maio, 10 milhões de doses da vacina, segundo a pasta. A Sputnik V, porém, ainda não foi aprovada pela Anvisa. Mas, segundo o ministério, a negociação está em processo das tratativas finais. Segundo a pasta, o valor do contrato é de R\$ 639,6 milhões.

Consórcio para compra de imunizantes tem adesão de 649 prefeituras

O consórcio de municípios para compra de vacinas já teve manifestação de interesse de 649 prefeituras, segundo a lista divulgada ontem pela Federação Nacional de Prefeitos (FNP). A iniciativa foi lançada na segunda-feira em uma reunião com cerca de 300 prefeitos.

As administrações municipais podem assinar o termo de intenção do consórcio até amanhã. A previsão é que a associação seja efetivamente instalada até o dia 22. Deve ser ainda elaborado um modelo de projeto de lei para ser enviado às câmaras municipais para que as cida-

des participem das compras.

A ideia é que as prefeituras possam comprar as vacinas caso o Plano Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde, não seja capaz de suprir toda a demanda. "O consórcio não é para comprar imediatamente, mas para termos segurança

jurídica no caso de o PNI não dar conta de suprir toda a população. Nesse caso, os prefeitos já teriam alternativa para isso", explicou o presidente da FNP, Jonas Donizette.

Estão sendo avaliadas formas de financiar a aquisição dos imunizantes. Há três

possibilidades principais: recursos do governo federal; financiamento por organismos internacionais e doações de investidores privados brasileiros.

A lista de prefeituras que demonstraram intenção de aderir ao consórcio está disponível na página da FNP.

Nordeste negocia 25 milhões de doses da Sputnik V

Liderados pela Bahia, os nove estados do Nordeste acertaram os termos de compra de 25 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. Resta apenas assinar o contrato com o Fundo Soberano Russo, que desenvolve e distribui o produto. As doses seriam importadas da Rússia, mas é importante lembrar que a vacina ainda não foi aprovada pela Anvisa.

O governador da Bahia, Rui Costa, tem atacado a postura do órgão, o qual acusa de "insensibilidade" diante do agravamento da crise sanitária: "Fico indignado com a falta de sensibilidade da Anvisa e do Governo Federal. Estou com pessoas pedindo desesperadamente um leito de UTI, tenho 400 pacientes esperando regulação. Na Bahia, morreram 400 pessoas em quatro dias. Quando é que as pessoas vão se comover com isso? Depois da Fonte Nova do Hospital Metropolitano não há mais o que abrir. Só vamos conseguir conter a doença se a gente evitar a contaminação e para evitar contaminação tem que evitar o contato social", desabafou o governador, ontem, em entrevista à TV Bahia.

Em tese, as primeiras doses chegariam em abril e seriam todas entregues até julho - o laboratório brasileiro União Química também vai produzir o imunizante, o que será objeto de outro contrato. As doses da Sputnik serão entregues ao PNI. Segundo os governadores, a União Química prometeu tomar providências para obter aprovação da Sputnik na Anvisa.

Os gestores estaduais também pediram uma "proposta firme de entrega" de vacinas produzidas pelo Instituto Butantan, da chinesa Sinovac. A intenção é comprar do instituto paulista mais 30 milhões de doses. Outras vacinas em vista estão "em espera", pois não é possível negociar enquanto o governo federal não chega a um acordo definitivo com a Pfizer, Janssen e Moderna.



ELIZABETH/DIVISA

Na Bahia, morreram 400 pessoas em quatro dias. Quando é que as pessoas vão se comover com isso? Rui Costa governador



Começa hoje em Salvador vacinação de maiores de 79 anos

Salvador começa a imunizar mais uma faixa de idosos hoje: desta vez, aqueles com 79 anos ou mais. A ação acontece graças às 14.980 doses da CoronaVac entregues na capital nesta quarta-feira. As vacinas integram um lote com 165.600 doses do imunizante produzido pelo Instituto Butantan, que chegou à Bahia na madrugada de quarta - no mesmo dia, o produto começou a ser enviado para as centrais regionais no interior do estado. A expectativa é de que a Bahia alcance a marca de meio milhão de imunizados com a 1ª dose, segundo calcula a coordenadora de imunização do Estado, Vânia Rebouças.

Até ontem, eram cerca de 480.720 os baianos vacinados com a 1ª dose, segundo a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Em Salvador, já foram 147.943 pessoas imunizadas com a 1ª dose, conforme vacinômetro da Secretaria Municipal da Saúde de Salvador (SMS). Os dados estaduais ainda estão distantes da meta de imunização para a fase I de vacinação na Bahia, que possui um público alvo mais de 1,4 milhão. O entrave é a escassez de doses recebidas.

Seguindo o Programa Nacional de Imunização (PNI), os grupos prioritários de todas as fases do plano federal somam cerca de 5 milhões de pessoas na Bahia. Rebouças calcula que o estado teria a capacidade de imunizar, com a primeira aplicação da vacina, esses grupos em um mês se houvesse doses para tal. "Teríamos que receber 10



Se não fosse essa irregularidade na remessa de vacinas, a gente conseguiria fazer uma logística muito melhor, inclusive, sem filas. Diante desse cenário, que nós estamos enfrentando o desespero Bruno Reis prefeito

milhões de doses para imunizar completamente os grupos prioritários", afirmou.

A quantidade de imunizados que cada cidade recebe é calculada com base na população dos grupos prioritários dos municípios. "A orientação é que os municípios possam avançar na vacinação dos idosos em ordem decrescente de idade. Entregamos doses para atender mais de 80% do público a partir de 80 anos", explicou Rebouças. Como vem sendo feito, o Governo do Estado também resguardou metade do lote recebido nesta quarta para assegurar a aplicação da segunda dose da CoronaVac. O intervalo entre as doses da vacina é de 28 dias. Já a vacina da AstraZeneca/Oxford tem um intervalo de 12 semanas. A Bahia recebeu 1.111.200 doses de vacinas

contra o coronavírus desde o dia 18 de janeiro. A meta da campanha de vacinação contra a covid-19 no estado é imunizar, pelo menos, 90% dos integrantes dos grupos prioritários. Algumas cidades, porém, possuem baixos índices de vacinação, como Senhor do Bonfim. Segundo a Sesab, só 31,8% das 3.209 doses entregues foram aplicadas até agora no município.

Segundo o prefeito de Salvador, Bruno Reis, esta nova leva, equivalente a cerca de 15 mil doses, será distribuídas entre idosos e trabalhadores da saúde. "A gente vai retomar os trabalhadores da saúde, categoria que ainda falta um percentual a ser vacinado, e iniciaremos, hoje e amanhã, a vacinação dos idosos acima de 79 anos. Nós temos 6.800 idosos nessa faixa etária", disse Bruno.

A novo lote de vacinas contra o novo coronavírus foi levado para a sede da Vigilância Sanitária, que fica no bairro do Rio Vermelho, e de lá serão distribuídas para os pontos fixos e de drive-thru. Quem vai tomar a primeira dose tem à disposição três drives (5º Centro, Parque de Exposições e Escola Baiana de Medicina/Campus Cabula) e quatro pontos fixos (USF Santa Luzia, USF Plataforma, USF Cajazeiras X e 5º Centro).

"Se não fosse essa irregularidade na remessa de vacinas, a gente conseguiria fazer uma logística muito melhor, inclusive, sem filas. Mas, infelizmente, como as vacinas demoram de chegar, que a gente é obrigado a revelar, diante desse cenário, que nós estamos enfrentando o desespero. As pessoas vão todas de vez aos pontos de vacinação e filas enormes se formam", avaliou Reis.

MARINA HORTLEIJO (COM SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM DE PERLA RIBEIRO)

A Bahia recebeu 165,6 mil doses de vacinas ontem e previsão é de imunizar cerca de meio milhão de pessoas

FOTY SILVA/IMAGEM/ILUSTRAÇÃO/IMAGEM



Irregularidade na compra de testes de covid na Bahia e DF

Quarta fase Operação Falso Negativo apreende documentos em Salvador, Lauro de Freitas e São Gabriel

Gil Santos

REPORTAGEM
gil.santos@redebahia.com.br

Seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador, Lauro de Freitas e no município de São Gabriel, no Centro-Norte da Bahia, na 4ª fase da Operação Falso Negativo, ontem. A investigação começou em julho do ano passado e apura irregularidades na compra de

testes para covid-19 em municípios de sete estados e no Distrito Federal.

A etapa de ontem foi concentrada na Bahia e no DF. Ao todo, foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão, seis nas três cidades baianas e outros dez no DF. O processo corre em segredo de justiça. Desta vez, os alvos foram escritórios de advocacia, empresas de auditoria e de consultoria. Entre os crimes investigados, estão: fraude a licitações, lavagem de capitais e organização criminosa. Foram coletados nos locais computadores, notebooks, pendrives, documentos, além de outros arquivos eletrônicos.

A operação é realizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e pelo Grupo de Atua-

LINHA DO TEMPO DA OPERAÇÃO

- **2 de julho de 2020**
A primeira fase da operação é deflagrada, e os investigadores cumprem 81 mandados de busca e apreensão, cinco deles na Bahia, nas cidades de São Gabriel e Itrecê.
- **25 de agosto de 2020**
Segunda fase acontece em Salvador, Feira de Santana e outras cidades do Brasil. Seis mandados de prisão e 44 de busca e apreensão são cumpridos, e o secretário de saúde do DF (Francisco Araújo) é preso.
- **11 de setembro de 2020**
O Ministério Público denuncia 15 pessoas por organização criminosa, fraude à licitação, fraude em entrega de mercadoria e peculato. Foi solicitada ainda a perda do cargo público para todos os denunciados.
- **25 de setembro de 2020**
Terceira fase da operação é deflagrada e mandados de busca e apreensão são cumpridos contra dois integrantes do alto escalão da Secretaria de Saúde do DF. Investigação apurava o desvio de R\$ 18 milhões dos cofres públicos.
- **3 de março de 2021**
Quarta fase cumpre seis mandados de busca e apreensão em Salvador, Lauro de Freitas e no município de São Gabriel, na Bahia, e outros dez em cidades do Distrito Federal.

Operação teve o apoio da Polícia Civil e apreendeu documentos e arquivos eletrônicos

ção Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público da Bahia (MPBA), com apoio da Polícia Civil. Ontem, 11 equipes, com 42 policiais envolvidos, participaram da ação.

A Operação Falso Negativo já prendeu ex-integrantes da cúpula de saúde do Distrito Federal, como o próprio secretário de saúde Francisco Araújo, e é a maior operação deflagrada pelo Gaeco do MPDF nos últimos anos. Somadas as duas primeiras fases, foram cumpridos 109 mandados de busca e apreensão, sete prisões e 15 pessoas denunciadas. O Ministério Público também pede reparação de danos em torno de R\$ 46 milhões.

A operação conjunta envolveu, além do MP, os Departamentos de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), de Inteligência Policial (DIP) e Coordenação de Operações Especiais (COE). Todo o material apreendido será encaminhado para análise no Ministério Público do Distrito Federal.

PRIMEIRAS AÇÕES

A primeira fase aconteceu no dia 2 de julho de 2020. A suspeita era de que havia ilegalidades praticadas em contrata-

ções que envolvem testes para detecção da covid-19 em algumas cidades do país. Na época, foram cumpridos 81 mandados de busca e apreensão em municípios da Bahia, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina e Paraná.

Os investigadores afirmaram que havia indícios de superfaturamento na aquisição dos insumos e também evidências de que as marcas adquiridas não seriam seguras para a detecção da doença. O MP-BA informou que, por meio de dispensa de licitação devido à situação de emergência causada pela pandemia, cerca de R\$ 40 milhões teriam sido desviados de contratos para compra de testes.

As diligências realizadas em todo o Brasil foram determinadas pela Justiça de Brasília e cinco mandados foram cumpridos na Bahia, nos municípios de São Gabriel e Itrecê. As buscas foram feitas em empresas e residências de pessoas ligadas à venda dos materiais. Foram apreendidos notebooks, aparelhos celulares, discos rígidos de computadores e pen drives, além de diversos documentos, onde havia registro das transações suspeitas.

PRISÕES

No dia 25 de agosto, foi deflagrada a segunda fase da operação, desta vez em Salvador e Feira de Santana, além de outras cidades brasileiras. Seis mandados de prisão e 44 de busca e apreensão foram cumpridos no país. O destaque foi para a prisão preventiva do então secretário de Saúde do DF, Francisco Araújo.

Foram detidos também o ex-secretário adjunto de Assistência à Saúde do DF, Ricardo Tavares Mendes, o subsecretário de Vigilância da pasta, Eduardo Hage Carmo, o secretário adjunto de Gestão em Saúde do DF, Eduardo Seara Machado Pojo do Rego, o diretor do Laboratório Central do DF, Jorge Antônio Chamon Júnior, e o assessor especial da pasta, Ramon Santana Lopes Azevedo.

No mês seguinte, 15 pessoas foram denunciadas pelos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, fraude na entrega de uma mercadoria por outra - marca diversa, e peculato, que é o desvio de dinheiro público. Foi solicitada também a perda do cargo público para todos os denunciados. A terceira fase se concentrou em integrantes da pasta da saúde do DF.

Foram cumpridos mandados de prisão e busca e apreensão contra Eduardo Hage Carmo, ex-subsecretário de Vigilância à Saúde, e Emmanuel de Oliveira Carneiro, ex-diretor de Aquisições Especiais da Secretaria de Saúde do DF. Já Erika Mesquita Teixeira, ex-gerente de aquisições, foi proibida de frequentar as dependências da Secretaria de Saúde. A investigação apura o desvio de R\$ 18 milhões dos cofres do DF.

46

milhões de reais é o valor que o Ministério Público pede como reparação de danos



Com uma queda de mais de 12% no ano passado, os serviços prestados às famílias, como os bares e restaurantes, foram os mais afetados pela pandemia de covid-19, segundo o IBGE

PIB amarga tombo histórico

Pesquisa Com pandemia, economia brasileira encolheu 4,1% no ano passado

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redelinha.com.br

Não deu outra: no primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, quando diversas atividades econômicas foram parcial ou totalmente paralisadas, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil tomou 4,1%, em 2020, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior recuo anual da série iniciada em 1996. Em valores correntes, o PIB do país chegou a R\$ 7,4 trilhões. Já o PIB per capita (por habitante) no ano passado foi de R\$ 35.172, com queda de 4,8% - a maior já registrada em 25 anos.

"O resultado é efeito da pandemia de covid-19. Mesmo quando começou a flexibilização do distanciamento social, muitas pessoas permaneceram receosas de consumir, principalmente os serviços que podem provocar aglomeração", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Em 2020, o setor de serviços encolheu 4,5% e a indústria, 3,5%. Somados, esses dois segmentos representam

95% da economia nacional. Por outro lado, a agropecuária cresceu 2%.

Nos serviços, o menor resultado veio de outras atividades de serviços (-12,1%), que são os restaurantes, academias e hotéis. "Os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente pelas restrições de funcionamento. A segunda maior queda ocorreu nos transportes, armazenagem e correio (-9,2%), principalmente o transporte de passageiros, atividade econômica também muito afetada pela pandemia", acrescenta Rebeca.

Cairam ainda, no setor de serviços, as atividades de administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (4,7%), comércio (-3,1%), informação e comunicação (-0,2%). Já atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4%) e as atividades imobiliárias (2,5%) avançaram em 2020.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Na indústria (-3,5%), o destaque negativo foi o desempenho da construção (-7%), que voltou a cair depois da alta de 1,5% em 2019. Também apresentaram queda as indústrias de transformação (-4,3%), influenciadas pelo recuo na fa-

bricação de veículos automotores, outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia.

A agropecuária, por sua vez, cresceu, no ano puxada pela soja (7,1%) e o café (24,4%), que alcançaram produções recordes na série histórica. Por outro lado, algumas lavouras registraram variação negativa na estimativa de produção anual, como, por exemplo, laranja (-10,6%) e fumo (-8,4%). "Isso decorreu do crescimento da produção e do ganho de produtividade da agricultura, que suplantou o fraco desempenho da pecuária e da pesca", afirmou Rebeca Palis.

Pelo lado da demanda, todos os componentes recuaram em 2020, na comparação com o ano anterior. O consumo das famílias teve o menor resultado da série histórica (-5,5%). Isso pode ser explicado, segundo a coordenadora de Contas Nacionais, principalmente pela piora no mercado de trabalho e a necessidade de distanciamento social. A queda no consumo do governo também foi recorde (-4,7%). Já os investimentos caíram 0,8%, encerrando uma sequência de dois anos positivos.

Bolsonaro vê lado positivo em queda de 4,1%

O presidente Jair Bolsonaro disse que o "lado positivo" da queda de 4,1% do PIB em 2020 é que o tombo na economia brasileira é um dos menores do mundo. "Desculpa, eu não tomei conhecimento da avaliação do PIB. O que eu posso falar para você que se esperava que a gente ia cair 10%, mas parece que caímos 4%. É um dos países que menos caiu no mundo todo, então, tem esse dado positivo", disse.

Para Bolsonaro a queda do PIB só não foi maior devido à movimentação da economia gerada pelo auxílio emergencial. "Esse dinheiro, quando vai para os municípios, roda a economia local, que interfere na arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais também".

Escalado para comentar o PIB, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, foi na mesma linha que o presidente e disse que o resultado coloca o Brasil em uma posição "bastante satisfatória" na comparação com outros países. "A queda estava próxima das nossas estimativas, afirmou Rodrigues.

🔴 Cair 4,1% diante de uma pandemia é positivo, outros países devem cair bem mais. O problema é que a boa notícia ficou para trás, justamente porque é o setor mais afetado pela pandemia do coronavírus
Sílvia Matos
Economista da FGV

🔴 Era preferível salvar mais vidas do que ter uma recuperação da economia menos desfavorável do que se imaginava
Mailson da Nóbrega
Ex-ministro da Fazenda

Brasil sai de lista das 10 maiores economias do mundo

Com a queda de 4,1% do PIB, em 2020, o Brasil saiu do ranking das 10 maiores economias do mundo e caiu para a 12ª colocação, segundo levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating. Em 2019, o Brasil ficou na 9ª posição. De acordo com o ranking, o Brasil foi superado em 2020 por Canadá, Coreia e Rússia.

Nem todos os países, no entanto, divulgaram os dados oficiais ou finais do PIB de 2020. O ranking definitivo das maiores economias do mundo deve ser divulgado em abril, após a divulgação dos resultados consolidados pelo FMI.

"Teria uma chance da Rússia ter um número muito ruim e cair bastante, daí o Brasil voltaria para 11º, acho que no máximo isso. Austrália dificilmente vai superar o Brasil porque a diferença é muito grande", afirma Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

O levantamento mostra ainda que o resultado do PIB do Brasil em 2020 ficou na 21ª colocação num comparativo entre as 50 maiores economias do mundo. Os maiores tombos foram registrados pelo Peru (-11,1%), Espanha (-11%) e Reino Unido (-9,9%).

21º

é a posição do Brasil em um ranking de crescimento econômico de 50 países em 2020, segundo a agência Austin Rating

3

países terminaram o ano marcado pela pandemia da covid no azul: Taiwan, China e Turquia. Os maiores tombos foram registrados por Peru (-11,1%) e Espanha (-11%)

Tribuna

Empréstimo

A Assembleia Legislativa da Bahia adiou a votação do pedido de empréstimo de R\$ 500 mil da Embasa com o Banco do Brasil. A expectativa inicial do presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), era apreciar a matéria ontem. “Vamos deixar para a próxima segunda-feira por conta do decreto da Covid”, afirmou o presidente. Mesmo de forma remota, o presidente teria contato com servidores da Casa para coordenar a sessão.



Adolfo Menezes

Arena

Na tarde de ontem, o governador Rui Costa (PT) esteve no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador, para uma visita técnica à unidade, que volta a funcionar hoje. O hospital tem capacidade para 200 leitos, mas inicialmente funcionará com 80 leitos, distribuídos em 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e mais 30 leitos clínicos, voltados para o atendimento de pacientes diagnosticados com a Covid-19.

Brasil deixa ranking das 10 maiores economias, após queda de 4,1% do Produto Interno Bruto

O ESTADO DE S.PAULO

Com a queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, o Brasil deixou o ranking das 10 maiores economias do mundo. As contas do economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, mostram que o País passou para o 12.º lugar, com participação de 1,6% no PIB global.

Em 2011, o País era a sétima maior economia do mundo, posição que ocupou até 2014. Quando veio a recessão de 2015 e 2016, o Brasil perdeu duas posições nesse ranking, passando para o oitavo lugar em 2017 e para o nono, nos dois últimos anos.

Os dados confirmam as projeções feitas em outubro

pelo FMI para 2020: com a crise da covid-19 e seus impactos na economia mundial, o PIB do Brasil passaria de US\$ 1,8 trilhão para US\$ 1,4 trilhão até o fim do ano passado - o que levaria a economia brasileira a ser ultrapassada por Rússia, Coreia do Sul e Canadá, o que de fato ocorreu. Para 2021, a estimativa é que o País desça ao 14.º lugar.

No ranking de crescimento econômico de 50 países em 2020, o Brasil está em 21.º lugar. Ainda assim, o tombo da economia brasileira foi menor que o da média desses países (-4,8%), mas acima da verificada no mundo (-3,5%). Apenas três países terminaram o ano marcado pela pandemia da covid-19 no azul: Taiwan, China e Turquia.

Com o resultado do PIB

divulgado nesta quarta-feira, 3, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ficou logo atrás de Bulgária, Romênia e Holanda (todos com -3,8%), Letônia (-3,6%) e Estados Unidos, que aparece na 16.ª posição, com uma queda de 3,5% no PIB anual. Entre os países da América do Sul listados, a Colômbia está no 38.º lugar, com um recuo de 6,8% no PIB, e o Peru ocupa a lanterna do ranking, com uma perda de 11,1%.

Os três primeiros lugares do levantamento são ocupados por Taiwan (+3,1%), China (+2,0%) e Turquia (+1,6%), únicas economias que cresceram no ano passado. No quarto trimestre, entretanto, essas economias já demonstraram um crescimento mais contido.

Tribuna

Bares e restaurantes amargam prejuízos

Quase 20 mil estabelecimentos do setor fecharam as portas desde o primeiro caso de Covid-19

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Para além da tragédia que os altíssimos números diários de infectados e vitimados pela pandemia do novo coronavírus representam em todo o Brasil, a economia também tem sofrido duros golpes, trazendo dor de cabeça aos empreendedores e desalento aos profissionais desempregados por causa da queda livre da receita dos estabelecimentos. De acordo com a pesquisa Pulso Empresa, realizada em agosto de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 33,5% das empresas brasileiras relataram um impacto negativo por conta da maior crise sanitária da história atual do país. Em dezembro, a Pesquisa Mensal de Comércio realizada pelo IBGE revelou que o comércio sofreu uma queda de 4,3% na Bahia em volume de vendas. Bares e restaurantes estão entre os estabelecimentos mais prejudicados, por conta dos vários meses de fechamento ocasionados pelas

medidas de proteção à vida por parte dos poderes estaduais e municipais.

"CORREDOR DA MORTE"

O estado contabiliza mais de 18 mil bares e restaurantes fechados desde o início da crise provocada pela covid-19; hoje, são 40 mil estabelecimentos do ramo em atividade pela Bahia. Neste universo, são 56 mil empreendedores à frente dos pontos comerciais, que geram emprego para mais de 250 mil pessoas. Em Salvador, o funcionamento de bares e restaurantes foram liberados pelo então prefeito ACM Neto em agosto de 2020, durante a segunda fase de retomada da economia na cidade. Ainda assim, mais de 60 mil trabalhadores desses estabelecimentos foram retirados de seus postos. Para a seção baiana da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a situação do setor é dramática. "Diante da realidade imposta pelas medidas restritivas, bares e restaurantes se encontram em um corredor da morte". As vésperas do toque de recolher adotado pelo Governo da Bahia em 19

de fevereiro, a associação enviou carta aberta para o governador Rui Costa com posicionamento sobre as medidas anunciadas. Entendemos que as atividades de bares e restaurantes, ofertando ambientes seguros e seguindo fielmente todos os protocolos sanitários, cumprem sua função social e econômica", diz a Abrasel.

RESTRICÇÕES

Com a Bahia atingindo uma média de 90 a 100 óbitos diários nas últimas semanas, o "lockdown" anunciado no dia 26 de fevereiro foi estendido até a próxima segunda (8) com grandes chances de prorrogação, de modo que bares e restaurantes continuarão aptos a atender apenas em sistema de delivery (até a meia-noite) e take away/retirada (até as 18h, com portas fechadas para o público). Enquanto isso, o toque de recolher se estenderá até o final de março. A Abrasel tentou pedir que a proibição de circulação nas ruas começasse às 23h30, sem sucesso. Para Angela Carvalho, presidente do Conselho Baiano de Turismo (CBTUR), fechar bares e restaurantes pode não



CRISE

Setor gera mais de 250 mil empregos na Bahia

ser a saída. "A experiência já mostrou que as medidas restritivas atingem apenas os ambientes seguros, provocando seu fechamento, enquanto lugares insalubres continuam em funcionamento de forma irregular, geran-

do potenciais riscos à toda a sociedade", disse, referindo-se à realização de paredes e festas clandestinas.

"NOVO NORMAL"

Visando fornecer um auxílio aos proprietários de ba-

res e restaurantes neste momento de crise, a Abrasel criou uma rede de apoio ao setor de alimentação fora do lar. No site da associação, são divulgadas orientações de boas práticas para o serviço de delivery e retirada, linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado, controle de caixa e pessoal, entre outras temáticas. Porém, os últimos boletins divulgados pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia indicam que o retorno dos bares e restaurantes vai ter de esperar. A subsecretária Tereza Paim defende a manutenção das medidas restritivas como forma de preservação da vida. "A gente sabe que a Bahia é um estado turístico, vem gente de outros lugares também, e isso faz aumentar o espalhamento do vírus, com as novas cepas". Para Ceuci Nunes, infectologista e diretora do Instituto Couto Maia, a palavra-chave para o momento é conscientização. "Acima de tudo, a gente precisa mudar os hábitos da população. As pessoas precisam entender a gravidade da situação e só sair para a rua quando for necessário".

REFORÇO

Rui visita estrutura do Hospital da Arena Fonte Nova

Na tarde de ontem (3), o governador Rui Costa esteve no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador, para uma visita técnica à unidade, que volta a funcionar nesta quinta-feira (4). O hospital tem capacidade para 200 leitos, mas inicialmente funcionará com 80 leitos, distribuídos em 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e mais 30 leitos clínicos, voltados para o atendimento de pacientes diagnosticados com a Covid-19.

A gestão do hospital de campanha está sob a responsabilidade das Obras Sociais Irmã Dulce (Osid). A expectativa é de que em breve o hospital possa operar com capacidade plena, já que depende do processo de



VISTORIA

Hospital tem capacidade para 200 leitos para Covid

contratação dos profissionais de saúde para o total funcionamento.

Durante entrevista cole-

tiva à imprensa, o governador destacou o esforço do Governo do Estado para reabrir a unidade, mas lem-

brou que a abertura de leitos não é a solução para o combate à pandemia do novo coronavírus. "A abertura de novos leitos é uma tentativa de evitar um colapso total no nosso sistema de saúde. É importante esclarecer para a população que, ao abrir os 100 leitos de UTI da Arena Fonte Nova e mais 100 de UTI que serão abertos no Hospital Metropolitano, o Estado da Bahia chega ao limite de abertura de novos leitos. É preciso que todos tomem consciência ou, daqui a duas semanas, iremos precisar de mais mil leitos. É uma situação impossível porque nós não teríamos nem equipes de profissionais suficientes para uma demanda tão grande", afirmou.

Medidas de compensação somam R\$ 3,689 bi, diz Receita; desonerações, R\$ 3,676 bi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Receita Federal divulgou nesta terça os impactos detalhados da desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha e das medidas de compensação, que incluem elevação de tributos para bancos, fim do regime especial de tributação para a indústria química e limite de isenção de IPI na compra de veículos por pessoas com deficiência.

As desonerações, editadas a mando do presidente da República, Jair Bolsonaro, resultarão numa perda de **arrecadação** de R\$ 3,676 bilhões em 2021. Já as medidas de compensação, R\$ 3,689 bilhões.

A diferença de apenas R\$ 13 milhões indica que, nas contas do governo, há pouca folga para o Congresso Nacional reverter algum dos aumentos de tributo sem que se encontre uma nova fonte de compensação.

Na segunda-feira, antes mesmo da publicação da Medida Provisória (MP) com as compensações, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já protestava contra a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições, de 20% para 25%.

Nesta terça, como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se reuniu com representantes de bancos e afirmou que o Congresso Nacional não deve admitir aumento de tributos, seja a qual for setor, sem que isso ocorra no âmbito de uma discussão de reforma tributária.

De acordo com os dados da Receita, o custo de zerar as alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel (antes em R\$ 0,3515 centavos por litro) por dois meses será de R\$ 3 bilhões em 2021, em termos de renúncia de receitas.

Já no caso do gás de cozinha, as contribuições correspondiam a R\$ 2,18 por 13 kg, e a redução permanente gera renúncia de receitas tributárias da ordem de R\$ 674,68 milhões em 2021, R\$ 922,06 milhões em 2022 e R\$ 945,11 milhões em 2023.

A Receita informou ainda que as medidas de compensação atendem ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (regra do teto de gastos) e ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso da CSLL, o incremento na **arrecadação** será de R\$ 2,271 bilhões em 2021 com a elevação das alíquotas para bancos a 25% e para instituições como corretoras a 20%. A partir de 1º de janeiro de 2022, as alíquotas voltam ao patamar atual de 20% e 15%, respectivamente.

Já a fixação de um limite de R\$ 70 mil para o valor de veículos que podem ser adquiridos por pessoas com deficiência mediante isenção de IPI vai incrementar receitas em R\$ 750 milhões, segundo a Receita. Essa medida também tem impacto apenas em 2021.

v

'Não havia valor limite para o automóvel a ser desonerado ou qualquer elemento de limitação para sua escolha. Automóveis de altos valores podiam ser adquiridos com isenção do IPI por contribuintes que detêm alto poder aquisitivo, o que vai na contramão do princípio da essencialidade que deve reger esse tributo', justificou a Receita, lembrando que os Estados já estabelecem esse limite na isenção de ICMS.

Já o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que reduzia alíquotas de PIS/Cofins em operações com nafta e outros produtos destinados a indústrias petroquímicas, deve gerar **arrecadação** adicional de R\$ 667,62 milhões em 2021, R\$ 1,432 bilhão em 2022 e R\$ 1,529 bilhão em 2023.

'Os benefícios fiscais do Reiq já perduraram por tempo

suficiente para a efetivação de seus objetivos de fomento à atividade econômica contemplada. Exatamente por isso, algumas tentativas anteriores de revogação do benefício foram feitas sem sucesso', disse a Receita.

Para evitar impactos negativos sobre a fabricação de produtos destinados a uso médico, em especial aqueles empregados no combate à covid-19, a MP instituiu, até 31 de dezembro de 2025, um crédito presumido de PIS/Cofins a ser utilizado pelo importador ou pelo fabricante de produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.

Este crédito será apurado mediante a aplicação do percentual de 0,65% para o PIS/Pasep e de 3% para a Cofins sobre o custo de aquisição dos insumos derivados da indústria petroquímica beneficiados anteriormente pelo Reiq.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Governadores discutem ação conjunta em reação a Bolsonaro

Segundo governador de Roraima, não há vacinas disponíveis para compra

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Dino: governador maranhense defende reunião na próxima semana para firmar um pacto nacional, mas sem lockdown — Foto: Denio Simões/Valor

O agravamento da pandemia está levando governadores a darem um passo além no jogo de pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro. Discute-se esquemas para um “lockdown” interestadual e até um apelo à Organização Mundial da Saúde (OMS) para que fornecedores internacionais da vacina atendam o Brasil. O anúncio de que

o governo federal irá adquirir vacinas da Pfizer e da Janssen não tranquilizou o grupo.

É patente ainda entre os governadores a pouca disposição do grupo em se perfilar com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) em uma espécie de frente a favor da vacina e anti-Bolsonaro. Pesa o cálculo eleitoral: Doria pretende concorrer à Presidência de 2022, mas o governador do Rio Grande do Sul, o também tucano Eduardo Leite tem aspirações próprias para a eleição presidencial e conta com apoio de parte da executiva nacional de seu partido.

Na esquerda, os governadores do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) e da Bahia, Rui Costa (PT) também procuram protagonismo nacional. Doria tentou reunir governadores em São Paulo essa semana, sem sucesso.



Casagrande: “A união é mais forte agora. Os governadores estão unidos porque é importante e por necessidade” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Durante uma conversa em grupo de WhatsApp de governadores, Leite defendeu, ontem de manhã, que os líderes dos estados se empenhassem em “um esforço diplomático para o Brasil conseguir vacinas emergenciais com outros países”. Segundo o gaúcho, a comunidade internacional poderia se comover com um apelo

diante do fato de que a variante brasileira do coronavírus pode se converter em uma ameaça global no combate à pandemia.

“Podemos tentar um movimento para cobrar do Planalto-Itamaraty uma articulação para doses emergenciais, talvez com apoio da OMS?”, indagou o governador do Rio Grande do Sul no grupo de mensagens. Concordaram de imediato com a iniciativa os governadores do Ceará, Camilo Santana (PT), Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), e Pernambuco, Paulo Câmara (PSB). Outros demonstraram ceticismo.

“Acreditaria mais numa intervenção do Congresso ou do Supremo em uma situação se deteriorando mais ainda. É mais fácil Bolsonaro ter que cumprir uma decisão do Supremo do que da OMS. Da OMS ele vai dizer que é coisa do comunismo interplanetário. No Supremo ele é obrigado a cumprir”, disse Flávio Dino ao **Valor**.

Dino disse que governadores reconhecem a necessidade de um “lockdown” nacional devido à piora da pandemia, mas não têm meios de fazer cumprir a medida, pela falta de um auxílio emergencial federal.

Ele defende que, se o quadro sanitário continuar a se deteriorar, os governadores se reúnam na próxima semana para firmar um pacto nacional e discutir a convocação de um “lockdown” no país todo com coordenação dos governadores.

“É uma espécie de diálogo horizontal dos governadores. Pode evoluir para isso. Não descarto. Podemos chegar a isso numa coordenação nacional bancada pelos governadores”, disse, para em seguida ponderar: “Alguns colegas têm assinalado a importância de um regime mais rigoroso, de chegar a um ‘lockdown’ nacional, mas não é uma posição que tenha ainda adesão da maioria”, afirmou.

“Há um empecilho objetivo, que é a ausência do auxílio emergencial. A gente tem um choque entre convicções científicas e o desafio do gestor, que é fazer algo factível. Não adianta você assinar um papel que seja inexecutável”, afirmou o maranhense.

Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB) comentou que os elementos para a união do grupo de governadores são maiores que os da divisão. “A união é mais forte agora. Os governadores estão unidos porque é importante e

por necessidade. A estratégia de Bolsonaro, em toda a pandemia, é o conflito permanente”, disse ao **Valor**.

O novo estremecimento, afirma Casagrande, requereu uma resposta mais forte, mesmo de governadores alinhados ao bolsonarismo ou daqueles que não pretendem decretar “lockdown”, como é o seu caso no Espírito Santo, onde a ocupação de leitos de UTI é de 73%.

No domingo, em suas redes sociais, Bolsonaro divulgou números inflados sobre o total de repasses do governo federal aos Estados para o combate à pandemia, ao incluir recursos constitucionais obrigatórios e até pagamento do auxílio emergencial a pessoas físicas.

Um dos objetivos do Planalto é jogar a culpa pela piora da pandemia sobre os governadores, que estudam tomar medidas mais duras de isolamento social, como o “lockdown”, o que prejudicaria os planos de retomada da economia e da reeleição de Bolsonaro. Segundo aliados, o presidente estaria disposto a esticar a corda e haveria um movimento de ministros para contê-lo.

Casagrande foi um dos 19 signatários da carta em que os chefes estaduais contestaram Bolsonaro e disseram que os recursos são “obrigação constitucional”. Entre eles estão governadores que apoiam o presidente, como Ronaldo Caiado (DEM), de Goiás, Ratinho Júnior (PSD), do Paraná, e Cláudio Castro (PSC), do Rio de Janeiro. Para Casagrande, eles se alinharam agora, de maneira pontual, aos demais governadores por causa do tema e da necessidade. “Uma informação equivocada no Estado cria uma necessidade de o governador ficar se explicando”, diz. No Espírito Santo, o governo estadual recebeu R\$ 1,5 bilhão e Bolsonaro divulgou que teriam sido R\$ 16,1 bilhões, ou seja, dez vezes mais do que foi efetivamente entregue.

Flávio Dino e o governador da Bahia, Rui Costa (PT), Ingressamos no STF, contra a divulgação dos repasses feita pelo governo federal. “Queremos debater judicialmente se é compatível com a Constituição e o Estado de Direito o uso doloso e reiterado de mentiras como ferramenta política”, afirmou Dino no Twitter.

O governador capixaba afirma que a informação falsa gera tensionamento e cobranças por parte de apoiadores de Bolsonaro nos Estados, que reproduzem o argumento do presidente pelas redes sociais. Casagrande diz que a adoção de um “lockdown” nacional, não tem consenso entre seus pares. “É lógico que ele pode até falar isso para poder alimentar seus fiéis escudeiros, porque isso é próprio da estratégia do presidente: fazer um confronto de quem é a favor ou contra a economia. Mas não tem nenhuma decisão tomada em direção a isso”, afirma.

“Você não pode defender o ‘lockdown’ num Estado que está estabilizado comparado com outro que já entrou em colapso. O que está perto do colapso tem todas as justificativas para tomar medidas mais duras. Quando se tem leito para ofertar você não tem argumento político para isso”, diz. O governador propõe que o limiar para se decretar um toque de recolher ou “lockdown” seja acima de 90% de leitos de UTI ocupados.

A disposição do governo federal em agilizar a vacinação foi expressa ontem em uma reunião de integrantes do Fórum de Governadores com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O ministro afirmou que vai comprar "a vacina que tiver", disse um participante do encontro. Segundo relatos, os governadores saíram com a impressão de que dificilmente seus planos de formar consórcios para adquirir as vacinas sairá do papel antes do segundo semestre.

Na conversa com os governadores, Pazuello queixou-se da falta de disponibilidade de vacinas. Citou o caso da Sputnik V, que tem o compromisso de entregar 10 milhões de doses ao ministério até 31 de maio. As conversas com representantes da empresa, no entanto, têm deixado dúvidas quanto à capacidade de entrega do produto.

Anteontem, governadores reuniram-se com executivos da União Química, que comercializa no Brasil a vacina russa Sputnik V. A impressão deixada não foi das mais animadoras mesmo entre administradores estaduais bolsonaristas, como é o caso de Antonio Denarium (sem partido), de Roraima.

“O fato é que hoje não existe vacina à venda. O que existe é muita especulação. E, se cada governador sai comprando vacina, o preço vai subir”, disse.

De acordo com Denarium, há movimentações dos governadores do Consórcio da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Rondônia) para fazer as aquisições.

Nesse caso, os custos seriam rateados entre os governos estaduais e as vacinas seriam distribuídas também de acordo com a população de cada unidade.

A percepção do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que também é alinhado ao bolsonarismo e estava na visita ao fabricante da Sputnik, foi mais otimista que a de Denarium. Zema considerou que o país já “atravessou um oceano” e agora está a 500 metros da praia, com ondas fortes. “Vamos ter que enfrentar essas ondas até chegar à praia. A praia é a vacina. Até termos a vacina fazendo o efeito desejado vamos ter que dar conta desse recado”, disse. **(André Guilherme Vieira, e Carolina Freitas, de São Paulo; Cristian Klein, do Rio; Fabio Murakawa, de Brasília; e Cibelle Bouças, de Belo Horizonte)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou

R\$759.05 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/03/21	



RUI DIZ QUE BAHIA NÃO TEM MAIS CONDIÇÕES DE ABRIR NOVOS LEITOS DE UTIS



admin 4 Março, 2021

Durante a reabertura do hospital de campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador, o governador Rui Costa afirmou que novos leitos não serão capazes de conter os avanços da Covid-19. A medida, de acordo com ele, “é uma tentativa de evitar um colapso total” no sistema de saúde, contudo o estado já chegou ao limite de reabertura e também não há equipe de profissionais suficiente para suprir a demanda, caso ela cresça ainda mais.

Rui voltou a alertar para o crescimento dos casos de coronavírus na Bahia e a possibilidade da saúde no estado entrar em colapso. De acordo com ele, a situação mais crítica da pandemia acontece atualmente na Região Metropolitana de Salvador e está alinhando com prefeitos baianos estratégias de combate à doença, tentando encontrar um meio termo para não adotar medidas muito rígidas e nem que não tragam resultados.

“A abertura de novos leitos é uma tentativa de evitar um colapso total no nosso sistema de saúde. É importante esclarecer para a população que, ao abrir os 100 leitos de UTI da Arena Fonte Nova e mais 100 de UTI que serão abertos no Hospital Metropolitano, o Estado da Bahia chega ao limite de abertura de novos leitos. É preciso que todos tomem consciência ou, daqui a duas semanas, iremos precisar de mais mil leitos. É uma situação impossível porque nós não teríamos nem equipes de profissionais suficientes para uma demanda tão grande”, afirmou.

Para o governador, o sistema de saúde de todo o Brasil já está próximo de entrar em colapso e é necessário que a população entenda a gravidade da Covid-19, que é uma doença coletiva. “Ou você evita que as pessoas fiquem próximas, passando um para o outro, ou a gente não vai conseguir conter essa doença. Por isso que é importante que todos compreendam. Eu sei da necessidade dos comerciantes, sei da angústia de quem é autônomo, sei que nós vivemos uma crise econômica que se agravou com a pandemia, agora nós estamos buscando um ponto de equilíbrio entre evitar mortes de Covid e evitar mortes pela fome”, pontuou.

Vacina

Ainda em coletiva, Rui Costa afirmou que a Bahia já finaliza os termos jurídicos para a compra de imunizantes contra o novo coronavírus. Ele também voltou a criticar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que continua travando a liberação de vacinas de forma emergencial por falta de análise, apesar dos imunizantes já terem obtido aprovação de órgãos sanitários internacionais.

“Nós estamos finalizando os termos jurídicos com a Sputnik. Com a Pfizer ela deu até o dia 19. A Bahia vai comprar vacina. Eu entrei na Justiça e eu quero crer que nós teremos uma liminar favorável para comprar e aplicar vacina. Nós temos disposição, vou pedir autorização legislativa para fazer remanejamento orçamentário e para comprar as vacinas para o povo baiano. Nós precisamos vacinar, pelo menos, o perfil de público que ocupa as UTIs, que são pessoas acima de 60 anos. (...) Não contém a doença, mas pelo menos diminui a pressão dos hospitais”, completou.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/03/21	



PAÍS JÁ RECUPEROU 89% DA PERDA DO PIB PROVOCADA PELA PANDEMIA, DIZ FGV



admin 4 Março, 2021

O Brasil já conseguiu recuperar boa parte da perda do Produto Interno Bruto (PIB) desde o início da recessão provocada pela pandemia de coronavírus, mas o agravamento da crise sanitária no país não deve permitir uma melhora no ritmo da retomada. No fim de 2020, o Brasil já tinha recomposto 89,1% da perda do PIB em relação segundo trimestre, quando a economia despencou 9,7% e marcou o pior momento da crise atual, de acordo com um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Em todo o ano passado, o PIB do Brasil recuou 4,1%, a maior queda desde o início da série histórica atual do IBGE, iniciada em 1996. Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), também da FGV, a economia brasileira está em recessão desde o primeiro trimestre do ano passado. A recuperação do PIB observada ao longo de 2020 – nos últimos três meses do ano, o crescimento chegou a 3,2% na margem – não deve acelerar nos próximos trimestres,

porque a piora dos números da pandemia tem potencial para prejudicar o desempenho da atividade econômica neste início de 2021 e fazer com que a crise atual leve mais tempo para ser superada.

Diante do aumento de casos e mortes provocados pela doença, governadores e prefeitos voltaram a adotar medidas restritivas e proibiram o funcionamento de atividades consideradas não essenciais com o objetivo de controlar o avanço da doença e evitar um colapso ainda maior do sistema de saúde. “A gente chega a 2021 com uma situação que mistura essa nova onda forte (da pandemia) ganhando de goleada da campanha da vacinação”, afirma o superintendente de Estatísticas Públicas do Ibre/FGV, Aloisio Campelo Jr.

“Esse cenário provoca uma desaceleração, seja por um problema da demanda, das pessoas ficarem com medo de sair, consumir, seja por um problema de oferta, de os governos estarem adotando algumas medidas para restringir a circulação”, afirma. De fato, a expectativa, segundo o levantamento da FGV, é que a recomposição do PIB encerre o segundo trimestre de 2021 em 90%, evidenciando essa lentidão esperada para a economia brasileira.

Efeito Auxílio Emergencial

A injeção de recursos na atividade econômica via Auxílio Emergencial ajuda a explicar essa recuperação rápida no início da crise, mesmo com uma perspectiva pouco favorável mais adiante. O auxílio despejou R\$ 300 bilhões na atividade do país e chegou a 68 milhões de famílias. Neste ano, o governo deve promover uma rodada mais enxuta do programa. O plano seria pagar quatro parcelas de 250 reais para cerca de metade dos beneficiários. “O efeito maior (para a economia) foi do Auxílio Emergencial. Ele veio numa magnitude, sobretudo quando eram parcelas de R\$ 600, houve até um aumento da massa salarial disponível”, afirma Aloisio

Segundo um levantamento realizado pela consultoria Tendências, a massa de renda no Brasil cresceu 4,6% no ano passado, para R\$ 4,331 trilhões, em relação a 2019. Sem o benefício, o país teria colhido uma queda de 1,2% na renda. Neste ano, a consultoria estima que a nova versão do auxílio deve injetar R\$ 40 bilhões na economia, mas, mesmo com esse estímulo, a massa de renda deve recuar 3,7% na comparação com 2020, para R\$ 4,17 trilhões.

Dez recessões em 40 anos

Das dez recessões já contabilizadas pelo Codace nos últimos 40 anos, as mais longas duraram 11 trimestres e ocorreram em dois momentos: entre o terceiro trimestre de 1989 e o primeiro trimestre de 1992; e do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016. “As recessões mais longas têm a ver com algum problema estrutural da economia, como uma hiperinflação, uma crise cambial ou um problema fiscal”, afirma Aloisio. “A economia demora mais para se recuperar.”. Já as recessões mais curtas foram observadas em três momentos: do segundo trimestre de ao terceiro trimestre de 1995; do primeiro trimestre de 2003 ao segundo trimestre de 2003; e do quarto trimestre de 2008 ao primeiro trimestre de 2009.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/03/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 04 de Março de 2021 - 08:20

Não há sinal de fim de recessão e economistas já veem 2021 como ano perdido

por Eduardo Cucolo | Folhapress



A recessão que começou no início de 2020, com a chegada do coronavírus ao Brasil, ainda não deu sinais de ter acabado, apesar de o país ter tido crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nos dois últimos trimestres do ano passado.

Em junho do ano passado, o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e formado por oito economistas de diversas instituições, definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

Segundo Picchetti, economista do FGV Ibre e professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, o comitê não utiliza "aquela regra de bolso simples" de dois trimestres consecutivos de queda do PIB para datar o início da recessão. Da mesma forma, não considera que dois trimestres seguidos de crescimento representam o seu fim.

Além disso, o comitê fundamenta suas decisões na definição clássica do que é recessão –uma queda generalizada do nível de atividade – e olha para um conjunto grande de indicadores de atividade econômica, não só para o PIB.

De acordo com o economista, houve uma queda generalizada da atividade a partir do fim do primeiro trimestre de 2020, mas a recuperação nos últimos dois trimestres do ano não se caracteriza por um aumento generalizado do nível de atividade.

Ele lembra que alguns setores não se recuperaram e ainda estão bem abaixo do nível de antes da recessão, principalmente os serviços, mas também alguns segmentos da indústria.

"Para caracterizar uma retomada não basta alguns poucos setores no curto prazo mostrarem crescimento. É como se a gente tivesse descido três degraus e subido dois. Subiu, mas não foi de forma suficientemente forte para considerar que você saiu de processo recessivo", afirma.

“É difícil falar de saída da recessão quando o desemprego está nos maiores níveis da série histórica. Infelizmente os dados de curto prazo e projeções não são de uma recuperação forte do mercado de trabalho nem no momento nem no futuro próximo. Quando você tem uma retomada do nível de emprego, você tem uma certeza muito maior de que realmente entrou em um período de expansão”.

Picchetti cita ainda a perspectiva de grande parte dos economistas de uma nova queda do PIB neste primeiro trimestre e, eventualmente, até no segundo trimestre de 2021.

Se isso correr, os dados terão de ser analisados para se verificar se o país está emendando dois períodos recessivos, que podem ser considerados como uma grande recessão.

“Nada disso está claro ainda. O primeiro trimestre nem acabou, vai demorar para a gente conhecer todos os indicadores. Em resumo, existe uma incerteza muito grande para datar alguma coisa que seria o final da recessão com base só nesses resultados de 2020”.

ANO PERDIDO

A economia brasileira pode terminar o ano de 2021 praticamente no mesmo patamar do final do ano passado. A avaliação é que o recrudescimento da pandemia, o atraso na vacinação e a piora nas condições financeiras provocadas por questões políticas e fiscais vão comprometer o resultado do ano. Uma eventual volta do auxílio emergencial, em patamares menores, também não deve contribuir para um resultado melhor.

O FGV Ibre calcula que um crescimento de 3,6% em 2021 já seria obtido se o PIB ficasse estagnado por todos os quatro trimestres (o chamado carregamento estatístico). A instituição projeta crescimento de 3,2%, ou seja, prevendo um segundo semestre com crescimento insuficiente para compensar a queda esperada no primeiro.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, afirma que 2021 será um ano de crescimento do PIB, mas de piora em outros indicadores importantes, como emprego e renda. Ela afirma que mesmo que sejam retomados programas de transferência do governo, os valores não seriam suficientes para impedir uma contração recorde na renda, estimada em 6%.

Também estima um desemprego que deve chegar a 16% e terminar o ano na média de 15,3%, dois pontos percentuais acima da média de 2020. Em 2022, continuaria acima do nível pré-pandemia, próximo de 14%.

“Do ponto de vista das famílias, o que interessa é emprego e renda disponível. O mercado de trabalho é o calcanhar de aquiles nessa recuperação. O PIB é positivo, mas é um PIB que não consegue gerar emprego e, se gerar, é informal. É uma taxa de desemprego alta, com pouca geração de renda e uma inflação relativamente salgada. Vão ser dois anos de taxa de desemprego alta”, afirma.

Segundo a pesquisadora, a alegria com a recuperação vista no segundo semestre de 2020 durou pouco, pois a munção do governo em termos de capacidade de injetar dinheiro na economia acabou. Por isso, para obter uma recuperação mais rápida da economia seria necessário avançar na vacinação e ter uma melhora nos números da pandemia.

Silvia afirma que há o risco também de um terceiro trimestre ruim, dependendo da extensão da pandemia.

“É como se fosse um semestre perdido [o primeiro]. Você tem um contexto econômico muito fragilizado em alguns segmentos. A solução para a pandemia é a vacinação, e a gente está muito atrasado e com muita incerteza sobre quantas doses teremos.”

Lisandra Barbero, economista da XP, afirma que o PIB do quarto trimestre mostrou números positivos generalizados, tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta, e deixou um carregamento estatístico de 3,6% para 2021.

Com base nesse carregamento e na expectativa de recuperação do setor de serviços, liderada pela vacina no segundo semestre, a instituição manteve a projeção de crescimento de 3,4% em 2021, com queda de 0,1% no primeiro trimestre.

“Embora positivos, acreditamos que os números de hoje dizem pouco sobre 2021. Diferente do segundo semestre do ano passado, a renda total do consumidor está diminuindo agora, e a dinâmica da Covid piorou substancialmente. Além disso, a volatilidade do mercado financeiro aumentou, com efeitos negativos nas condições financeiras.”

Luciano Sobral, economista da NEO Investimentos, projeta crescimento de 2,8% para o ano e não vê o início de uma recuperação antes do último trimestre. Ele estima um desemprego chegando ao pico de quase 20% e terminando o ano perto de 18%.

Para Sobral, qualquer ganho de atividade com a volta do auxílio emergencial, que deve representar em 2021 pouco mais de 10% do gasto de 2020, vai ser perdido por conta da piora nas condições financeiras provocada pela indefinição sobre a política fiscal.

“Um dos motivos pelos quais a gente prevê esse PIB relativamente baixo é que, se você olhar a massa de salários do ano passado, não melhora muito quando se coloca na conta a criação de empregos neste ano. E vão sair esses R\$ 300 bilhões para entrar R\$ 30 bilhões, R\$ 40 bilhões [de auxílio emergencial]. É difícil ser otimista.”

O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa, por outro lado, afirma que a instituição não vê sinais de queda na atividade neste ano e projeta crescimento de 0,3% no primeiro trimestre e de 4% no acumulado de 2021, ajudado pelo carregamento estatístico de 3,6%.

“Não precisa crescer muito para o PIB ser 4% em 2021, que é a nossa projeção. A gente vê um primeiro trimestre positivo, não vejo sinal de queda. Há vários indicadores apontando crescimento. A tendência é a economia continuar se expandindo. Parece que o risco é de ser melhor e não pior”, afirma Barbosa.

Ele afirma que a economia manteve a capacidade de expansão neste ano, mesmo sem o auxílio emergencial, e que não seria necessária uma nova edição do benefício.

“O mercado de trabalho está se recuperando. Não tem uma recuperação completa, mas já voltou a subir a quantidade de pessoas empregadas. A taxa de poupança foi muito elevada e isso ajuda a sustentar a economia também.”

O banco projeta uma queda no desemprego de 14,7% no final de 2020 (dado dessazonalizado) para 14,2% no final deste ano.

Sobre as novas restrições causadas pela pandemia, ele afirma que as taxas de isolamento social caíram em janeiro e fevereiro, beneficiando o consumo de serviços, e que a reversão desse cenário em março já é levada em consideração na projeção para este trimestre. O risco, segundo ele, é uma permanência dessas restrições pelos próximos meses.

O economista do Santander Lucas Maynard diz que a instituição projeta queda de 0,4% no primeiro trimestre e crescimento de 0,3% no segundo, considerando a contribuição de uma nova rodada de auxílio emergencial e medida de reforço na renda, como antecipação do abono salarial e 13º dos aposentados. Para o ano, espera crescimento de 2,9%.

"A dinâmica da recuperação em 2021 está atrelada mais ao calendário de vacinação. O cenário sanitário é primordial", afirma Maynard. "Esse fluxo de renda poderia ajudar um pouco. Por isso até a gente ainda não fala em queda no segundo trimestre. A gente ainda contempla um primeiro semestre de lado."

Ele cita também riscos para a indústria causados pela falta de suprimentos para a produção, algo visto, por exemplo, no setor automotivo. E não vê uma recuperação do emprego neste ano, com a taxa média passando para 13,5% no final de 2021, bem acima da média do ano anterior à crise (11,9% em 2019).

"No nosso cenário, a volta do PIB ao nível pré-crise só no primeiro semestre de 2022", afirma.

SETORES

A repercussão do resultado do PIB entre representantes de vários setores também mostra as dúvidas sobre como será a recuperação neste ano.

O presidente da Abiplast e vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, José Ricardo Roriz Coelho, diz que o auxílio emergencial sustentou o PIB, pois injetou dinheiro direto na economia, via consumo. Para este ano, segundo ele, é urgente planejar outras saídas, já que o valor da ajuda será menor (R\$ 250 em vez de R\$ 600) e por menos tempo (quatro meses).

"As reformas estruturais, administrativa e tributária, vão possibilitar dinamismo ao ambiente de negócios e, por consequência, estimular a retomada econômica. O Brasil pede uma agenda clara e propositiva. Na outra frente, passou da hora de planejarmos e executarmos a ampla vacinação de todos, com organização e boa comunicação", afirma Roriz Coelho.

Para o presidente-executivo da Conexis, associação que reúne as empresas de telecom, Marcos Ferrari, o país precisará de esforço adicional de medidas econômicas.

"A conectividade deve estar no foco das políticas públicas para que os investimentos em telecomunicações continuem sendo uma alavanca para o crescimento", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/03/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 04 de Março de 2021 - 06:40

Senado aprova texto-base da PEC que libera até R\$ 44 bilhões para novo auxílio emergencial

por Renato Machado, Thiago Resende e Danielle Brant | Folhapress



Apesar de desidratar medidas fiscais da equipe econômica, o Senado aprovou por 62 votos a 16 em primeiro turno nesta quarta-feira (3) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial com um teto, de R\$ 44 bilhões, para os gastos com a nova rodada do auxílio emergencial neste ano.

O plenário da Casa ainda irá analisar os destaques -- sugestões de mudanças que podem inclusive desfazer parte do texto principal. A previsão é que a PEC seja apreciada em segundo turno ainda nesta quarta-feira. Depois, seguirá para a Câmara, onde também precisa passar por dois turnos e com apoio de 60% dos parlamentares.

A ideia de travar o custo da renovação do auxílio emergencial foi defendida pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo publicada nesta semana. Se aprovado, esse limite dependerá de outra PEC no futuro para ser elevado.

Técnicos do Ministério da Economia avaliam que, embora a versão final seja mais enxuta da considerada ideal para o ministro Paulo Guedes (Economia), o governo conseguiu aprovar, no mesmo texto, a liberação do auxílio junto com os gatilhos -- medidas a serem acionadas, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Guedes havia indicado a interlocutores que poderia deixar o governo, caso a PEC Emergencial não fosse aprovada pelo Congresso. Líderes do Senado queriam autorizar apenas a nova rodada do auxílio - sem a sinalização de compromisso com o ajuste fiscal no futuro. Interlocutores do governo então negociaram para evitar uma ampla derrota do ministro da Economia.

Aproveitando a disposição do Congresso para aprovar o auxílio, Guedes condicionou a nova rodada à PEC Emergencial, que estava parada no Senado desde o fim de 2019. A proposta era mais rígida no controle de gastos públicos, prevendo, por exemplo, o corte de jornada e de salários de servidores quando as contas públicas entrarem em situação de forte aperto.

Para conseguir apoio no Senado, o governo teve que ceder, mas manteve pontos considerados vitais para a equipe econômica. Os gatilhos agora são mais brandos, como barreira a concursos públicos, reajuste salarial do funcionalismo e à criação de despesas obrigatórias.

Na Câmara dos Deputados, o presidente Arthur Lira (PP-AL) já indicou que a proposta vai direto a plenário, sem passar por comissões, para acelerar a tramitação e a consequente liberação do auxílio emergencial.

A PEC, como defende Guedes, prevê um protocolo a ser acionado em caso de calamidade pública. No ano passado, por causa da crise da Covid-19, foi decretado estado de calamidade, por exemplo.

No protocolo previsto, serão acionados os gatilhos durante o período de calamidade, ou seja, medidas que visam barrar o aumento de gastos com funcionalismo, como criação de cargos e progressão nas carreiras, além de criação de benefícios tributários. Numa versão anterior, essas medidas, como vedação a reajustes salariais de servidores, valeriam por dois anos após o fim da calamidade, mas, para aprovar a PEC, a vigência dos gatilhos foi reduzida.

Na calamidade, estados e municípios poderão adotar essas medidas. Caso não acionem os gatilhos, não terão acesso a garantias da União ou a empréstimos.

Os gatilhos também podem ser acionados pela União, estados e municípios nas situações de aperto nas contas públicas: despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa obrigatória total ou despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes.

A PEC autoriza o uso do saldo financeiro dos fundos públicos para compensar a dívida pública. A medida é uma forma de balancear o endividamento a ser realizado para pagar o novo auxílio emergencial e outras consequências da crise do coronavírus.

Durante a tramitação no Senado, provocou polêmica a inclusão no texto do relator Márcio Bittar (MDB-AC) de proposta que extinguiu os mínimos constitucionais para saúde e educação. O dispositivo provocou pronta reação de senadores, governistas e oposição.

Bittar, parlamentar muito próximo a Paulo Guedes e que trabalha em sintonia com a equipe econômica, precisou recuar para evitar a derrubada da PEC Emergencial. Em uma sessão na semana passada, senadores ameaçaram aprovar requerimento determinando que a PEC fosse encaminhada para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o que atrasaria a tramitação em pelo menos duas semanas.

"Na semana passada, tivemos aqui uma discussão e foi retirada da pauta a questão da desvinculação. Não era um jabuti. Eu tenho o convencimento da matéria, mas teremos oportunidades de debater isso. E disse, logo em seguida, que entendia a derrota e tinha muita coisa ainda para ser salva nesse relatório", afirmou o relator, ao ler seu relatório, na terça-feira (2).

"Eu quero aqui mais uma vez reconhecer, como disse ontem, que, embora em alguns momentos me salta a vontade, o desejo de que as coisas aconteçam como eu gostaria, eu dobro a cabeça, dobro a cabeça, com resiliência e com respeito, porque as coisas não são exatamente como eu quero ou como ninguém quer, nem o presidente da República", afirmou no dia seguinte.

O governo e o relator também precisaram desidratar a PEC ainda mais para viabilizar a sua aprovação. Bittar também recuou no corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

A versão original da PEC, apresentada por Guedes, previa gatilhos mais duros a serem acionados temporariamente em caso de aperto nas contas públicas, como corte de jornada (e de salário) de servidores públicos em até 25% e redução de pelo menos 20% dos cargos de confiança.

O relatório final, por outro lado, manteve a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária. Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da Receita Federal e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Após negociação com líderes, Bittar recuou em outro ponto e manteve na Constituição a possibilidade de a União intervir em um estado para reorganizar as finanças da unidade da federação.

A PEC também determina um prazo para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários. No entanto, após negociação com partidos, esse corte não deverá afetar fundos de desenvolvimento regional, o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, incentivos tributários a entidades sem fins lucrativos, redução de encargos sobre a cesta básica, o Prouni (Programa Universidade para Todos) e bolsas de estudo para estudantes de nível superior.

Com aval do Ministério da Economia, foi incluída na PEC um dispositivo que desobriga o governo a ajudar, por meio de um programa de financiamento, estados e municípios a pagarem precatórios (dívidas judiciais a empresas e pessoas físicas).

Representantes de prefeituras e governos estaduais tentaram derrubar essa medida no Congresso, pois argumentam que, sem o apoio financeiro da União, não conseguirão quitar esses débitos --que somam mais de R\$ 100 bilhões-- até 2024, prazo determinado na Constituição.

Em acordo com líderes, Bittar então decidiu estender o prazo para o fim de 2029, mas manteve o fim da obrigatoriedade de a União abrir uma linha de financiamento para esses entes.

Horas antes da votação, senadores sinalizavam uma mudança estrutural com potencial para comprometer a imagem de responsabilidade fiscal do governo Jair Bolsonaro. Senadores, mesmo líderes do governo no Congresso, sinalizavam apreço pela hipótese de se retirar do teto dos gastos os recursos destinados ao Bolsa Família.

A origem da proposta estava numa emenda do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que não previa a retirada dos gastos com o programa social do teto dos gastos e sim dos gatilhos previstos na PEC. No entanto, o mal entendido resultou em uma pressão para que o Bolsa Família fosse retirado do teto dos gastos.

Mesmo lideranças governistas se animaram com a possibilidade, que abriria margem para investimentos. No entanto, a ideia foi totalmente abandonada após uma reunião com o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), o ministro Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), entre outras lideranças.

"Esta fala é para deixar bem claro que todas as especulações que rondaram ou sondaram o dia de hoje são infundadas", afirmou Lira, após o encontro.

"Tanto o Senado quanto a Câmara votarão as PECs sem nenhum risco ao teto de gastos, sem nenhuma excepcionalidade ao teto de gastos, para que fique claro que essas notícias sempre especulativas não contribuem para o clima de estabilidade, de previsibilidade do nosso país", completou.

Também houve iniciativas parlamentares, como um requerimento do Cidadania, para que a proposta fosse "fatiada". Isso significaria apenas votar uma proposta com a cláusula de calamidade, para permitir o pagamento do auxílio emergencial, mas deixando as medidas de ajuste fiscal para o futuro.

O ministro Eduardo Ramos havia descartado essa hipótese, ao deixar o Congresso, o que representaria a maior derrota do governo na tramitação da PEC. O requerimento acabou rejeitado pelos senadores, por 49 votos contra 25.

Um dos senadores que havia defendido o fatiamento, Major Olimpio (PSL-SP), participou da sessão a partir de um leito de hospital, com a voz demonstrando abatimento, por causa da Covid-19. Sua assessoria informou que o senador está bem, em fase de acompanhamento apenas por precaução.

Veículo: Política Livre	
Data: 04.03.2021	Caderno: Economia



Covid-19: Estado aluga contêiner para armazenar corpos no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova

BAHIA

A Secretaria Estadual da Saúde (Sesab) alugou mais um contêiner refrigerado, para armazenar corpos no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, em Salvador. Ao todo, são dez os equipamentos destinados às vítimas da Covid-19.

Segundo o secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, com a reativação da unidade de saúde da Arena foi necessário alugar o contêiner porque no espaço não existe câmara frigorífica de cadáveres.

Desde o início da pandemia, outros três hospitais de Salvador também foram contemplados com contêiner refrigerado, o Couto Maia, Ernesto Simões e Espanhol. O governo do Estado, através da Sesab, ainda alugou outros cinco equipamentos para hospitais de Feira de Santana, Jacobina, Vitória da Conquista, Barreiras e Itabuna.

PEC Emergencial desvincula recursos da administração tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jorge Vasconcellos

As principais entidades representativas do fisco enviaram ofício ao relator da PEC Emergencial no Senado, Marcio Bittar (MDB-AC), nesta terça-feira (2/3), pedindo que ele retire do texto a proposta de acabar com a vinculação de recursos para o funcionamento das administrações tributárias dos três entes da federação. Para as entidades, essa mudança comprometerá o funcionamento das máquinas arrecadatórias da União, estados e municípios, afetando ainda mais a saúde fiscal das unidades da federação.

O parecer de Bittar, que será lido na tarde desta terça-feira em plenário, traz medidas de ajuste fiscal e mecanismos para garantir a retomada do auxílio emergencial sem o comprometimento do teto de gastos.

O relator incluiu no parecer, entre outras contrapartidas fiscais, a desvinculação de recursos para a saúde, a

educação e a administração tributária, o que tem sido alvo de uma avalanche de críticas de partidos e de entidades da sociedade civil. Diante das pressões, Bittar recuou e manteve a vinculação para a saúde e a educação. Quanto à administração tributária, ainda não houve uma definição.

No ofício encaminhado ao senador, as entidades do fisco pedem que seja mantida a redação do inciso IV do artigo 167 da Constituição, que assegura a vinculação dos recursos.

O documento é assinado pelos presidentes das seguintes entidades: Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Associação dos Fiscais Tributários do Acre (Asfit) e Sindicato do Fisco Estadual do Acre (Sindifisco-AC).

Saiba Mais

Política Lira: PEC Emergencial será enviada direto ao plenário para acelerar aprovação de auxílio

Economia Mercado reage mal a decreto que zera impostos de combustíveis e aumenta taxaço

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

JUSTIÇA

Publicado em 04/03/2021 às 11h24.

STF DECIDE QUE O ICMS ENTRA NA BASE DE CÁLCULO DA CPRB

Decisão pode afetar tributação de PIS e COFINS

Redação



Foto: divulgação

Artigo de M^a Cláudia F. Sampaio*

Em votação apertada (7 X 4), o STF decidiu, no RE (Recurso Extraordinário) nº 1187264 (Tema 1048), que o ICMS deve ser incluído na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB. O relator, Ministro Marco Aurélio, havia entendido de forma contrária, adotando a mesma linha de raciocínio firmada para a tese do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (RE nº 574.706 – Tema 69). Porém, o Ministro Alexandre de Moraes abriu divergência e foi seguido pela maioria.

A Corte Suprema adotou o raciocínio de que a decisão relativa ao PIS e à COFINS não se aplica à CPRB, uma vez que o fundamento de validade então avaliado se encontra previsto no art. 195, I, b da Constituição Federal, enquanto que o da CPRB está no art. 195, I, a c/c o §13.



economia, motivo pelo qual não se poderia excluir o ICMS da sua base de cálculo.

Houve também uma ponderação no sentido de que o conceito de receita bruta prescrito no art. 12 do Decreto-lei nº 1.598/1977 – alterado pela Lei nº 12.973/2014 – preconiza, expressamente, que se incluem na receita bruta os tributos sobre ela incidentes, o que abarca o ICMS.

A decisão em destaque não adota uma linha de raciocínio coerente, porque o conceito constitucional de receita do art. 195, §13 (CPRB) não pode ser diferente daquele já estabelecido pela Corte Suprema para o art. 195, I, b (PIS/COFINS RE nº 574.706 – Tema 69).

Além disso, entender que o ICMS não pode ser excluído da base de cálculo da CPRB pelo fato de esta se constituir em “benefício fiscal” parece-nos ser uma justificativa econômica, e não, jurídica.

Também não nos parece ser consistente a citação do §5º do art. 12 do Decreto-lei nº 1.598/1977 – que de fato prevê que, na receita bruta, se incluem os tributos sobre ela incidentes -, porque caberia ao STF justamente avaliar a (in)constitucionalidade dessa norma, o que ainda virá a ser feito, inclusive, no julgamento do RE nº 1.233.096 RG/RS.

Referida citação chama-nos especial atenção, em vista da possibilidade de atingir os casos de PIS e de COFINS para os fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 2015 – quando entrou em vigor o aludido §5º -, já que o STF poderia estar sinalizando no sentido de se curvar aos ditames legais em destaque.

Vamos ver quais serão as “cenas do próximo capítulo”...

*Artigo escrito por M^a Cláudia F. Sampaio com a colaboração de Leya Cabral – respectivamente Sócia e Advogada da Mota Fonseca e Advogados.



TEMAS: [COFINS](#) , [CPRB](#) , [ICMS](#) , [Mota Fonseca](#) , [M^a Cláudia F. Sampaio](#) , [PIS](#) , [STF](#)

MAIS NOTÍCIAS

JUSTIÇA 07h17 de 03/03/2021

Ney Bello é favorito para uma das vagas abertas no STF, afirma coluna

Superior Tribunal de Justiça tem duas vagas para serem ocupadas

Opinião do GLOBO

Não há motivo para celebrar números do PIB

Brasil encerra a pior década na economia desde o início do século XX sem vislumbrar saída do atoleiro

Os números do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 foram celebrados pelos que esperavam um encolhimento ainda maior da economia ao longo do ano marcado pela pandemia. No último trimestre, o PIB cresceu 3,2% na comparação com os três meses anteriores e, ao longo do ano, caiu “apenas” 4,1%, em vez de 4,2% como previam os analistas.

Não há, infelizmente, motivo para celebrar. Os números encerram a pior década da economia brasileira desde o início do século XX. De 2011 para cá, o crescimento médio anual foi de ridículo 0,3%. Mesmo nos anos 1980, a proverbial “década perdida”, esse resultado ficou em 1,6%. O PIB per capita registrou no ano passado a maior queda na série histórica (4,8%). Em dez anos, o bolso do brasileiro encolheu 5,5%.

Com uma agravante: tais números foram distorcidos pelo efeito do auxílio emergencial e dos programas de alívio do governo, que despejaram centenas de bilhões na economia. Sem a pandemia e sem esse gasto brutal, a recessão teria sido ainda pior. Graças a essa contribuição, que não tem como se repetir, o ano fechou na ascendente.

O país saiu do grupo das dez maiores economias do mundo e não há no horizonte sinal da determinação necessária para tirá-lo do buraco. Quem procurar boas notícias nos dados do IBGE encontrará dificuldades. Talvez encontre algum alento nas taxas de investimento e poupança, que cresceram, respectivamente, para 16,4% (de 15,3%) e 15% (de 12,7%) durante um ano. Mesmo assim, a primeira foi fortemente influenciada por contratações para exploração de petróleo, e a segunda foi resultado do naufrágio no setor de serviços e da paralisia no consumo (a população poupou em vez de gastar).

Em termos de investimentos, o Brasil ainda está muito aquém do patamar próximo de 25%, necessário para a economia dar um salto de produtividade. Sem investimento, não sairá do atoleiro e, para atrair investidores, é preciso transmitir sinais inequívocos de estabilidade nas regras de mercado, além de manter um ambiente hospitaleiro para negócios. Por mais que tenha havido avanços, o desempenho do Brasil continua sofrível nesses quesitos.

A involução da economia tem origem na sucessão de erros da gestão Dilma Rousseff. Sua visão equivocada le-

vou ao descalabro nas contas públicas, ao descontrole nos juros e a uma onda de intervencionismo desastrado em setores como energia e petróleo. O desastre começou a ser mitigado no governo Michel Temer, mas não houve tempo para consolidar as reformas necessárias a deixar o sufoco para trás. A gestão Bolsonaro começou com certo otimismo, mas o retrocesso já é nítido.

É verdade que a pandemia foi um choque externo, mas não serve de pretexto para o governo se esquivar da responsabilidade. Fora a reforma da Previdência, já encaminhada por Temer, quase nada foi posto em prática do programa que ajudou a eleger Bolsonaro. A hesitação nas reformas e privatizações, a intervenção na Petrobras, tudo vai no sentido contrário ao necessário.

O quadro é agravado pela condução irresponsável do combate à pandemia e de seus desafios econômicos. O governo embarcou em toda sorte de esparrela científica, aderiu ao negacionismo, desdenhou máscaras, testes e vacinas, tornou-se contraexemplo mundial. A morte se espalha, e o medo derruba a confiança de consumidores e investidores. Não há economia que resista, nem motivo para celebrar.

Brasil deixa o grupo das dez maiores economias após retração em 2020

País cai para 12ª posição e previsão é de nova queda este ano. Para economista, só vacinação e reformas podem mudar quadro

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Depois de 14 anos, o Brasil deixou de figurar entre as dez maiores economias do mundo. Com a queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, afetado pela pandemia, o Brasil passou a ocupar a 12ª posição entre as maiores economias do mundo. O ranking foi elaborado por Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, agência de

classificação de risco.

— O Brasil entrou para o grupo das dez maiores economias mundiais em 2006, mas caiu para a 12ª posição em 2020, depois de 14 anos. Em 2019, o país ocupava o 9º lugar, mas no ano passado foi ultrapassado por Canadá, Coreia e Rússia — disse Agostini.

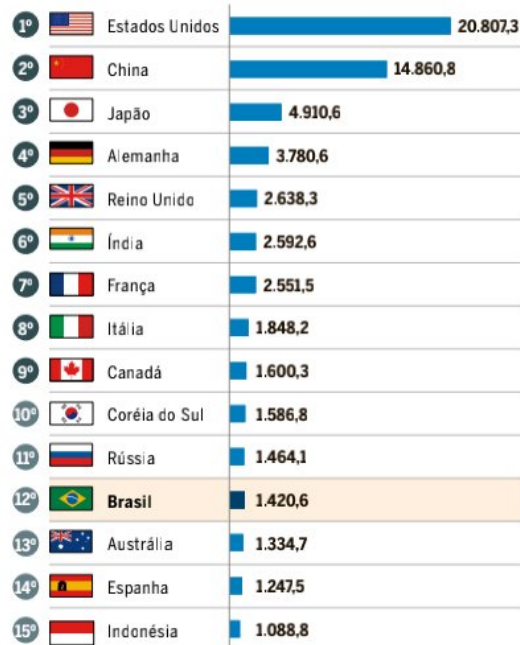
Agostini observa que, para este ano, sua estimativa é que o Brasil possa perder mais duas posições e cair para a 14ª colocação, sendo ultrapassado por Espanha e Itália.

O ranking é baseado em dados do FMI. Agostini observa que a desvalorização de 32,9% do real frente ao dólar ano passado também contribuiu para essa queda no ranking, já que para efeito de comparação os PIBs estão dolarizados.

— O encolhimento do PIB em relação a outros países mostra perda de eficiência e competitividade da economia. Além disso, a desvalorização cambial acentuada também mostra que algo está errado, com perda de con-

A LISTA DOS MAIORES PIBS

Em bilhões de dólares



Fonte: Austin Rating

Editoria de Arte

fiança dos investidores e de produtividade.

O economista lembra que a moeda brasileira foi a que mais se desvalorizou no ano passado, um movimento que segue em marcha este ano. Além disso, a vacinação caminha a passos lentos, o que retarda a recuperação da economia.

Na comparação do desempenho do PIB em 2020, o Brasil ficou na 21ª colocação, com a queda de 4,1% da economia, atrás de países como Letônia (o 17º) e Nigéria (7º).

Apenas três países apresentaram crescimento, entre os 50 analisados pelo estudo: Taiwan (alta de 3,1%), China (2,0%) e Turquia (1,6%).

— Para o Brasil voltar a fazer parte desse grupo seleto de economias, uma vitrine para os investimentos, precisa colocar a casa em ordem. A vacinação é importante, as reformas precisam andar no Congresso, assim como a aprovação das PECs, que podem dar mais mobilidade na gestão do Orçamento. Precisa reduzir despesas e avançar nas privatizações — disse Agostini.

ENTREVISTA

Arminio Fraga / ECONOMISTA

Ex-presidente do BC ressalta que, enquanto não for superada, pandemia continuará sendo um freio para a recuperação da economia

CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

‘NÃO É SÓ UMA CRISE FISCAL, HÁ CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL’

Ex-presidente do Banco Central e sócio fundador da Gávea Investimentos, o economista Arminio Fraga diz que o Brasil passa por uma crise que vai além da área fiscal. Segundo ele, o Brasil é percebido hoje como um país de visão atrasada, que passa ao largo de grandes debates, como meio ambiente e qualidade da democracia. Arminio diz que nenhum país cortaria o auxílio à população de forma abrupta. Ressaltou que mesmo em uma situação econômica e sanitária não tão negativa, a saída teria sido “suavizada”.

Tivemos a maior recessão desde o Plano Collor. O que nos espera?

O Brasil, na verdade, sofreu dois tombos. Tivemos o de 2014, 2015 e 2016, e agora esse. Olhando o gráfico com os dados trimestrais do PIB, é qualquer coisa de extraordinário: desde 2012, o PIB caiu mais que subiu. A

queda do PIB per capita chegou a bater quase 10%. É um sinal muito ruim.

E a pandemia?

É um momento que requer muita reflexão. A economia só vai ter chance de se recuperar quando a pandemia estiver dominada. Há um consenso de que a reação do governo deixou muito a desejar, custando caro em número de vidas e em termos de PIB. Há a visão clara e pacífica de que, enquanto a pandemia não estiver superada, vai funcionar como um freio.

Há outras fontes de incerteza?

Outra fonte de incerteza é a política geral. Já falei isso no passado e continuo achando que os efeitos qualitativos, como a questão ambiental, a resposta à crise sanitária e temas em geral ligados à qualidade da nossa democracia, como esses vários decretos sobre ar-



Imagem. O Brasil “é visto como um país com visões atrasadas e incompatíveis com as grandes questões existenciais do planeta”, afirma Arminio

mas, criam um pano de fundo tenso. Do lado da economia, o investimento vem muito parado, a taxa de investimento é muito baixa. A do setor público caiu de 5% do PIB para 1%. Mesmo um liberal como eu consegue imaginar um espaço importante de investimento tipicamente público complementar ao do setor privado.

Há outros pontos de preocupação?

Ao lado, temos um quadro fiscal precário, a respeito do qual pouco se fez. A reforma da Previdência foi aprovada, é importante, mas teremos déficit primário a perder de vista. Com a inflação arregaçando as mangas, o lado fiscal pode ficar ainda mais preocupante. Isso é algo para o que não está se encontrando resposta. O vento a favor está muito forte lá fora,

preço das commodities subindo, uma situação, para o Brasil, rara. Mesmo assim, a taxa de câmbio foi para R\$ 5,70. As pessoas deveriam se perguntar o que está acontecendo. É um quadro geral extremamente preocupante, difícil, não há como negar.

O auxílio emergencial deve ser mantido?

Como parecia previsível, o governo não tomou nenhuma medida considerada antipática para viabilizá-lo, mas antipático é jogar o país em outra recessão. A situação sanitária recomenda auxílio. Não há a menor dúvida: nenhum país cortaria esse auxílio, nas circunstâncias atuais, de maneira radical. Mesmo em uma situação nem tão ruim, haveria uma saída minimamente suavizada do auxílio. Sou a favor,

mas correr mais risco na economia, caminhar para outra recessão é um risco social inestimável. Algumas pessoas esquecem que a crise do real em 1998 e 1999 foi equilibrada com o tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta fiscal e de inflação), que o colapso da economia entre 2014 e 2016 veio na esteira de um colapso fiscal.

Corremos o risco de colapso fiscal?

A irresponsabilidade do governo não foi surpresa. Vejo o Congresso ansioso, mas mais reativo e não proativo. O que quero dizer é que, quando a chapa esquenta, o Congresso se move. Não vejo o Congresso pensar na estrutura tributária, na reforma do Estado para valer. Cerca de 80% do gasto vão para folha de pagamento e Pre-

vidência. Na esmagadora maioria dos países, inclusive os de renda média, a parcela corresponde a 60%. É um trabalho de uma década. Não é só uma crise fiscal, é muito mais que isso. No Brasil hoje, há elementos de crise política, institucional, da credibilidade do nosso arcabouço maior. O Brasil está com uma imagem externa ruim e, pior, com uma imagem interna também ruim, por isso o investimento aqui, que é o mais importante, está tão fraco.

Como fica a imagem lá fora?

O Brasil fica mal. Em muitas dimensões, é visto como um país que tem visões atrasadas e incompatíveis com as grandes questões existenciais do planeta, sobre meio ambiente, da qualidade da democracia.

Proposta que destrava auxílio avança no Senado

Texto, aprovado em 1º turno, permite que despesa com programa não fique sujeita a regras fiscais, desde que gasto total não ultrapasse R\$ 44 bi. Governo vai considerar composição familiar para conceder benefício. Mulheres com filhos receberão mais

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E PAULO CAFFELLI
scorre: @globo.com.br

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço para o pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial. O texto permite que as despesas com o benefício não fiquem sujeitas a regras fiscais, desde que o valor total gasto com o programa não ultrapasse R\$ 44 bilhões. Ao mesmo tempo, cria regras para controle de contas públicas. O projeto foi aprovado por 62 votos a favor, dos 49 necessários. Outros 16 senadores votaram contra.

O segundo turno de votação está previsto para a manhã de hoje. Depois, a proposta será encaminhada à Câmara. Se não for modificada pelos deputados, a PEC é promulgada pelo Congresso e, só então, entra em vigor.

De acordo com o texto, apelidado de PEC Emergencial, os gastos do governo com o auxílio não serão limitados por travas como o teto de gastos — que limita o crescimento das despesas à inflação — e a meta fiscal. Como contrapartida, autoriza que União, estados e municípios acionem medidas de ajuste em caso de ne-

cessidade. Não há, no entanto, exigência de corte imediato de gastos para liberar o benefício.

Antes do início da votação, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que atuar nos bastidores para barrar a tentativa de tirar o Bolsa Família do teto de gastos, ideia que começou a ganhar força na terceira-feira. Guedes e assessores passaram o dia em ligações com deputados e senadores.

Apesar da preocupação de Guedes, o sinal verde para que líderes avançassem nas negociações foi dado a senadores pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo fontes. Nas conversas, a equipe econômica alertou que, apesar de bem intencionada, a medida poderia ter um impacto ruim. O argumento é que flexibilizar o teto de gastos aumentará incertezas, tendo como consequência a alta de juros, do dólar e do desemprego.

RESTRIÇÕES DESIDRATADAS

A estratégia permitiria, na prática, que o espaço de R\$ 34,9 bilhões no Orçamento separado para o programa pudesse ser gasto com outras iniciativas. A ideia começou a ser debatida sob a justificativa de reforçar o benefício no segundo semestre, quando o auxílio emergencial acabar. Mas esse



Próxima etapa. Votação da PEC no Senado: se não for modificada pelos deputados, é promulgada e entra em vigor

objetivo deve ser alcançado por meio de remanejamento de cerca de R\$ 10 bilhões que devem ser economizados com a migração de beneficiários do Bolsa Família para o auxílio.

A proposta perdeu força à tarde, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se pronunciou publicamente e descartou a proposta. "Quero deixar claro que são infundadas todas as especulações so-

bre furar o teto", escreveu Lira em uma rede social.

Apesar de manter o Bolsa Família no teto, a proposta apresentada ontem desidrata parte das medidas de controle de gastos. Antes, ao acionar o Estado de Calamidade Pública, o governo não poderia conceder aumento de salários por dois anos. Agora, a proibição de reajuste só valerá durante o período de Estado de Calamidade.

O governo vai considerar a composição familiar na hora de conceder o novo auxílio emergencial. Segundo fontes envolvidas nas discussões, o valor do auxílio será de R\$ 250, mas mulheres com filhos terão direito a uma cota maior, de R\$ 375. Famílias compostas apenas por uma pessoa receberão R\$ 150. A expectativa é que os repasses comecem no dia 18 para quem já recebe o Bolsa Família.

Já está definido no governo que o novo auxílio será pago em quatro parcelas a apenas um membro da família e não poderá ser acumulado com outros repasses. A estratégia é focalizar melhor o auxílio e atingir maior número de pessoas, um universo de 46 milhões de famílias.

CRITÉRIOS DE RENDA

Nessa nova etapa, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de renda total familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.300). Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de apenas três pessoas com renda de até três pisos não será beneficiada.

Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e seguro-desemprego, assim como trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos e militares.

Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada nos próximos dias. Caberá ao Ministério da Cidadania definir o cronograma a ser cumprido pela Caixa Econômica Federal.

Guedes, Guimarães e Campos Neto sugerem nome para o BB

Indicado é o presidente da Caixa Seguridade, mas decisão cabe a Bolsonaro

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA
scorre: @globo.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o pre-

sidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, chegaram num consenso para a presidência do Banco do Brasil (BB).

Os três indicaram o atual presidente da Caixa Seguridade, Eduardo Dacache, pa-

ra comandar o BB. Na última sexta-feira, o atual presidente, André Brandão, colocou o cargo à disposição do governo. Ele só fica até a escolha de seu sucessor.

A intenção é que o aval dos três dê força para a indica-

ção de Dacache. Mas a indicação final será do presidente Jair Bolsonaro. Integrantes do governo avaliam que Dacache tem grande chance de assumir o cargo.

Dacache foi escolhido porque tem mais de 30 anos de atuação no setor financeiro, incluindo passagens por Caixa, Banco Safra e Santander.

Segundo interlocutores do ministro, Guedes vê em Dacache um nome que manteria o "alto nível" de administração do BB. Guedes avaliou

que Dacache tem conduzido bem a Caixa Seguridade e está tocando o processo de abertura de capital da instituição financeira.

O martelo ainda não foi batido porque há outros nomes disputando a vaga de presidente do BB, de acordo com fontes que acompanham o assunto.

Um nome defendido por pessoas ligadas ao Palácio do Planalto é o do vice-presidente de Assuntos Corporativos do BB, Mauro Ribeiro Neto. Outro que estaria

no páreo é o vice-presidente da rede de varejo do BB, Carlos Motta dos Santos.

O desgaste de Brandão com o governo começou em janeiro, quando o presidente do BB anunciou um plano de demissão voluntária e fechamento de 361 agências, inclusive saindo de alguns municípios.

A crise foi contornada na ocasião. Brandão, porém, anunciou sua decisão de sair uma semana depois de Bolsonaro demitir o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Operação suspeita com Petrobras pode não ser a única

Outro contrato de opções de venda de ações da estatal também mostrou movimentação atípica antes de declaração de Bolsonaro

MALU GASPAR
malu.gaspar@oglobo.com.br

A operação com opções de venda que está na mira da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por suspeita de uso de informação privilegiada com ações da Petrobras pode não ter sido a única a render lucros milionários a seus compradores. Dados da Bolsa de Valores mostram que um outro papel, PETRN271, também teve movimentação atípica na quinta-feira, dia 18, antes mesmo da *live* em que Jair Bolsonaro anunciou que “alguma coisa” ia acontecer com o presidente da Petrobras.

No caso dessa opção, a quantidade de negociações realizadas no final da tarde de quinta-feira triplicou após 17h15m, horário em que terminou a reunião ministerial em que se discutiu a alta dos combustíveis, no Palácio do Planalto. A hipótese de *insider trading*, po-



Petrobras. Operações no mercado ocorreram em meio à crise sobre preços

rém, não é tão flagrante porque os lotes negociados são menores e mais dispersos. Pode haver outras razões para a oscilação, mas só a CVM poderá determinar quais.

No caso revelado ontem pela coluna de Malu Gaspar no site do GLOBO, alguém comprou 4 milhões de op-

ções de venda de ação que representavam uma aposta na queda do valor de mercado da Petrobras. Foram duas aquisições que deram lucro de até R\$ 18 milhões, ou 11.125%, a quem as fez.

A primeira ocorreu às 17h35m, apenas 20 minutos depois da reunião em que o

presidente da República e seis ministros discutiram a alta dos combustíveis. A segunda foi logo em seguida, às 17h44m. Às 19h, Bolsonaro disse na transmissão ao vivo que “o presidente da Petrobras falou que determinava o preço e não tinha nada que ver com caminhoneiros, e isso tem uma consequência, obviamente”.

VÁRIAS CORRETORAS

Com essa outra opção de venda, a PETRN271, o comportamento do investidor foi diferente. Houve mais operações, com lotes eram mais pulverizados, e foram usadas várias corretoras, mas ainda assim em volumes recordes para os papéis. Segundo levantamento feito pela coluna a partir das informações disponíveis no site da Bolsa e em terminais de operadores de mercado, antes das 17h15m, quando a reunião no Palácio do Planalto acabou, foram feitas 41 transações

com lotes de mais de 2 mil opções da PETRN271, com 902.500 papéis negociados. Depois das 17h15m, foram 2,5 milhões de opções vendidas em apenas 39 minutos, das quais 1,7 milhão em lotes de mais de cem mil.

No caso da PETRN271, o preço de venda na data do vencimento, 22 de fevereiro, era de R\$ 27,50. Na quinta-feira, dia 18, a ação fechou cotada a R\$ 29,27. Para que o investidor que comprou essa opção conseguisse vendê-la com lucro no vencimento, o valor de mercado da Petrobras tinha que cair pelo menos 6% até 22 de fevereiro. Depois que Bolsonaro sugeriu que demitiria Roberto Castello Branco do comando da petroleira, o tombo nas ações foi bem maior: 25,6%.

Assim, quem tinha uma PETRN271 na mão na segunda-feira também ganhou um bom dinheiro. Apenas a título

de exemplo, o último lote dessa opção vendido na quinta-feira foi de 653.500 papéis, a um valor de R\$ 0,05 cada. Seu comprador desembolsou R\$ 32.675 na negociação. Caso tenha se desfeito de todas as opções apenas ao longo da segunda-feira, 22 de fevereiro, esse investidor pode ter ganhado até R\$ 3,6 milhões.

Para gestores de investimento e consultores ouvidos pela coluna, que preferem não ser citados, é bem mais difícil dizer, só por esses dados, se houve ou não uso de informações privilegiadas. Até porque, dizem os especialistas, os “*insiders* profissionais” operam com volumes menores de ações, de forma a não chamar a atenção dos órgãos de fiscalização.

Essa é uma das razões pelas quais em geral é difícil descobrir o crime de *insider trading*, punido com penas de um a cinco anos de prisão e multa de até três vezes o valor conseguido de forma ilícita. Justamente por isso, para esses especialistas, as operações suspeitas reveladas ontem pela coluna parecem coisa de amador.

STF nega reforma de decisão contrária à jurisprudência

União vem tentando mudar o entendimento do Supremo, especialmente em casos tributários

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



Ministro Edson Fachin: voto contra pedido em homenagem à segurança jurídica — Foto: Divulgação/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou entendimento em um tema processual que se tornou bem relevante nas discussões tributárias. Os ministros definiram que não cabe ação (rescisória) para desconstituir decisão que transitou em julgado seguindo a jurisprudência da época, mesmo com alteração posterior. A decisão foi unânime.

A União vem tentando mudar o entendimento do Supremo, especialmente em casos tributários. O recurso julgado ontem pelos ministros é um exemplo (AR 2297) dessa estratégia. Nele, a União propôs a ação rescisória para mudar acórdão do próprio STF (RE 3504 46) que permitiu creditamento do IPI referente às aquisições de insumos e matérias-primas isentos ou tributados à alíquota zero.

O pedido se baseia em decisão posterior do STF em que se definiu que “não existe direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis”.

A decisão que a União tentava reverter transitou em julgado em outubro de 2010. A mudança na jurisprudência se deu em julgamento em junho de 2007 e o trânsito em julgado, após recursos, foi também em outubro de 2010.

No julgamento de ontem, discutiu-se o afastamento da jurisprudência do STF fixada na Súmula nº 343. O texto diz que “não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”.

Na sustentação oral, a procuradora Luciana Miranda Moreira, da Fazenda Nacional, afirmou que existe um erro de interpretação de vários tribunais em relação à súmula. Eles entendem, acrescentou, que o STF autorizou a aplicação do texto de forma irrestrita.

“Mas não é isso que foi consagrado. A leitura do acórdão deixa entender que para haver incidência da Súmula 343 é preciso que haja questão controvertida e uma decisão paradigma do STF alinhada com a decisão rescindenda”, disse.

Já o advogado da Nutriara Alimentos, Jorge Octávio Lavocat Galvão, afirmou que o caso é paradigmático sobre segurança jurídica. “Busca-se a desconstituição de um

acórdão do STF sob o único fundamento de mudança posterior de orientação jurisprudencial”, disse. De acordo com ele, não existe mais a alíquota zero para a empresa, que hoje lida com 10% de IPI.

No julgamento, os ministros seguiram o entendimento do relator, Edson Fachin. Ele votou para não conhecer a ação rescisória, ou seja, considerou que o caso nem deveria ser julgado pelo STF. O que, na prática, tem o mesmo efeito que negar o pedido apresentado pela Fazenda Nacional no caso. “Em homenagem à segurança jurídica e a coisa julgada, voto pelo não conhecimento da ação rescisória”, afirmou.

Os demais ministros citaram o entendimento do STF de que não cabe rescisória se o julgado estiver em harmonia com o entendimento da época. “Não há viabilidade na desconstituição de uma tutela outorgada pela Corte em virtude de posterior modificação do entendimento”, disse o ministro Alexandre de Moraes.

O presidente da Corte, ministro Luiz Fux, sugeriu aprovar um “cadeado sem chave” para evitar novas discussões como essa. “Meu temor é que se nós não conhecermos [do recurso], a Fazenda Pública, por dever de ofício, vá tentar outras ações rescisórias”, afirmou. O ministro acrescentou que existem outras teses que são alvo de ações desse tipo da Fazenda Nacional.

A sugestão de Fux, porém, não foi acatada pelo relator. Por isso, prevaleceu o não conhecimento do recurso. O ministro Luís Roberto Barroso estava impedido e não participou do julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

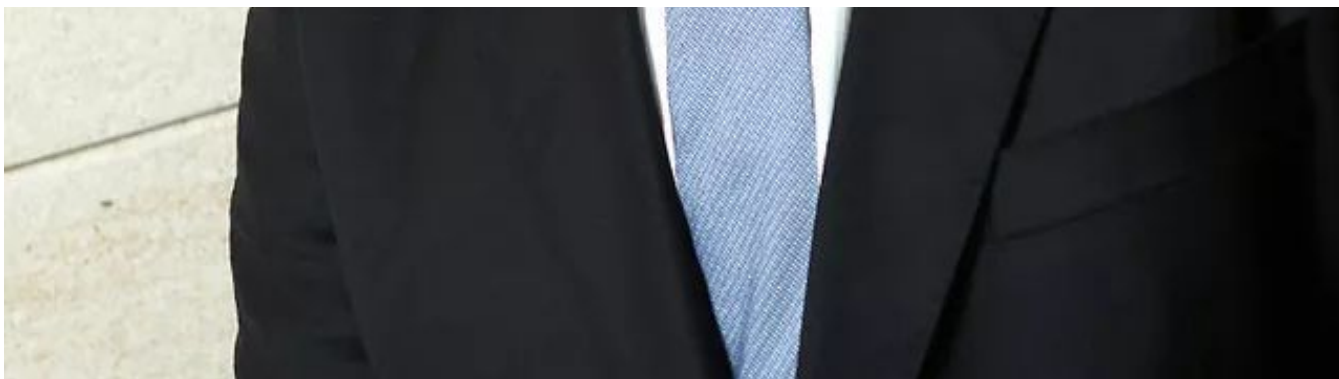
TTT ignora regulamento e segue tribunais superiores

6ª Câmara afastou cobrança de ICMS em caso da Pirelli

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Daniel Frasson: é um desperdício de dinheiro público julgar questões pacificadas — Foto: Divulgação

Uma recente decisão do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT) indica uma possível mudança de postura por parte dos julgadores. Em um caso de ICMS, decidiram afastar a jurisprudência do órgão, formada com base nas restrições impostas por lei que regulamenta o contencioso administrativo, e seguir entendimento dos tribunais superiores.

A Lei nº 13.457, de 2009, desobriga, na prática, a aplicação de precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Veda ao TIT afastar a aplicação de normas sob a justificativa de inconstitucionalidade.

Só há exceções para decisões em ações direta de inconstitucionalidade (ADI), súmulas vinculantes ou nos casos em que o Senado, após decisão definitiva do Supremo, tenha suspenso a execução do ato normativo. Ficam de fora decisões em repetitivos (STJ) e súmulas comuns.

Essa norma é a justificativa para muitas decisões contrárias a entendimentos dos tribunais superiores. Uma decisão proferida por voto de desempate na 6ª Câmara, porém, deu esperança aos contribuintes. Os juízes decidiram que não incide ICMS sobre a transferência de mercadorias entre empresas do mesmo grupo.

O órgão costuma manter essas cobranças, apesar de haver decisão em recurso repetitivo. O julgamento no STJ foi realizado em 2010 (REsp 1125133), quando já havia decisões das duas turmas do STF no mesmo sentido.

Há também uma súmula editada pelo STJ, a de nº 166. O texto afirma que “não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para

outro estabelecimento do mesmo contribuinte”.

O caso julgado é da Pirelli (processo nº 4120497-9). Prevaleceu o voto do juiz Juliano di Pietro, após empate. O relator, Odilo Sossoloti, ficou vencido. Ele citou a jurisprudência do TIT favorável à cobrança de ICMS.

No voto, di Pietro considerou que a própria Procuradoria Geral do Estado de São Paulo não está mais apresentando recursos para tentar manter a cobrança, reconhecendo a validade da súmula do STJ, conforme a Orientação Normativa SubG-CTF nº 2, de 2016.

Para o juiz, “pouco importam” entendimentos individuais ou colegiados do TIT sobre o tema. “Inquestionável é o caráter pacífico, sólido e imutável tanto do STJ quanto do STF acerca da não incidência do ICMS sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma empresa”, diz em seu voto.

Ele acrescenta que é indesejado existirem decisões judiciais e administrativas conflitantes, já que a primeira sempre prevalecerá sobre a segunda. Ele destaca no voto que o Código de Processo Civil (CPC) de 2015 prevê, no artigo 332, que em caso de desrespeito a posição jurisprudencial firme, de súmula, julgamentos repetitivos ou com repercussão geral, a ação de cobrança fazendária em desalinho é “natimorta”.

A decisão da Pirelli ainda poderá ser reformada pela Câmara Superior do TIT, que tem jurisprudência em sentido contrário. Em julgado de fevereiro de 2020, foi mantida a tributação em caso semelhante (nº 4107873-1). Para os juízes, é “incabível” a aplicação da súmula do STJ no âmbito administrativo.

Em agosto, o Plenário do STF reafirmou sua jurisprudência e declarou a não incidência do ICMS sobre o deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte localizados em Estados distintos. De acordo com a Fazenda estadual, a Câmara Superior do TIT ainda não julgou nenhum processo desde a decisão.

Em nota, a Fazenda estadual alega que a Lei nº 13.457, de 2009, veda ao julgamento administrativo afastar a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade e que

o tema tratado na decisão da 6ª Câmara está disciplinado na Lei Complementar nº 87, de 1996, e na Lei nº 6.374, de 1989, cujos dispositivos sobre o tema ainda estão em vigência apesar de decisão do Supremo.

O mesmo acontece em outras teses. Nas discussões sobre tributação de bonificações (descontos incondicionais), há decisões do TIT que desconsideram julgamento repetitivo pelo STJ (REsp 1111156) e súmula, a de nº 457.

De acordo com a Fazenda estadual, esses casos convergem para o mesmo ponto: o TIT é um tribunal administrativo e não pode deixar de aplicar uma lei que esteja vigente e eficaz, ainda que contra ela já existam decisões judiciais. As exceções são apenas as do artigo 28, da Lei nº 13.457, de 2009.

“É um desperdício de dinheiro público investir em casos que já estão pacificados no Judiciário”, afirma Daniel Frasson, da LacLaw Consultoria Tributária. Ele acrescenta que o tribunal administrativo alega que não pode declarar inconstitucionalidade para manter seu entendimento contrário à jurisprudência.

Mas, diz, como o voto vencedor indica no caso da 6ª Câmara, o CPC de 2015 estabelece que os tribunais, de forma geral, devem seguir julgados repetitivos e com repercussão geral. “Com esse entendimento o Estado faz uma grande armadilha para ele mesmo porque lá na frente tem a despesa com a procuradoria.”

Jessica Garcia Batista, sócia do escritório Peluso, Stupp e Guaritá Advogados, afirma que a postura do TIT traz prejuízo para os contribuintes. O caminho, acrescenta, seria recorrer diretamente ao Judiciário. Ela lembra, porém, que é necessário apresentar garantia (seguro fiança ou depósito judicial).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

É só participar da promoção e concorrer a prêmios exclusivos.

ILHADOS COM BEATS

Valor do novo auxílio pode variar de R\$ 150 a R\$ 375

A ideia é atender cerca de 45 milhões de pessoas

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na nova rodada do auxílio emergencial, o valor do benefício pode variar de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da composição familiar. A ideia é atender cerca de 45 milhões de pessoas. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor PRO**, os valores do benefício ainda podem ser alterados pois dependem do crivo do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta, encabeçada pelo Ministério da Cidadania, prevê que uma família teria o benefício de R\$ 250. Porém, o valor pode subir para R\$ 375 para mulher chefe de família ou ser reduzido para R\$ 150 no caso de pessoas que morem sozinhas.

Recentemente, o presidente Bolsonaro afirmou que o benefício emergencial seria renovado por quatro meses, porém com o valor de R\$ 250. Na avaliação de fontes, é preciso explicar ao presidente o fato de que algumas pessoas teriam um benefício inferior aos R\$ 250 prometidos. Dentro do Ministério da Economia, a avaliação é que a proposta está em linha com os cenários econômicos elaborados.

“A discussão aqui não era do ticket, mas do montante total capaz de ser suportado sem prejudicar o fiscal e ter efeitos inflacionários”, explicou um técnico da equipe econômica.

Em 2020, não houve diferença no valor pago para famílias de só uma pessoa. Além disso, mulheres chefes de família ganhavam o dobro do benefício regular.

Os valores e as regras para concessão da nova rodada do auxílio virão em uma medida provisória (MP) que só deverá ser publicada após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial pelo Congresso Nacional. A PEC é vista pela equipe econômica como uma contrapartida essencial para concessão do benefício.

O relator da PEC, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), apresentou uma complementação de voto ontem na qual estabelece que o governo pode gastar até R\$ 44 bilhões com o novo auxílio fora de regras fiscais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

NÃO DEIXE NADA ATRAPALHAR O SEU FUTURO

UNIASSELVI

INSCREVA-SE JÁ

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

É facultativo, pero no mucho

Estado ou município que não fizer ajuste não terá aval da União

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Muitos analistas e mesmo parlamentares reclamaram de um artigo da PEC 186, em votação no Senado ontem, que torna facultativo o acionamento de medidas de ajuste quando as despesas de um Estado ou de um município superarem 95% de suas receitas correntes. A conclusão de muitos é que, se o ajuste é facultativo, nenhum governador ou prefeito vai disparar os gatilhos das medidas, todas impopulares. O artigo pode se tornar, portanto, letra morta.

Há, no entanto, um detalhe que pode ter passado despercebido. A PEC estabelece que, se um Estado ou município estiver com suas despesas correntes superiores a 95% de suas receitas correntes, não poderá receber garantias da União ou de outro ente da federação ou fazer operação de crédito com a União ou outro ente da federação. Estão ressalvados somente os financiamentos destinados a projetos específicos, celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento.

Estado ou município que não fizer ajuste não terá aval da União

A proibição vai durar até que todas as medidas de ajuste elencadas na PEC 186 tenham sido adotadas, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas. As medidas abrangem proibição de concessão de aumento, reajuste, vantagem ou adequação de remuneração de servidor, criação de cargo ou função, realização de concurso público, alteração de estrutura de carreira, criação de despesa obrigatória e adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação.

O governador ou o prefeito que estiver gerindo um Estado ou um município em situação pré-falimentar poderá até não adotar medidas de ajuste, como, aliás, tem sido uma prática usual no Brasil. Mas, a partir da aprovação da PEC 186, ele não terá mais garantia da União para fazer operação de crédito. E não existe investimento público sem financiamento.

O comando que está sendo colocado na Constituição obriga, de forma indireta, o governador ou prefeito a ajustar suas contas, sob pena de nunca mais ter direito a aval da União ou de outro ente da federação para obter financiamento. E, sem o aval, eles não conseguem crédito no mercado ou, quando o fazem, é com taxa de juros proibitiva. Assim, acionar os gatilhos é facultativo, *pero no mucho* - para usar uma expressão dos hermanos argentinos e uruguaios.

O Tesouro Nacional utiliza a relação entre despesa corrente e receita corrente, entre outros indicadores, para calcular a capacidade de pagamento de Estados e municípios. De acordo com a análise da capacidade de pagamento (Capag) realizada pelo Tesouro em 2019, apenas 11 Estados possuíam nota A ou B, as quais permitem que o ente receba garantia da União para novos empréstimos.

O Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, relativo a 2019, mostra que em 12 Estados as despesas correntes superavam 95% das receitas correntes. Ou seja, estes são os candidatos a acionarem os gatilhos das medidas de ajuste fiscal, caso a PEC 186 seja aprovada. Os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tinham, em 2019, despesas correntes superiores a 100% de suas receitas correntes, de acordo com o Tesouro. Isto significa que os governadores não tinham receita suficiente para quitar suas contas e estavam atrasando pagamentos.

Ao inscrever no texto da Constituição a proibição de que Estados em situação pré-falimentar recebam aval da União, a PEC 186 evita o que ocorreu em passado recente, quando a ex-presidente Dilma Rousseff autorizou empréstimos para Estados com Capag indicando nota C e D. Na época, o governo disse que a intenção era permitir que os Estados aumentassem os seus investimentos. O resultado dessa política, no entanto, foi uma ampliação das despesas com os servidores.

Como a proibição estará no texto constitucional, os Estados não terão condições de pressionar o presidente da República, por meio de senadores e deputados, para obter aval para empréstimos ou financiamentos de bancos públicos, como aconteceu no passado. Esta mudança não é pequena. E poderá ser decisiva como estímulo para que governadores e prefeitos de Estados e municípios em situação pré-falimentar façam o dever de casa, ou seja, ajustem as contas.

Há na PEC um limite prudencial para os Estados e os municípios. Toda vez que as despesas correntes ultrapassarem 85% das receitas correntes, o governador ou o prefeito poderá adotar medidas de ajuste. Mas, para isso, terá que submetê-las ao Legislativo. Os deputados estaduais ou os vereadores terão um prazo de 180 dias para se pronunciar sobre as medidas. Se elas forem rejeitadas ou não apreciadas no período, elas perderão eficácia, mas os atos praticados terão validade durante o período em que vigoraram. Algo parecido com o que ocorre, atualmente, com as medidas provisórias, editadas pelo presidente a República.

Numerosas sugestões

A PEC 186 veda a vinculação de todas as receitas públicas a órgão, fundo ou despesa pública. Mas abre numerosas exceções. Foram excluídas as taxas, contribuições, doações, empréstimos compulsórios, repartição de receitas com Estados e municípios, receitas vinculadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), prestação de garantias na contratação de operações de crédito por antecipação de receita e receita destinada por legislação específica ao pagamento de dívida pública.

A nota técnica 7/2021, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, explica que as taxas, contribuições e empréstimos compulsórios são vinculadas por sua natureza jurídica, assim como a repartição de receitas com entes federados. A

nota, de autoria dos consultores José Cosentino Tavares, Eugênio Greggianin e Ricardo Volpe, estima que, após todas as exclusões, o governo vai poder liberar R\$ 72,9 bilhões.

Esta desvinculação vai ser, certamente, de grande ajuda para o governo administrar a dívida pública neste ano. Os recursos desvinculados dos Fundos, que ficam no caixa único do Tesouro no Banco Central, poderão ser usados no pagamento da dívida pública.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Relógio luxo, disco de freio TR6.3 Racing - BlackEdition. Com frete grátis para Salvador e região

LUXYBRAZIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

“PEC emergencial precisa de contrapartida fiscal”

Defensora do compromisso fiscal, Margarida Gutierrez reconhece importância das ações de auxílio do governo no combate à pandemia

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Margarida Gutierrez: vacinação é fundamental para retomada do setor de serviços, principal empregador — Foto: Adriana Lorete/Valor

A despeito do custo fiscal, as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central no ano passado para estimular a economia “valeram a pena” e garantiram ao Brasil uma retração menor de seu Produto Interno Bruto (PIB), frente a perdas registradas por outros países. A avaliação é da professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ) Margarida Gutierrez, que é forte defensora do compromisso fiscal, mas reconhece a importância das ações, tanto as do ano passado quanto a retomada neste momento, diante do cenário extraordinário trazido pela pandemia.

Ela alerta, no entanto, que é fundamental que a PEC emergencial já seja votada junto com as contrapartidas de retomada do compromisso fiscal a partir de 2022, sob o risco de piora grave do cenário fiscal que comprometa a recuperação da economia.

Passado o momento em que havia alguma controvérsia sobre a retomada do auxílio emergencial - até a equipe econômica, com perfil fiscalista, reconheceu esta necessidade, diz -, é hora de garantir que a PEC emergencial sinalize à sociedade e ao mercado que as regras fiscais voltarão a ser respeitadas, defende Margarida. Ela condena qualquer tentativa de aprovação da PEC emergencial sem esta sinalização.

“Minha postura é a favor da retomada do auxílio emergencial e dos programas para as empresas, mas o Congresso tem que votar algum ajuste fiscal, tem que ter uma contrapartida, uma sinalização de que há uma preocupação fiscal. Não pode fazer uma PEC Emergencial como uma parte do Congresso quer, sem nenhuma contrapartida. Que história é essa? Não pode, aí é me engana que eu gosto. Não pode fatiar essa história. Se fatiar, vai ser a morte porque os juros vão subir muito e o câmbio também. E essas condições impedem crescimento, o PIB vai tombar”, defende Margarida.

No cenário atual, reforça ela, é enorme a importância de aprovação da PEC Emergencial, ainda que “desidratada”, para servir como “uma âncora fiscal”, apontando para a manutenção da preocupação fiscal e permitindo a redução de incertezas com a economia. “Mesmo muito desidratada ela tem uma importância fundamental, que é sinalizar para a sociedade que existe uma preocupação fiscal. A PEC é uma promessa que baliza as expectativas, uma mensagem que está ruim, mas não vai piorar”, diz ela.

O atual patamar da taxa de juros dos títulos de dez anos, em torno dos 8%, já sinaliza riscos e a preocupação com a capacidade de o Tesouro Nacional continuar financiando a dívida pública, atualmente em “uma trajetória explosiva”, diz ela. “O juro futuro a 8% já sinaliza riscos. E aí as empresas começam a retrain produção e emprego. Investimento então, nem pensar. Isso bate no lado real da economia”, aponta.

Margarida elogia a estratégia adotada no ano passado para conter os impactos da pandemia na economia brasileira, apesar da piora intensa do quadro fiscal, que já era preocupante. Ela classifica que o Brasil foi “ousado”, no bom sentido da palavra, já que foi o único país com relação entre a dívida pública e o PIB acima dos 80% que adotou um pacote fiscal robusto. “É claro que isso jogou a dívida pública para cima, gerou um déficit público de 13,7% do PIB e um déficit primário de 9,5%. Mas foi um conjunto de programas muito robusto e acho que valeu a pena”, afirma a professora, citando especialmente o Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego a Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

A despeito do ritmo ainda lento da vacinação no momento, Margarida acredita que o cenário pode melhorar a partir de abril e maio, com mais produção de vacinas pelo Instituto Butantan e pela Fundação Oswaldo Cruz. Esse movimento, aponta ela, é fundamental para a retomada do setor de serviços, que foi o mais prejudicado entre os componentes do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, com queda de 4,5%, abrindo espaço para alguma reação no mercado de trabalho, já que o setor é o principal empregador da economia.

“O ritmo de vacinação vai ser fundamental porque o setor de serviços, com atividades que envolvem aglomeração e locomoção, precisa recuperar. Só assim teremos uma reação do mercado de trabalho, que precisa recuperar para podermos seguir sem os auxílios. Só que o setor de serviços depende completamente da vacinação para poder reabrir”, diz a professora.

O cenário a curto prazo, no entanto, ainda é preocupante: ela acredita que a economia deve registrar novo recuo no primeiro trimestre e não está descartada,

ainda, retração no segundo trimestre, o que significará uma retomada apenas no segundo semestre.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora no Brasil

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Tesouro: Despesas por covid-19 somam R\$ 523 bi até janeiro

VALOR INVESTE

Doria determina 'toque de restrição' em todo o Estado de São Paulo

VALOR INVESTE

'Ainda há ativos a serem vendidos, cortes de custos têm que ser contínuos', diz Petrobras

“Risco é trocar sustento no curto prazo por futuro comprometido”

Ajuda necessária em 2020 deixa “herança fiscal” que precisa ser corrigida, diz Fernando Veloso, pesquisador do Ibre

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Fernando Veloso: “Agenda econômica hoje é vacinação em primeiro lugar; precisamos de esforço grande” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O cenário delicado que o Brasil atravessa, com agravamento da pandemia, vacinação lenta e desaquecimento econômico, era previsível, mas o governo atrasa e conduz discussões importantes de forma confusa, o que torna difícil se manter otimista sobre um crescimento sustentado diante de tanta incerteza, afirma Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), também da FGV.

Ele observa que o Ibre vê possibilidade de retração do Produto Interno Bruto não só no primeiro trimestre de 2021, mas também nos três meses seguintes, o que configuraria uma recessão técnica.

Veloso se diz preocupado com o debate fiscal no país. Segundo o professor, as necessárias ações para sustentar a economia e a renda dos mais vulneráveis no curto prazo, ao longo de 2020, deixam uma “herança fiscal” que, se não for administrada, afeta o crescimento do país no médio prazo. Veja os principais trechos da entrevista:

Valor: *O que o resultado divulgado pelo IBGE nos diz sobre como a economia do Brasil atravessou o primeiro ano da pandemia?*

Fernando Veloso: O PIB teve queda de 4,1% em 2020, em linha com a estimativa da maioria dos analistas. O Ibre previa -4,3%. Na composição, veio muito próximo, a diferença é que esperávamos queda um pouco maior em serviços. No geral, a retração do PIB foi bem menor do que se imaginava no início da pandemia. Mas é importante entender que o comportamento foi muito heterogêneo entre setores. Serviços, que empregam cerca de 70% da mão de obra, foram muito afetados. Estavam melhorando um pouco no quarto trimestre, mas isso já mudou também.

Valor: *Por que o cenário está mudando neste início de 2021?*

Veloso: Mesmo setores menos afetados, como indústria e comércio, foram muito estimulados por programas do governo, sobretudo o auxílio emergencial. Só que há dois problemas. Um é que, como o nome sugere, foi algo temporário. E foi também extremamente caro. Era um programa voltado, inicialmente, para a proteção da renda de trabalhadores informais, mas acabou se convertendo em uma medida de estímulo econômico cara e que, inevitavelmente, teria de ser encerrada ou renovada em um tamanho menor. E tudo isso em meio, agora, ao agravamento da pandemia e a um processo de vacinação muito lento e caótico.

Valor: *E como isso afeta as perspectivas para a atividade em 2021?*

Veloso: O Ibre ainda projeta crescimento de 3,2% neste ano, mas seria tudo no segundo semestre e contando que a vacinação comece a engrenar. Sem dúvida, a economia está em desaceleração. Para os dois primeiros trimestres, a projeção é bastante negativa. A previsão do Ibre é que o PIB do primeiro trimestre caia 0,5%, ante o último trimestre de 2020. O que é ainda mais preocupante é que começamos a ver queda, também de 0,5%, no segundo trimestre, configurando recessão técnica. De certa forma, era inevitável uma desaceleração, porque boa parte do estímulo foi “artificial”, com medidas que deixaram herança pesada.

Valor: *Que tipo de herança?*

Veloso: Nós reduzimos a queda do PIB no ano passado, mas às custas de um aumento da dívida enorme que vai cobrar um preço em termos de menor crescimento neste ano e nos próximos. É como se fosse uma queda menor no curto prazo em troca de uma maior no médio. Não estou dizendo que nada deveria ter sido feito. Embora o gasto tenha sido alto, ele foi importante para evitar o agravamento da situação social. Mas chamo a atenção para o fato de que, mesmo que necessário, o aumento do endividamento público afeta negativamente o crescimento futuro. Por isso que é tão importante aprovar medidas de equilíbrio fiscal.

Valor: *Através de quais canais essa “herança” pode comprometer o crescimento de médio prazo?*

Veloso: A dívida pública subiu 15 pontos percentuais do PIB no ano passado, em relação ao fim de 2019. Só com o auxílio emergencial foram cerca de R\$ 300 bilhões. Ajudou a reduzir a queda da atividade, mas teve um preço: aumento do endividamento, desvalorização do câmbio, a inflação acelerando e o Banco Central deu sinais de que vai normalizar a política monetária. As taxas de juros longas, que estavam altas no fim de 2020, estão subindo mais agora. Tem muita incerteza, criando um ambiente em que empresários não tendem a investir. Foi uma “troca” difícil e temos dificuldade de resolver.

Valor: *A PEC Emergencial que tramita no Congresso não ajuda?*

Veloso: A discussão foi muito mal conduzida. Um bom encaminhamento teria sido se, no segundo semestre do ano passado, quando estava claro que nós poderíamos chegar a essa situação, aprovassem o Orçamento, discutissem uma PEC Emergencial robusta e, eventualmente, até um novo programa social. Eu mesmo participei de uma proposta do CDPP [Centro de Debate de Políticas Públicas], com o Marcos Mendes e o Vinícius Botelho. Mas não aconteceu nada e agora temos o agravamento da pandemia, uma demanda justa da sociedade pela renovação do auxílio e uma discussão atabalhoada de como financiar isso de maneira minimamente sustentável.

Valor: *Está preocupado com essa discussão fiscal no país?*

Veloso: Atrasar o debate já foi negativo, mas pode acontecer algo pior, que é, nessa tentativa de aprovar o auxílio de forma apressada e sem discussão madura, simplesmente não ter contrapartidas. A discussão está confusa. Estou muito preocupado e acho que a agenda econômica possível está ficando ainda menor.

Valor: *Quais devem ser as prioridades dessa agenda possível hoje?*

Veloso: Agenda econômica hoje é vacinação em primeiro lugar. Precisamos de esforço grande, estamos muito atrasados. Em segundo lugar, dar perspectiva de equilíbrio fiscal: financiar o auxílio de forma sustentável e acenar com estabilização da dívida. Nesse sentido, deveríamos acionar os gatilhos já neste ano e nos dois próximos. Da forma como está no relatório da PEC Emergencial, as projeções são que talvez eles só sejam acionados em 2025. O governo criou confusão incluindo no debate a desvinculação de saúde e educação, que claramente não era factível politicamente, e desviou a atenção do principal. É possível que a gente tenha que fazer esforço, agora, nem tanto para avançar em reformas, mas para evitar o pior, mantendo a herança do teto de gastos.

Valor: *Qual é a responsabilidade do governo nesse cenário incerto?*

Veloso: Em 2015, quando o Brasil perdeu grau de investimento, o nível de incerteza aumentou drasticamente e continuou alto até antes da pandemia. Mesmo quando [o presidente Jair] Bolsonaro assumiu, havia um clima de confronto com o Legislativo. Bolsonaro nunca foi liberal. O ministro Paulo Guedes tentou conduzir essa agenda - com a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central, conseguiu avançar um pouco -, mas sempre foi um confronto. Na pandemia, vimos isso também, embates com governadores, membros da equipe saindo. É um ambiente de turbulência política permanente que afeta o ambiente econômico. Empresários não vão investir onde as regras do jogo podem mudar a qualquer momento, como aconteceu agora com a intervenção na Petrobras. O preocupante é que, à medida que se aproxima a eleição de 2022, acredito que isso vá piorar. Existia expectativa - talvez uma ilusão - de que fosse possível blindar a agenda econômica mais liberal das ações do presidente, mas estamos vendo que é muito difícil fazer isso.

Relator eleva estimativa de receita

Arrecadação da União para este ano deve ter aumento de R\$ 35 bilhões

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O relator de receita da proposta orçamentária para 2021, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), elevou a estimativa de arrecadação da União para este ano em R\$ 35 bilhões, passando de R\$ 1,56 trilhão para R\$ 1,595 trilhão, incluindo no valor a compensação do Tesouro Nacional ao INSS pela desoneração da folha de salários.

O novo valor da receita é o mesmo sugerido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em ofício ao Congresso Nacional, no dia 14 de dezembro passado, que tratou da mudança da meta fiscal de 2021. Em termos líquidos, ou seja, depois de descontadas as transferências constitucionais para Estados e municípios, a receita do governo passou de R\$ 1,283 trilhão para R\$ 1,302 trilhão - uma elevação de R\$ 19 bilhões.

A previsão da arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal (RFB) subiu R\$ 34,04 bilhões em relação à proposta orçamentária que foi enviada pelo governo ao Congresso, em agosto do ano passado. A receita projetada do INSS, por sua vez, apresentou queda de R\$ 3,36 bilhões. As transferências para Estados e municípios subiram R\$ 16,26 bilhões.

Em seu parecer, Pereira informa que o governo não encaminhou mensagem modificativa da proposta orçamentária, “não obstante a profunda alteração do cenário econômico e social para 2021 em relação ao que se previa em final de agosto do ano passado”. Mesmo o governo tendo alterado o seu cenário e suas

estimativas de receitas e despesas, que serviram de base para a proposta de mudança do resultado primário neste ano.

Pereira observa que o comportamento do atual governo diferiu do adotado por outros governos, quando as condições fiscais mudaram em curto espaço de tempo. “Coube ao Congresso suprir essa lacuna”, explica.

Embora considere adequados os novos parâmetros econômicos que afetam a arrecadação, destacando as hipóteses de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da massa salarial, o relator observa que a receita não administradas pela RFB poderia ser melhor se fossem concretizadas as privatizações, concessões, royalties e dividendos.

O caminho trilhado por Pereira poderá ser adotado pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Na ausência de uma mensagem modificativa da proposta orçamentária, ele terá que utilizar as estimativas de despesas que constam do ofício de Guedes de dezembro.

A proposta orçamentária projetou a despesa primária total em R\$ 1,517 trilhão. No ofício de Guedes, o gasto total foi elevado para R\$ 1,549 trilhão - um aumento de R\$ 32 bilhões.

A despesa discricionária (investimentos e custeio da máquina) estava projetada em R\$ 96 bilhões, sem considerar as emendas parlamentares. Neste total, está incluída uma despesa de R\$ 4 bilhões com a capitalização de estatais. Sem a capitalização, o montante cai para R\$ 92 bilhões.

No ofício de Guedes, as despesas discricionárias foram projetadas em R\$ 83,9 bilhões. Não está claro no ofício se este valor inclui as emendas parlamentares. Isto significa que o governo terá grande dificuldade de executar o Orçamento deste ano, sem paralisar alguns serviços públicos.

Reação da economia no fim de 2020 já se esgotou

A economia em 2021 pode repetir o ritmo lento dos anos pós-recessão - ela perdeu o rumo do crescimento

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mesmo as boas notícias contidas nos resultados do desempenho da economia em 2020 divulgados ontem já pertencem ao passado. Há duas relevantes. O recuo do Produto Interno Bruto, de 4,1%, ficou muito abaixo das previsões catastróficas feitas logo após a irrupção da pandemia. A queda foi menor que a de 30 países em uma relação de 56. Foi também a melhor performance entre as grandes economias da América Latina. Além disso, o avanço no quarto trimestre superou as expectativas, com 3,2% em relação ao trimestre anterior, sinalizando uma trajetória ascendente em 2021 que não se realizará. O otimismo deu lugar a temores de uma recessão técnica, com possível retração nos dois primeiros trimestres deste ano.

As mais recentes estimativas no boletim Focus (BC) indicam expansão de 3,29% (e caindo), quando a herança estatística de 2020 asseguraria por si só crescimento de 3,6%. O recrudescimento da pandemia no fim do ano frustrou as projeções mais entusiasmadas. A segunda onda da covid-19 se revelou mais letal que a primeira e o país caminha de volta para os lockdowns, com fechamento de atividades não essenciais, redução forte da mobilidade e o cortejo de restrições vistos nessa mesma época do ano passado, quando a covid-19 chegou ao Brasil. O Estado de S. Paulo, onde se gera um terço do PIB nacional, paralisará por duas semanas grande parte das atividades produtivas. Estados em pior situação - há 19 deles com ocupação de leitos de UTI superior a 80% - devem seguir o exemplo.

O impulso dado no quarto trimestre não tem força para se propagar sem a contenção da pandemia e vacinação em massa - ambas ausentes. No quarto trimestre, o consumo das famílias cresceu 3,4% e a Formação Bruta de Capital Fixo, pelo menos 12%, se descontada importação de plataformas de petróleo. O auxílio emergencial, que sozinho injetou R\$ 291 bilhões em 2020 para amparar 68 milhões de pessoas que perderam a renda, acabou e não foi ainda reinstituído.

Os serviços, que se reergueram parcialmente no fim do ano, levarão outra pancada da pandemia com o cerco à mobilidade. O segmento “outros serviços”, que são os prestados às famílias e que agregam os setores mais dependentes de mobilidade, avançou 6,8% no último trimestre de 2020. O consumo das famílias, o “espelho” dos serviços pelo lado da demanda, definha com o desemprego alto e as limitações que a pandemia coloca à expansão de atividades produtivas que geram vagas. No ano, o consumo (peso de 60,7% do PIB) fechou em queda de 5,5%, um pouco menor do que os -4,7% do consumo do governo (peso de 20,1% no PIB).

Algum impulso poderia ser esperado da poupança feita durante a vigência do auxílio emergencial, mas seu uso no consumo também depende da contenção da pandemia, o que ainda parece distante. Essa poupança é seguramente mal distribuída, como a renda do país. Com todos os estímulos oficiais, o consumo das famílias recuou R\$ 126 bilhões no ano, bem menos que os R\$ 146,5 bilhões de queda observados entre o primeiro e o segundo trimestres do ano, no início da pandemia.

Nos dois trimestres seguintes o consumo somou R\$ 241,5 bilhões. A poupança bruta, por sua vez, cresceu 2,5 pontos percentuais, de 12,5% para 15% do PIB, com aumento de R\$ 191,8 bilhões. Em conta grosseira, camadas de baixa renda que usaram o auxílio podem ter reservado algo como R\$ 60 bilhões para um futuro difícil (perto de 0,8% do PIB), montante relevante, mas insuficiente. A poupança dos mais ricos cresceu bem mais e só será usada quando os serviços voltarem ao normal.

As condições para o crescimento são adversas. Com o governo endividado, o impulso dos estímulos fiscais será bem menor, porque os gastos de suporte à economia produziram déficit da ordem de 10% do PIB. A ausência de reformas para

contenção de gastos e amparo do teto elevou a desconfiança dos investidores e a conta está sendo paga por um dólar que chegou agora perto dos R\$ 5,70.

A perda de valor do real implica perda de renda doméstica, que já se agravava pelo aumento da inflação, que, dos alimentos, pode se espalhar pelos efeitos de forte alta das commodities reforçada pelo dólar alto. Uma consequência é que o BC pode ser empurrado a elevar juros quando a economia não só não recuperou a plena forma, mas se retrai. A renda per capita caiu 4,8% (R\$ 35.172) e é a menor da série histórica. A economia em 2021 pode repetir o ritmo lento dos anos pós-recessão - ela perdeu o rumo do crescimento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora no Brasil

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Relógio luxo, disco de freio TR6.3 Racing - BlackEdition. Com frete grátis para Salvador e região

LUXYBRAZIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

PIB recua 4,1% e vê onda otimista ceder

Alta no 4º tri é robusta, mas piora da pandemia e vacinação lenta são entraves para acelerar retomada

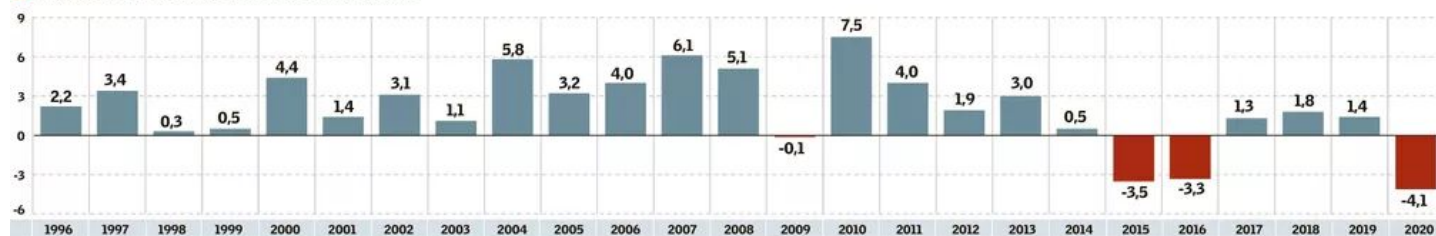
Por Arícia Martins, Ana Conceição, Marta Watanabe e Hugo Passarelli — De São Paulo

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Choque sem precedentes

Pandemia faz economia ter queda recorde, mas estímulos amenizaram retração

■ Variação do PIB brasileiro ante o ano anterior, em %



■ Desempenho dos componentes do PIB em 2020 - em %



■ Evolução do PIB trimestre a trimestre - em %*



Fonte: IBGE. *Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, feitos os ajustes sazonais

A rápida recuperação da economia brasileira no segundo semestre não foi suficiente para evitar uma retração sem precedentes em 2020: duramente afetada pelas restrições à circulação especialmente no segundo trimestre, a economia encolheu 4,1% no ano passado, pior resultado da série histórica das Contas Nacionais do IBGE, iniciada em 1996. É consenso entre economistas que sem medidas como o auxílio emergencial o tombo teria sido bem maior. Para a primeira metade de 2021, a expectativa é de um desempenho negativo, devido à combinação de piora da pandemia, vacinação lenta, suspensão do auxílio e incertezas fiscais.

Mesmo tendo perdido fôlego após a retomada em “V” no terceiro trimestre, a economia mostrou desempenho ainda robusto nos últimos meses três meses de 2020, sustentada pelas políticas de compensação de renda do governo e, também, pela maior normalização das atividades no período. Impulsionado por esses dois fatores, o PIB superou as estimativas do mercado e cresceu 3,2% de outubro a dezembro na comparação com o trimestre anterior, feitos o ajuste sazonal.

Com o crescimento mais forte nos últimos meses do ano, o chamado carregamento estatístico deixado por 2020 foi um pouco mais alto do que o previsto, ficando em 3,6%. Isso significa que, se o PIB ficar estável, ainda assim encerrará o ano atual com alta de 3,6% sobre a média do ano passado.

Em condições normais, a ajuda maior poderia ter desencadeado revisões para cima nas projeções para o PIB neste ano, mas as mudanças nas estimativas, que seguem concentradas na faixa de 3%, foram poucas e bastante tímidas. Diante do recrudescimento da pandemia, da lentidão na vacinação e da piora nas condições financeiras, muitos analistas esperam queda da atividade no primeiro trimestre.

Uma nova retração no segundo trimestre - que configuraria uma recessão técnica - não é considerada totalmente contratada. Esse risco, contudo, ronda o primeiro semestre, e pode se materializar se o aumento de casos e mortes continuar, sem melhora na administração de vacinas.

“A gente ainda está um pouco abaixo do nível pré-pandemia, mas já estamos acima do vale do pior momento da economia, que foi o segundo trimestre”, afirmou Rebeca Palis, gerente de Contas Nacionais do IBGE, ao apontar que o PIB está em patamar 1,2% inferior ao quarto trimestre de 2019.

“Uma onda de otimismo estava sendo formada no quarto trimestre, mas ela ficou para trás”, disse Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Cemap-EESP/FGV). A economia estava ganhando ritmo no fim do ano passado, aponta Marçal, o que seria positivo, não fosse a segunda onda da pandemia a atingir o país neste primeiro trimestre.

A demanda doméstica - que soma o consumo das famílias, o consumo do governo e os investimentos dentro do PIB - mostrou comportamento ainda favorável nos últimos três meses de 2020, observou Tatiana Pinheiro, economista-chefe da BNP Paribas Asset Management. Em seus cálculos, a absorção interna subiu 5,8% sobre o trimestre anterior, ou 4,3% excluindo a importação contábil de plataformas de petróleo.

“Tivemos um quadro de demanda ainda forte. Além do auxílio emergencial, houve a influência de todos os demais programas que ainda estavam vigorando no quarto trimestre, com políticas de expansão fiscal e monetária”, afirmou Tatiana. Outro fator que explicou a dinâmica positiva foi o arrefecimento da covid-19 e a consequente reabertura maior das atividades, acrescentou. Neste início de ano, porém, o quadro se inverteu, ressaltou Tatiana: a maior parte dos estímulos foi retirada e a pandemia se agravou, o que aponta para queda do PIB de janeiro a março, entre 0,5% e 0,8%. Além disso, o aperto das condições financeiras, como reflexo do aumento da percepção de risco-país, também tem impacto negativo sobre a atividade, ao afetar as decisões de investimento e consumo.

Levando em consideração apenas o desempenho do quarto trimestre, a herança estatística deixada por 2020 elevaria a estimativa para o crescimento deste ano em cerca de 0,7 ponto percentual, calcula a equipe econômica para Brasil do J.P. Morgan. No entanto, o banco avalia que o recrudescimento da pandemia e seus efeitos sobre a economia devem anular boa parte da ajuda dada pelo carregamento estatístico. Por isso, a projeção para a alta do PIB em 2021 foi aumentada em somente 0,1 ponto, para 3,2%.

“Com uma segunda onda severa de covid e aumento da incerteza política, a economia deve se enfraquecer significativamente, o que deve reduzir o crescimento no primeiro e no segundo trimestres”, destacaram os economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira. Para a instituição, o PIB vai cair 1,5% entre janeiro e março, retração a ser seguida de alta fraca, de 0,4%, no trimestre seguinte.

Os riscos políticos e da pandemia justificam a preocupação com a recuperação deste ano, na visão de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, que agora trabalha com contração de 0,9% e 0,4% da economia no primeiro e no segundo

trimestres, respectivamente. A previsão abaixo do consenso de crescimento para o ano, de 2,6%, não foi alterada.

O cenário da consultoria, disse Vale, engloba um primeiro semestre afetado pela pandemia e um segundo semestre influenciado pelos desdobramentos de um governo mais intervencionista, com impacto em câmbio, inflação, juros e investimento. O economista ressaltou, ainda, que o carregamento estatístico de 3,6% pode ser enganoso: nos últimos 25 anos, lembra, em oito deles o resultado do ano foi pior do que essa herança indicava, em torno de 1,4 ponto percentual.

Já o economista Luka Barbosa, do Itaú Unibanco, avalia que o efeito estatístico será relevante para explicar o crescimento estimado de 4% para o PIB em 2021. O banco é uma das poucas instituições que contam com alta da economia no primeiro trimestre, de 0,3%, previsão ainda preliminar. “Para o PIB ser negativo no primeiro trimestre, a produção industrial teria de cair bastante em janeiro, fevereiro e março e não vemos isso ocorrendo.”

Para Tatiana, da BNP Paribas Asset, o “carry over” coloca um leve viés de alta na projeção de expansão de 2,8% para o PIB no ano. O quadro, porém, é de cautela, diz ela, diante das condições financeiras mais apertadas e da evolução da pandemia. Por isso, por ora, o número está mantido. **(Colaboraram Alessandra Saraiva e Lucianne Carneiro, do Rio)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

PIB per capita cai 4,8%, maior queda desde 1981, diz Ibre

Resultado é o pior da série histórica do IBGE iniciada em 1996

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A forte recessão significou uma queda de 4,8% Produto Interno Bruto (PIB) per capita brasileiro no ano passado, para R\$ 35.172, o pior desempenho desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1996. Diante da magnitude da perda e da expectativa de crescimento fraco da economia a curto prazo, economistas estimam longo caminho pela frente para recuperar essas perdas.

O PIB per capita é um indicador usado para medir a riqueza dos países e é calculado a partir da divisão do valor do PIB pela população total. A retração de 4,8% em 2020 fecha uma década que significou uma perda de 5,5% do PIB per capita. No período, as perdas mais intensas ocorreram, além de 2020, em 2015 (4,4%) e em 2016 (4,1%), anos também de recessão. Pelas contas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), que une séries mais antigas do PIB, a perda de 2020 é a mais intensa desde 1981 (-6,3%).

“Tivemos uma queda forte em 2020 e também muito significativa na década. Com isso, levaremos alguns anos para reconstruir o PIB per capita, com uma implicação social imensa. A população está empobrecendo, ficando mais informal e, no meio de tudo isso, ainda há a questão da influência da tecnologia no mercado de trabalho. É uma preocupação grande para os próximos anos”, afirma o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

Economista da LCA Consultores e pesquisador do Ibre/FGV, Bráulio Borges reforça que o recuo de 4,8% do PIB per capita no ano passado ocorreu a partir de um patamar já deprimido. “O maior nível do PIB per capita ocorreu no início de 2014. No fim de 2014, já estávamos 6,6% abaixo daquele nível. Com o desempenho de 2020, isso se acentuou e o patamar atual está 11,7% do pico da série de PIB per capita”, diz.

Na projeção da MB Associados, o PIB per capita deve avançar 1,9% em 2021, considerando a estimativa de alta de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Nas contas de Bráulio Borges, que leva em consideração uma expansão média de mercado de 3,5% do PIB, o ritmo seria um pouco maior, de 2,8%. Já a Ativa Investimentos projeta uma variação entre 2,2% e 2,5% do PIB per capita este ano. Todas as projeções ficam longe de recuperar só o ano de 2020, quanto mais as retrações passadas. Como as estimativas de expansão do PIB também não apontam aceleração do ritmo para 2022 e 2023, isso se repete no caso do PIB per capita.

As preocupações dos economistas também se estendem aos impactos da pandemia sobre o capital humano, que afetam a produtividade da economia e sua capacidade de crescimento. “A pandemia destruiu capital humano em vários aspectos. Há quem ache que o capital humano seja apenas a educação formal, mas vai além disso, inclui também as habilidades adquiridas no ambiente de trabalho e questões de saúde, inclusive a mental. As pessoas que ficam fora do mercado por um, dois anos têm uma perda grande”, aponta Bráulio Borges.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez também vê um cenário lento de recuperação do PIB per capita diante da expectativa de recuperação muito gradativa da economia brasileira. Ele lembra que um crescimento maior da economia facilitaria uma melhor distribuição de renda no país, mas aponta que o patamar atual do PIB per capita sugere que já haveria espaço para isso. “Só que existe uma dificuldade muito grande do processo distributivo com um Estado que gasta mal e de forma engessada, com grande parte destinada a despesas obrigatórias. A necessidade das reformas entra também nesse contexto”, aponta.

Organização e recuperação, desorganização e recessão

Cenário econômico pode melhorar com manutenção do regime fiscal e vacinação em massa

Por Werther Vervloet e Ricardo Denadai

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou crescimento de 3,2% no quarto trimestre de 2020 em relação ao anterior (feito o ajuste sazonal), totalizando uma queda de 4,1% no ano fechado. Pelo lado da oferta, houve expansão de 1,9% da indústria, que termina o ano em nível 1,2% acima do registrado no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia. O setor de serviços também apresentou bom crescimento, de 2,7%. Mas ainda 2,3% abaixo do nível observado pré-pandemia.

Apesar da contração do PIB em 2020, este resultado pode ser considerado como positivo se compararmos com as previsões feitas no pior momento da crise, quando chegou-se a projetar contrações próximas a dois dígitos. Os programas de combate aos efeitos da pandemia, apesar de magnitudes questionáveis, funcionaram como potentes anabolizantes e foram eficazes em impedir que as projeções mais pessimistas se concretizassem.

Entretanto, apesar do fim de ano auspicioso para atividade em 2020, o início de 2021 não se mostra tão promissor, e a principal razão é a nossa incapacidade de nos organizar.

Além do efeito contracionista da queda da renda disponível das famílias em razão do fim do auxílio emergencial, houve piora significativa nos indicadores relacionados à pandemia, com forte aumento do número de novos casos, óbitos e de utilização

hospitalar. Portanto, há uma piora dos indicadores de mobilidade no início deste ano. Soma-se a isso um processo de vacinação ainda muito confuso e lento.

Adicionalmente, vivemos um momento de elevada incerteza política e fiscal, promovendo uma desorganização relevante do ambiente econômico e das variáveis financeiras, com evidentes efeitos contracionistas.

Pela conjunção desses fatores, acreditamos em uma contração de pelo menos 0,5% do PIB no primeiro trimestre deste ano ante o último do ano passado, com risco de observarmos uma queda ainda maior. E aumentaram as chances de vermos um segundo trimestre com nova contração do PIB. Para 2021, a expectativa é de um crescimento na casa de 3,5%, que é praticamente carregamento estatístico que o ano passado deixou para este ano, de 3,6%.

Diante deste início de ano com ventos contrários, quais as perspectivas para o crescimento para os próximos trimestres? O país ainda possui, estruturalmente, condições de apresentar bom crescimento em 2021 e 2022. A crise vivida no ano passado não gerou dano permanente no balanço das empresas e das famílias. O nível de estímulo monetário é muito elevado e deve permanecer assim por um bom tempo, mesmo considerando o ciclo de normalização da política monetária que deve se iniciar em março. Além disso, o crescimento global será muito forte, o que, somado à nossa taxa de câmbio depreciada, deve ajudar nosso setor exportador. E o mundo vive um novo boom de commodities, o que também é favorável ao Brasil. Mas para que esses fatores positivos possam se manifestar, porém, é preciso nos organizarmos, com direcionamentos mais claros do presidente e comportamento responsável do Congresso.

Primeiro, é absolutamente fundamental que o regime fiscal seja mantido, com a aprovação de uma PEC que garanta um mínimo de racionalidade econômica no pagamento da nova rodada do auxílio emergencial e que dê os instrumentos mínimos (gatilhos) para garantir o cumprimento do teto dos gastos nos próximos anos.

O segundo ponto é relativo à pandemia. É crucial que a população com mais de 65 anos seja vacinada o mais rapidamente possível. Esse grupo é responsável por em torno de 70% dos óbitos por coronavírus e a experiência mundial nos mostra que,

conforme a vacinação avança nessa parcela da população, os indicadores de internações e óbitos mostram melhora acentuada. O Brasil possui infraestrutura para realizar vacinação em massa e, caso o governo consiga garantir estoque suficiente de vacinas, a situação pode se reverter rapidamente.

Com organização, poderemos ver um início de retomada mais robusto ao longo do segundo trimestre, atingindo seu ápice na segunda metade do ano. Por outro lado, caso o país falhe em resolver esses pontos, o início da recuperação será adiado. A desorganização do governo com relação à pandemia e ao processo de reformas, caso continue, só nos levará a mais recessão.

Werther Vervloet e Ricardo Denadai são sócios-fundadores e economistas da ACE Capital

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

Em ano de tombos históricos, Brasil tem 31º pior resultado entre 56 países

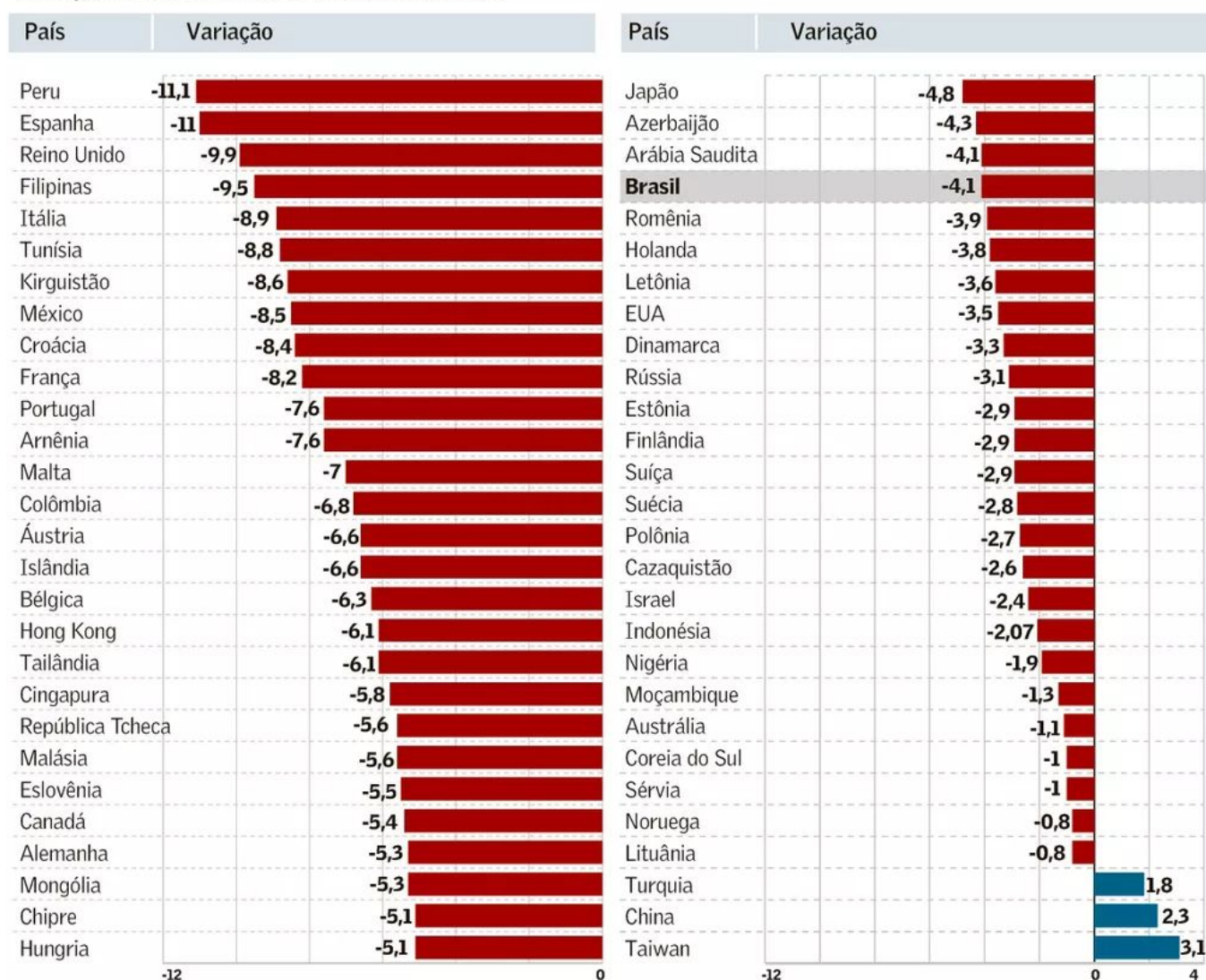
Só China, Turquia e Taiwan fecharam 2020 com PIB em alta

Por Álvaro Fagundes — De São Paulo

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Tombo global

Variação do PIB em 2020 ante 2019, em %



Fontes: agências de estatísticas dos países

Em um ano marcado por tombos históricos na economia global, a queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi 31º pior desempenho entre 56 países que já divulgaram seus resultados de 2020.

Para alguns países, o resultado do ano passado foi uma catástrofe inédita. É o caso, por exemplo, do Reino Unido, que encolheu 9,9% em 2020. Não por acaso o país é um dos mais atingidos pela covid-19, com mais de 124 mil mortes (quinto país no ranking de óbitos). A Espanha, uma das localidades em que a pandemia começou com mais força, teve resultado ainda pior. A contração de 11% foi a maior desde a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Pior resultado que o da Espanha só aconteceu no Peru, país que tem piores dados que o Brasil na crise sanitária quando as mortes e os casos são ajustados pelo tamanho da população. A economia peruana teve queda de 11,1% em 2020, a mais aguda em 30 anos e que encerrou um ciclo de crescimento anual de mais de duas décadas.

Outros países da América Latina também tiveram desempenho inferior ao brasileiro. O México, segunda principal economia latino-americana, encolheu 8,5%, o segundo ano consecutivo de contração e a maior queda desde 1932. Na Colômbia, quarto maior PIB da região (atrás também do argentino), a retração de 6,8% foi a pior da história.

Mesmo países da Ásia, continente com exemplos de sucesso no controle da pandemia até o momento, registraram desempenhos muito negativos. A Tailândia, por exemplo, recuou 6,1%, resultado que não era visto desde a crise asiática de 1998 e que reflete em boa parte a queda no turismo para o país. A crise de 1998 também foi um marco para as Filipinas, que desde então nunca tinha registrado uma queda no PIB. Agora, em 2020, teve contração de 9,5%, a maior em 73 anos.

Do grupo de 56 países, apenas três cresceram em 2020. Taiwan registrou alta de 3,1%, a China teve expansão de 2,3%, e a Turquia, de 1,8%. Coreia do Sul e Austrália, exemplos frequentes de controle da pandemia, tiveram queda de, respectivamente, 1% e 1,1%.

Diretor-geral da ANP diz não haver “mágica” para baratear combustível

Rodolfo Saboia afirma que agência reguladora não vai se envolver na questão, a não ser com subsídios para o debate

Por **André Ramalho** — Do Rio

04/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia: desoneração é “ questão política” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia, acredita que “não há mágica” para baratear os combustíveis, em momentos de alta do petróleo.

Há dois meses à frente do órgão regulador, o almirante da reserva já se defronta com um debate nacional sobre os preços dos derivados, inflamado pela decisão do presidente da República de intervir na troca no comando da Petrobras e pelas ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros. Uma das prioridades de sua gestão, segundo ele, será garantir que a abertura do refino traga benefícios para o consumidor, no futuro.

“Essa questão é a pergunta de um milhão de dólares [sobre como chegar a um preço mais barato para os combustíveis no país]”, disse o diretor-geral da ANP, em entrevista ao **Valor**. “Não existe uma mágica para isso, uma vez que o petróleo é uma commodity. Ele vai subir, vai descer, foi assim a vida inteira e não tem como não deixar de impactar de alguma maneira os custos do combustível. O que vai ser do preço [final] é uma outra questão, que envolve questões políticas”, afirmou Saboia, em referência às discussões no governo sobre desonerações dos derivados.

O almirante disse que tudo o que extrapola os preços de mercado se trata, ao fim, de “uma questão política”. Em relação aos estudos sobre um fundo de equalização para atenuar a volatilidade dos preços e à decisão do governo de zerar o PIS/Cofins por dois meses, enquanto discute uma forma definitiva de isentar o diesel de

impostos, Saboia conta que à ANP não compete definir políticas públicas. “Não vai haver envolvimento da ANP, a não ser subsidiar tecnicamente [o debate]”, comentou o almirante, ex-superintendente de Meio Ambiente da diretoria de Portos e Costas da Marinha.

Saboia conta que lida naturalmente com a troca no comando da Petrobras. As mudanças na gestão da petroleira e a repercussão negativa do mercado em torno da interferência de Jair Bolsonaro na estatal, segundo ele, não mudam as expectativas sobre abertura do refino. “O que cabe à ANP é observar o cenário. A substituição de um CEO [presidente de uma empresa] para a ANP é uma questão de mercado e funciona como tal, naturalmente. Para a ANP, isso não mudou nada. Continuamos trabalhando com as mesmas premissas que trabalhávamos antes”, comentou.

Em meio às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, a Petrobras foi acusada nos últimos meses, por importadores e distribuidoras, de praticar preços desalinhados do mercado internacional. Saboia, porém, discorda da avaliação. “O que a ANP faz é verificar se movimento está descolado da realidade, para cima ou para abaixo, para ver se eventualmente cabe o encaminhamento aos órgãos competentes. E, no momento, não enxergamos essa situação. Não vimos nada de anormal”.

O diretor-geral também não viu fundamento em outra reclamação recente contra a estatal, apresentada pela Federação Nacional de Distribuidores de Combustíveis (Brasilcom) em fevereiro, no qual a entidade alertava para riscos de desabastecimento e relatava casos em que a petroleira não conseguiu atender à demanda de distribuidoras para cargas extras, além dos compromissos contratuais. “O que a Petrobras disse que não era capaz de atender respondia por 2% da demanda, que veio muito acima da média histórica... Nossa avaliação, no momento, é de que não há risco de desabastecimento”, disse.

Dentre as prioridades da ANP, Saboia cita a regulamentação da abertura do gás natural e do refino. “Isso vai exigir um acompanhamento, para que, de um cenário em que as refinarias não foram construídas para competir umas com as outras, passemos a ter essa competição... É muito importante um olhar da agência para

acompanhar essa transformação, para que [seja alcançado] o propósito final, que é o benefício para o consumidor, uma dinâmica de mercado livre”, comentou.

Um dos pontos inseridos na agenda, para lidar com a abertura do refino, é a questão do monitoramento de estoques em tempo real. “Tínhamos um ator só [no mercado] e quando tínhamos algum problema de abastecimento ele era basicamente controlado pela Petrobras... Vamos precisar de um acompanhamento diferente”.

Na avaliação de Saboia, a ANP tende a ganhar nos próximos anos também um papel maior na resolução de conflitos entre os agentes. E cita como exemplo o caso envolvendo a disputa entre pequenos produtores e a Petrobras em torno do acesso à unidade de processamento de gás natural (UPGN) de Guamaré (RN). “Esperamos que esse caso se multiplique nesse processo de transição”, afirmou.

No campo dos biocombustíveis, Saboia cita que o desafio está na construção do novo modelo de contratação de biodiesel e encerrar em 2022 os leilões do produto.

O diretor da ANP também aposta na retomada dos leilões de blocos de óleo e gás para 2021. “O que se espera é que, com avanço da vacinação no mundo, haja uma retomada gradual da economia e isso beneficie o petróleo.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

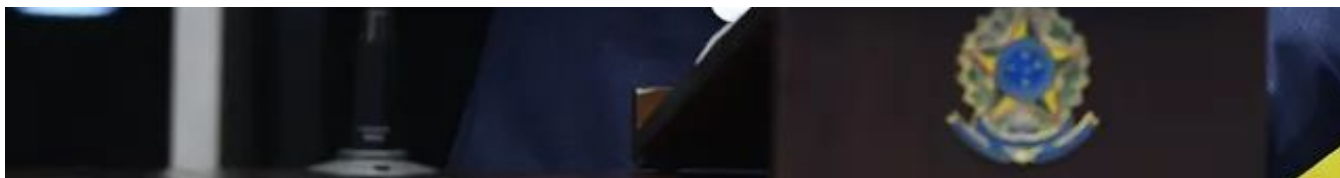
Ação de Lira freia articulação no Senado para tirar Bolsa Família do teto de gastos

Novo texto de PEC estabelece limite de até R\$ 44 bilhões para gastos com auxílio emergencial

Por Vandson Lima, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Isadora Peron — De Brasília

04/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Márcio Bittar: relator acatou demanda de Estados e municípios e estendeu prazo para pagar precatórios judiciais —
Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Com mais mudanças no texto final, o Senado encaminhou ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê gatilhos para a contenção de gastos públicos e regras para a retomada do pagamento do auxílio emergencial. O governo poderá gastar até R\$ 44 bilhões com o benefício, sem que isso seja contabilizado nas despesas correntes. Em um aceno aos governadores, também foi ampliado até o fim de 2029 o prazo para que Estados e municípios paguem dívidas relativas a precatórios (dívidas judiciais).

Além das concessões, o governo precisou da ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para frear uma articulação de senadores governistas, que pretendiam incluir um dispositivo para que o Bolsa Família ficasse de fora do teto de gastos, abrindo um espaço de R\$ 34,9 bilhões no Orçamento. A ideia era que o montante atendesse a emendas parlamentares para custear obras de infraestrutura. A equipe econômica alarmou-se e o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve de apelar ao presidente Jair Bolsonaro e parlamentares para evitar a manobra.

“Esta fala é para deixar bem claro que todas as especulações que rondaram o dia de hoje são infundadas. Tanto o Senado quanto a Câmara votarão as PECs sem nenhum risco ao teto de gastos, sem nenhuma excepcionalidade ao teto de gastos”, afirmou Lira, logo após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e o chefe da assessoria de Relações Institucionais, Esteves Colnago. Os líderes do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), e o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), também participaram do encontro.

Em discurso no plenário, o relator da PEC, Márcio Bittar (MDB-AC), também afirmou que não teria problema em defender a retirada do Bolsa Família do teto de gastos, mas não houve acordo. “Se o Bolsa Família tivesse que ficar fora do teto, eu não teria dificuldade de relatar e defender. No entanto, o voto não é apenas meu. Eu

represento o voto daquilo que é a construção do consenso. E acharam maneiras de atender o parlamento e o Executivo, tendo por princípio o equilíbrio entre aprovarmos uma PEC que atende aqueles que precisam, mas, ao mesmo tempo, olha para o mercado e dá uma resposta, dizendo que a gente faz uma PEC que não extrapola os limites que a economia neste momento acha que são fundamentais”.

Bittar flexibilizou o prazo de vigência dos gatilhos fiscais. A proposta original estabelecia que, quando decretado o estado de calamidade pública, medidas como reajuste de salários dos servidores públicos e criação de cargos, entre outras, ficariam vedadas por até dois anos após a data do decreto. A última versão do texto diz, no entanto, que essas regras terão vigência apenas durante a calamidade.

“Considero pertinentes as sugestões de que a persistência das vedações fiscais do art. 167-G seja mantida apenas durante a situação de calamidade pública de âmbito nacional, e não estendida além do seu término”, escreveu na complementação o relator.

Como justificativa, ele afirmou que é preciso confiar que Estados e municípios terão ponderação. “Existem repercussões fiscais das calamidades que estendem-se além do seu termo final, mas é preciso confiar que os entes - a começar da União - terão a ponderação adequada para preservar a alocação adequada de recursos para lidar com os efeitos colaterais da reconstrução dos efeitos da calamidade”.

Apesar disso, os Estados e municípios que não cumprirem todas as medidas previstas pelos gatilhos fiscais ficarão impedidos de terem acesso a empréstimos ou aval da União e fundos para a contratação desses recursos. “Essa [vedação], cremos, será um importante incentivo para que os entes enfrentem o difícil, porém imprescindível, desafio de reequilíbrio de suas contas”, complementou Bittar.

No caso dos Estados e municípios, os gatilhos poderão ser acionados quando as despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes. O acionamento será opcional e deverá ser submetido posteriormente ao crivo do Legislativo, de forma parecida a uma medida provisória - terá validade até ser votada, num prazo de até 180 dias (seis meses).

No caso do governo federal, os gatilhos estão atrelados ao teto de gastos e serão modificados pela PEC para serem ativados sempre que se perceber, na votação da lei orçamentária, que essa regra será descumprida - quando mais de 95% das despesas primárias foram obrigatórias, sem margem para corte. Hoje o acionamento ocorreria só após o descumprimento. Diferentemente do que ocorrerá com os Estados e municípios, o gatilho do governo federal não será facultativo e valerá individualmente para cada um dos Poderes.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que passou a “madrugada” negociando mudanças na PEC emergencial. Ele, no entanto, disse que o Poder Judiciário não quer privilégios e é solidário com a manutenção do equilíbrio fiscal do país. “Nenhum privilégio, nenhuma prerrogativa, porque acho que temos que estar juntos e solidários com o Brasil neste momento tão difícil”, disse. “Nós também lutamos pelo equilíbrio fiscal, por todas as medidas adotadas pela manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e posterior desenvolvimento econômico”.

Segundo o **Valor** apurou, Fux tem conversado com parlamentares desde o início da semana sobre a PEC emergencial. O ponto que mais preocupa o presidente do STF é o que prevê cortes lineares nos orçamentos dos Poderes em caso de queda da arrecadação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Você e seus amigos em uma ilha paradisíaca?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 660.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou